

ADRIANO LIMA DRUMOND

**A IMAGEM DA NAÇÃO PORTUGUESA EM *A QUEDA DUM ANJO*,
DE CAMILO CASTELO BRANCO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE
2007

ADRIANO LIMA DRUMOND

**A IMAGEM DA NAÇÃO PORTUGUESA EM *A QUEDA DUM ANJO*,
DE CAMILO CASTELO BRANCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Teoria da Literatura.

Área de Concentração: Teoria da Literatura
Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius de Freitas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE
2007

À memória de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, que doou à Universidade Federal de Minas Gerais vasto e valioso acervo camiliano.

AGRADECIMENTOS

Nestes primeiros meses de 2007, completam-se seis anos que pesquiso Camilo Castelo Branco. Esta dissertação encerra uma etapa de convivência com a obra do Romancista de Ceide – etapa iniciada entre 2001 e 2003, na graduação em Letras pela UFMG, sob orientação do professor doutor Paulo Motta Oliveira e com financiamento do CNPq.

Como mestrando, foram outros dois anos, durante os quais obtive auxílios das mais diversas naturezas, todos indistintamente importantes para mim. Isso posto, gostaria de agradecer:

ao professor doutor Marcus Vinicius de Freitas, orientador neste trabalho, mestre e amigo;

à CAPES, que financiou parte desta pesquisa;

ao professor doutor José Américo de Miranda Barros, quem com bastante zelo ajuda-me na carreira acadêmica – também um mestre e amigo;

à professora doutora Maria Cecília Bruzzi Boëchat, quem também se tanto presta a ajudar-me profissionalmente, e confortou-me em certos momentos *críticos* – outra mestra e amiga;

ao professor doutor José Clécio Basílio Quesado, tão solícito ao remeter-me seu livro *Garrett, Camilo, Eça: entre Quixote e Sancho*, o qual figura na bibliografia desta dissertação;

à professora doutora Sandra Maria Gualberto Braga Bianchet, o apoio profissional e as consultas de etimologia latina;

ao professor Antônio Orlando O. Dourado Lopes, outras consultas de etimologia latina;

a Geraldo de Freitas Drumond, Vania Helena Lima Drumond e Mariana Lima Drumond, família que eu tanto amo;

a Maria Aparecida de Araújo, colega na graduação, na substituição, no mestrado, e amiga em tudo;

a Leysen Aytakova, a agradabilíssima convivência por seis meses, no decorrer dos quais dedicou à minha paixão pela Literatura Portuguesa entusiasmos e incentivos. Спасибо, Леся!

a André Yukio Kamei Mori, colega de camilagem;

a Jara Lima Pinheiro, a versão para o inglês do resumo desta dissertação;

a Maria Angélica Amâncio dos Santos, a revisão da versão para o francês;

a Wilhelm Richard Wagner, o equilíbrio que sua música proporcionou-me nestes últimos meses.

RESUMO

Neste trabalho, analiso a imagem da nação portuguesa que Camilo Castelo Branco delineou em *A Queda dum Anjo*, romance publicado em 1865. Para tal, discuto teóricos da nação – Renan, Hobsbawm, Bhabha, por exemplo – e me baseio em informações históricas sobre o contexto de meados do século XIX, refletido pela narrativa camiliana. Calisto Elói, protagonista de *A Queda dum Anjo*, é lido como símbolo de Portugal, nação dividida em duas temporalidades: o velho e o novo, o antigo e o moderno. O conflito entre essas duas temporalidades marca a própria modernidade do romancista Camilo Castelo Branco e do fenômeno da nação, o qual se tornava na época um influente paradigma político-cultural.

RÉSUMÉ

Dans ce travail, j'analyse l'image de la nation portugaise, celle que Camilo Castelo Branco a développé dans *A Queda dum Anjo* (*La Chute d'un Ange*), roman publié en 1865. Dans cette étude, je présente des théoriciens de la nation – Renan, Hobsbawm, Bhabha, par exemple – et met en évidence les informations historiques sur le contexte de la moitié du XIX siècle, contenus dans le récit de Camilo. Calisto Elói, le protagoniste d'*A Queda dum Anjo*, est perçu comme un symbole du Portugal, nation divisée en deux temporalités: le vieux et le nouveau, l'ancien et le moderne. Le conflit entre ces deux temporalités signale la propre modernité du romancier Camilo Castelo Branco et du phénomène de la nation, que se devenait un influent paradigme politique culturel à l'époque.

ABSTRACT

In this work I analyse the image of the Portuguese nation delineated by Camilo Castelo Branco in *A Queda dum Anjo* (*The Fall of an Angel*), novel published in 1865. In order to do so, I discuss theoreticians of the nation – Renan, Hobsbawm, Bhabha, for instance – and base myself on historical information about the context of 19th century reflected by the Camilian narrative. Calisto Elói, protagonist of *A Queda dum Anjo*, is read as symbol of Portugal, nation divided into two temporalities: the old and the new, the ancient and the modern. The conflict between these two temporalities marks Camilo Castelo Branco's own modernity and the phenomenon of nation, which was becoming, at that time, an influent political-cultural paradigm.

**A IMAGEM DA NAÇÃO PORTUGUESA EM *A QUEDA DUM ANJO*,
DE CAMILO CASTELO BRANCO**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: a nação, a nação portuguesa e a literatura portuguesa no século XIX	23
1.1) a idéia de nação.....	24
1.2) construção da nação portuguesa no século XIX.....	36
1.3) a nação portuguesa e a literatura portuguesa no século XIX.....	50
CAPÍTULO 2: nação portuguesa: entre o velho e o novo Portugal	59
2.1) o velho e o novo Portugal: dicotomia(s) do romance.....	60
2.2) espaço provinciano x espaço urbano.....	62
2.3) bases sociais do Antigo Regime x ordem burguesa.....	69
2.4) economia agrária (feudal) x economia industrial (capitalista).....	75
2.5) convenções sociais x paixão e amor.....	80
2.6) linguagem castiça x linguagem corrompida.....	85
2.7) literatura clássica x literatura romântica.....	95
2.8) considerações finais.....	104
CAPÍTULO 3: Calisto Elói: um Portugal em queda?	107
3.1) contexto histórico-cultural e simbologia de Calisto Elói.....	108
3.2) Calisto Elói: Portugal do esplendor à decadência pelo progresso?	
130	
3.3) Calisto Elói e a nação moderna.....	148

CONCLUSÃO	152
BIBLIOGRAFIA	157
1) camiliana (a): do autor.....	158
2) camiliana (b): sobre o autor.....	158
3) teoria da nação em geral.....	160
4) sobre história e cultura portuguesas.....	161
5) literatura portuguesa em geral.....	163
6) teoria e crítica literárias.....	164
7) outras referências bibliográficas.....	165

Se os deixarmos a eles [os deputados de Portugal] jurar e mentir à sua vontade, a monarquia portuguesa daqui a pouco não terá mais realidade no mapa-múndi que a ilha Baratária do Miguel de Cervantes, ou as ilhas beatas do poeta Alceu!

Camilo Castelo Branco, *A Queda dum Anjo*

Irá perder-se aquela alma [o protagonista do romance], aquele exemplar marido, aquele sacerdote e glorificador dos clássicos lusitanos?

Camilo Castelo Branco, *A Queda dum Anjo*

INTRODUÇÃO

Em torno de 1925 – período de efervescência nacionalista em toda a Europa –, comemorava-se em Portugal o primeiro centenário de nascimento de Camilo Castelo Branco. Ainda com base na crítica impressionista e biográfica – típica da segunda metade do século XIX –, livros, artigos, conferências celebravam o Romancista de Ceide¹ em apreciações como esta de Archer de Lima, referente ao *Livro Negro do Padre Dinis*: “Eu não sei que alta comoção possuem certas páginas deste livro, e como Portugal fala nessas figuras que Camilo trouxe para a vida [...]”.² Ou esta de Luís de Almeida Braga: “Poucos livros, como êsses [de Camilo], darão o sentimento dum contacto tão directo e imediato com a alma portuguesa. O que faz a beleza de tais romances, é sentir-se dentro deles viver e palpitar a luz e a voz de Portugal”.³

A concepção de que a obra camiliana refletiria uma alma nacional, ou uma portugalidade, não era então recente. Já o amigo do romancista⁴ Vieira de Castro frisava “a nacionalidade dos tipos e das cenas que [Camilo] descreve”.⁵ O espanhol Miguel de Unamuno, em 1907, afirmaria: “Portugal parece la patria de los amores tristes y la de

¹ Ainda hoje não se resolveu a polêmica em torno da grafia do topônimo São Miguel de Seide ou Ceide, referente à cidade em que Camilo morou na última parte de sua vida. Em textos do próprio escritor, lêem-se ambas as realidades gráficas da palavra.

² LIMA, 1925, p. 13.

³ BRAGA, 1923, p. 21.

⁴ Nesta dissertação, chamarei Camilo romancista, e *A Queda dum Anjo* romance. Sabemos das muitas vezes evanescentes fronteiras entre o romance, a novela e mesmo o conto. As narrativas camilianas, via de regra, promovem essa dificuldade de classificação. Jacinto do Prado Coelho prefere para elas o termo ‘novela’. José Régio as enquadra na categoria ‘romance’, sem pretender entrar em rigores classificatórios. Para esse poeta e crítico, “Camilo despreza quaisquer *receitas* do género. Em última análise, criou o seu romance”. (RÉGIO, 1980, p. 88.) O termo escolhido por Régio abarcaria, no caso do escritor oitocentista, vários outros gêneros: “O romance de Camilo participa do folhetim, participa do panfleto, participa da crónica, participa do comentário, divagação ou confissão pessoal, participa [...] do que geralmente chamamos novela, e até do que, num sentido técnico fixado, geralmente chamamos romance.” (RÉGIO, 1980, p. 88-9.) Jacinto do Prado Coelho, posto que prefira classificar as narrativas camilianas como novelas, ressalta que algumas apresentam “aspectos comuns ao romance”, e situa *A Queda dum Anjo* “numa zona intermédia” desses dois gêneros. (COELHO, 2001, p. 435.) Em época em que pouco se procurava demarcar as distinções entre as três espécies de narrativa em prosa, Camilo Castelo Branco escreve nos dois últimos parágrafos de *A Queda dum Anjo*: “Eu, como **romancista**, lamento que ele [o protagonista] não viva muitíssimo apoucado, para poder tirar a sã moralidade deste **conto**. // Fica sendo, portanto, esta coisa uma **novela** que não há-de levar ao céu número de almas mais vantajoso que a novela do ano passado.” (CASTELO BRANCO, 1986, p. 1005.) Ao que parece, para o escritor, o termo ‘conto’ designaria genericamente toda e qualquer narrativa; novela, o enredo e romance, a forma da narrativa. Dadas a variação de opiniões acerca da classificação de suas obras e a preferência do autor, decidi chamar Camilo romancista, e a obra aqui analisada romance.

⁵ CASTRO *apud* FERRO, 1966, p. 131.

los grandes naufragios. // Hay, a este respecto, una obra portuguesa honda y ahincadamente representativa de pasión dolorosa. Es el *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco.”⁶ Unamuno intitulará os portugueses de “un pueblo suicida”, pensando nos exemplos de Antero de Quental, Soares dos Reis e no de Camilo.⁷ Não pôde conhecer os mesmos fins de Mário de Sá Carneiro e Florbela Espanca.⁸ Se essa concepção relativa à obra camiliana não constituía novidade em 1925, seis décadas depois a encontraremos ainda num crítico do porte de Eduardo Lourenço. Em “Situação de Camilo”, Lourenço começa por dizer: “Três sílabas. Tanto basta para nomear o mais popular e mais português dos nossos criadores modernos.”⁹ Na introdução de *A Ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos cem anos*, livro publicado em 1989, António Quadros colocará o autor oitocentista entre

[...] os que *naturalmente*, por assim dizer inconscientemente projectam alguma ou algumas das faces poliédricas do *ser pátrio*, pela autenticidade ôntica e existencial do seu estilo, dos seus cenários, das suas imagens ou das suas personagens, verdadeiras *transcrições* de um real vivido e metaforicamente reproduzido no espelho da ficção ou da poesia [...].¹⁰

O que legitimaria o lugar de Camilo Castelo Branco como um grande ou o maior escritor a expressar sua nacionalidade, conforme querem os autores mencionados acima? Se o historiador intergaláctico de Hobsbawm “conclui que os últimos dois

⁶ UNAMUNO, 1944, p. 10.

⁷ Cf. UNAMUNO, 1944, p. 82-89.

⁸ É conhecido o ideário baseado numa *hispanidad* de Unamuno – integrante da Geração de 90 –, que veio a tomar a si a tarefa de insuflar ânimo patriótico numa Espanha abalada pela derrota, em 1898, na guerra contra os Estados Unidos em nome de interesses econômicos sobre Cuba. Vale mencionar também Teixeira de Pascoaes, no que tange aos propósitos da Renascença Portuguesa – a que pertenceu o poeta – de restaurar a auto-estima nacional de um país que ainda se ressentia do *Ultimatum* inglês de 1890 e se desiludia com a república recém-proclamada. Pascoaes, dentro desse *pathos* e daqueles propósitos, publicou textos de Camilo Castelo Branco na *Revista Águia* e escreveu ainda uma biografia do romancista, *O Peninente*.

⁹ LOURENÇO, 1994, p. 219.

¹⁰ QUADROS, 1989, p. 18. (itálicos do autor. Neste trabalho, itálicos de citações pertencerão sempre ao autor; a mim, os negritos.)

séculos da história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo ‘nação’ e do vocabulário que dele deriva”,¹¹ naturalmente também deveria estar a par desses mesmos dados para compreender o juízo dispensado ao romancista português.

A nação – tal qual modernamente a concebemos – constitui fenômeno desencadeado nas décadas finais do século XVIII, que se instaura ao longo do XIX e ganha força renovada durante as quatro primeiras décadas do XX. A Revolução Francesa de 1789, destacadamente, condiciona seu aparecimento, ao destronizar o paradigma sociopolítico do *Ancien Régime* e declarar iguais todos os homens e acima dos interesses dinásticos os do povo. Povo, segundo a ideologia revolucionária, não mais denominava o terceiro estado da sociedade estamental; em povo tornavam-se todos os franceses, unificados e identificados na idéia de nação. A essa transformação de ordem sociopolítica correspondiam transformações de ordem cultural, que repercutiram na Europa, no Ocidente, no mundo. Nos Estados Alemães, influenciaram o pensamento de Herder, Hegel e Savigny. Esses filósofos vieram a operar com o conceito de *Volksgeist*, o ‘gênio de um povo’ que se manifestaria nas produções culturais como marca de uma identidade coletiva. Contrário à concepção clássica de arte universalista, o conceito refletia o anseio romântico pela individualidade nacional e engajamento nas causas da nação. Segundo Eduardo Lourenço,

De pura presença geográfica, natural, *lugar* de um destino certo ou incerto entre vida e morte, a Pátria converte-se em realidade *imane*nte da qual cada cidadão consciente é solidário e responsável. Assim como no domínio político lhe é pedido que directa ou indirectamente a assume pelo *voto*, assim culturalmente, o que a Pátria é ou não é, *interpela* o escritor com uma força e uma urgência antes desconhecidas. Cada escritor consciente da nova era escreverá, como Fichte, o seu *pessoal discurso à sua nação*, cada um se sentirá profeta ou

¹¹ HOBBSAWM, 2002, p. 11.

mesmo messias de destinos pátrios, vividos e concebidos como revelação, manifestação e culto das respectivas *almas nacionais*.¹²

Certamente a modernidade literária que o romantismo promove e lega como episteme a posteriores estéticas afina-se com a modernidade do próprio fenômeno da nação. Desse modo, muitas vezes a literatura encontra-se a serviço desta, ou antes, funciona como aparelho ideológico para legitimá-la. Em Portugal, ao lado de um político como Passos Manuel, que na década de 1830 reformou as instituições educacionais, vários escritores oitocentistas interessaram-se pela instrução pública. Alexandre Herculano empenhou-se a favor do ensino primário proporcionado a toda a população portuguesa; António Feliciano de Castilho divulgou seu método de leitura, e já entre os conferencistas do *Casino Lisbonense*, em 1871, Adolfo Coelho proferiu “Sobre o Ensino”.

A modernidade de Portugal como nação coloca-se indissociavelmente ligada à idéia de sua decadência, mazela que preocupará a políticos, a estudiosos de diversas áreas, às sucessivas gerações de escritores portugueses. Eduardo Lourenço, em “Da Literatura como Interpretação de Portugal”, texto de 1975, dirá que “A partir de Garrett e Herculano” e pelo menos até Fernando Pessoa, “*Portugal*, enquanto realidade histórico-moral, constituirá o núcleo da pulsão literária determinante. A tal ponto, que nos parecem *in-significantes* ou de pouco relevo aquelas obras em que essa motivação confessa ou oculta está ausente”.¹³ Esta última frase explicita, ademais, o poderoso lastro impresso pela questão nacional no juízo sobre as obras produzidas no período entre as primeiras décadas do século XIX e as primeiras do XX... E todavia, em 1998, Eduardo Lourenço lançará para além de Fernando Pessoa a sobrevivência da pulsão de problematizar a nação portuguesa:

¹² LOURENÇO, 1991, p. 82.

¹³ LOURENÇO, 1991, p. 80-1.

[...] desde as invasões napoleônicas até ao definitivo estabelecimento da Monarquia Constitucional (1834), Portugal discute-se. Por conta do que é ou foi, por conta do que não é e quer ser: um país europeu, com o mesmo ou análogo modelo político e cultural corrente na Europa. **Desde então, de uma certa maneira, Portugal e a sua cultura nunca mais deixaram de se discutir.**¹⁴

Nessa infatigável trajetória de discussão, insere-se a própria obra de Lourenço. Atestam-no *Labirinto da Saudade*, *Mitologia da Saudade*, *A Nau de Ícaro*, *Nós e a Europa*, *ou as duas razões* e outros vários títulos de sua autoria. Em 2004 José Gil ofereceu contundente contribuição à permanência do debate: *Portugal, Hoje: O Medo de Existir*. Nesse livro, assim descreve um certo “país da não-inscrição”:

Em Portugal nada acontece, [...] quer dizer, nada se inscreve – na história ou na existência individual, na vida social ou no plano artístico. Talvez por isso os estudos mais sólidos e com maior tradição em Portugal sejam os que se referem ao passado histórico, numa vontade desesperada de inscrever, de registrar para dar consistência ao que tende incessantemente a desvanecer-se (e que, de direito, se inscreveu já, de toda a maneira – mas onde?).¹⁵

Neste trabalho, proponho, situando Camilo Castelo Branco dentro desse panorama de discussão e de construção nacional, analisar a imagem da nação portuguesa delineada em *A Queda dum Anjo* – romance publicado em volume em dezembro de 1865. Não me interessará – tomando as palavras de António Quadros citadas anteriormente – a ‘projeção’ ‘natural’ ou ‘inconsciente’ do ‘ser pátrio’ nessa obra e, segundo o crítico português, presente em outras obras camilianas. Procuro aqui apontar – ainda nas palavras de Quadros – para um “outro grau de consciência e de

¹⁴ LOURENÇO, 1999, p. 103-4.

¹⁵ GIL, 2005, p. 15.

entendimento”, no qual os escritores “se dirigem directamente à essência do *ser pátrio*, procurando surpreendê-lo e transmiti-lo em termos simbólicos no seu amplo movimento temporal, na sua teleologia, nos seus momentos axiais, no seu tecido de arquétipos, de paradigmas, de mitos e de ideias-força”.¹⁶ Embora o crítico não enquadre Camilo nesse ‘grau de consciência e de entendimento’ (de fato, a obra camiliana como um todo não o revela), creio que *A Queda dum Anjo* é, nessa perspectiva, um romance à parte. Nele o autor parece dirigir-se ‘directamente à essência do *ser pátrio*’, conforme explicita António Quadros.¹⁷

Numa malha narrativa satírica e irônica, *A Queda dum Anjo* conta a história de Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda, o morgado da Agra de Freimas, habitante da região nortenha portuguesa de Miranda. O protagonista abandona os estudos de latinidade realizados num seminário em Braga, por lhe pedir a mãe, viúva, que a ajudasse na administração da casa e demais propriedades. Conveniências familiares levam-no a desposar sua prima Teodora Figueiroa – também morgada, uma mulher, nos dizeres do narrador, “ignorante mais que o necessário para ter juízo”¹⁸ e “mais feia do que pede a razão que seja uma senhora honesta”.¹⁹ O enlace matrimonial vem a resultar na constituição da maior riqueza da região, e a vida simples e os hábitos parcimoniosos do casal auferem prosperidade. Enquanto fica a esposa a cuidar dos serviços domésticos, Calisto Elói passa o mais do tempo em sua biblioteca, herdada de numerosos e ilustres parentes eclesiásticos, a ler alfarrábios. O protagonista, de nítido cariz quixotesco, refugia-se num exagerado passadismo, rejeitando sua contemporaneidade, a qual julga corruptora da moral cristã-católica e dos valores que acredita autenticamente portugueses. Nessa concepção de vida – motivo para ser tido,

¹⁶ QUADROS, 1989, p. 18.

¹⁷ Eduardo Lourenço também exclui Camilo Castelo Branco da trajetória da literatura portuguesa ‘como interpretação de Portugal’ entre Almeida Garrett e Fernando Pessoa.

¹⁸ CASTELO BRANCO, 1986, p. 840.

¹⁹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 883.

ironicamente, como o anjo referido no título do romance –, o morgado domina a língua latina e a grega, conhece a fundo a literatura e a história da Antigüidade Clássica e do Portugal de até os seiscentos, é um monárquico- -absolutista. Orgulhoso de sua remotíssima fidalguia, anterior à primeira dinastia portuguesa, Calisto mostra-se competente e impiedoso genealogista das mais afamadas famílias do país. Quando preside a Câmara Municipal de Miranda, defende retorno a leis extintas havia setecentos anos. Rejeitada e tomada às gargalhadas sua proposta, decide não relacionar-se nunca mais com política. Muda de idéia, porém, quando, admirada sua retórica e saber por conterrâneos e evocado a deveres patrióticos, candidata-se para deputado.

Eleito, deixa esposa e casa e vai residir em Lisboa. Depara uma capital bem diferente da que lhe descrevem seus amados autores do século XVII. Tenta morar em bairro onde lhe garantem haver vários monumentos de interesse arqueológico. Todavia, lá nada encontra, além de um lugar imundo tanto literal quanto moralmente. Chega a escorregar e cair numa poça de lama, e por isso recebe a galhofa de uma vizinhança composta de prostitutas e marinheiros. Nessa cidade, Calisto também aspirará um ar fétido e se intoxicará ao beber a água de uma fonte, aos quais um velho livro atribui características benfazejas à saúde. No Parlamento, suas idéias retrógradas, o modo antiquado com que fala e se veste provoca risos e curiosidade não só de outros deputados, mas de pessoas que vão ouvir os discursos como se fossem ao teatro. Há inclusive, em cenas transcorridas na casa de representação nacional, o emprego de indicadores textuais de falas e atitudes típicos de peças dramatúrgicas. O protagonista aí lutará contra gastos públicos com superfluidades, contra a linguagem repolhuda do arqui-rival Dr. Libório, deputado pelo Porto. Zelarà pela retidão moral da filha adúltera de um amigo... Até que o anjo principiará a cair. Conquanto casado, apaixona-se pela primeira vez (o personagem é um quarentão) por Adelaide, filha solteira daquele

mesmo amigo, o desembargador Sarmiento. O sentimento atém-se às fronteiras do platonismo. Mas o morgado já manifesta sinais de transformação: passa a trajar à moda, troca o rapé pelo charuto. Mais tarde conhece Ifigénia, uma linda viúva brasileira, recém-chegada do Brasil. Os dois relacionam--se amorosamente e chegam a passear em público como casal. Embora Teodora descubra e se esforce para dar fim ao adultério e às outras mudanças de comportamento do marido, Calisto rende-se de vez à modernidade. Professa o liberalismo; viaja com a amante para a França, país modelo de luxo e progresso; torna-se barão. Essa queda, anunciada no título do romance, também resulta na queda da esposa Teodora no jogo de sedução de Lopo da Gamboa, primo desta e apenas interessado na riqueza de sua parente. Ambos os novos casais, frutos de uma ruptura com a moral, têm filhos e, para o lamento irônico do narrador, parecem encontrar a felicidade.

Em *A Queda dum Anjo*, o narrador, a partir da ironia e da sátira, delineia os contornos de uma nação dividida entre o velho e o novo, o tradicional e o moderno. De um lado, o espaço provinciano de Miranda, a estrutura sócio-econômica de base feudal, a cultura greco-latina e de autores clássicos portugueses. De outro lado, o espaço urbano de Lisboa, as transformações políticas, sociais promovidas pelo liberalismo, a cultura romântica de influência francesa. Não compreendemos a contraposição dessas duas temporalidades, sem observarmos a própria modernidade em que o romance de Camilo Castelo Branco se situa. Trata-se da modernidade do próprio fenômeno da nação, cindida entre um passado que aponta para uma origem histórica nacional e a vitalidade manifesta no afastamento desse tempo que se foi.²⁰ A modernidade – sinalizada, por exemplo, pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa de 1789 – institui um paradigma onde o tempo transcorre linearmente, impelido por um jogo de causas e conseqüências, gerando o progresso histórico. A episteme romântica – base das estéticas que sucederam

²⁰ Cf. BHABHA, 2003, p. 206-7.

ao romantismo no século XIX e mesmo XX –, surge orientada por esse paradigma, assim como se dá dentro dele o fenômeno moderno da nação.

Discutir a imagem de uma nação europeia, como Portugal, delineada num romance de meados do século XIX, como *A Queda dum Anjo*, de Camilo Castelo Branco, envolve observar os primeiros passos desse fenômeno político-cultural que é a nação, e como a literatura cumpriu seu papel de construtora nacional. Para iniciar essa discussão, dividi o ‘Capítulo 1’ (“a nação, a nação portuguesa e a literatura portuguesa no século XIX”) em três seções. Na primeira (1.1), procuro conceituar a idéia de nação, contextualizando-a historicamente. Recorro a autores como Lord Acton, Ernest Renan – situados no século XIX –, Otto Bauer, Anthony Smith, Benedict Anderson, Eric J. Hobsbawm e Homi K. Bhabha – estudiosos pertencentes ao século XX, alguns dos quais também ao XXI. Para o caso específico de Portugal, na segunda seção (1.2), colho informações, entre outros, dos historiadores oitocentistas portugueses Alexandre Herculano e Oliveira Martins e dos mais recentes António Sérgio, Joel Serrão, Oliveira Marques, José Mattoso. À luz desses autores, abordo a questão da nação portuguesa no século XIX, privilegiando o período entre as primeiras décadas e a de 1860. Por fim, na terceira seção (1.3), reflito sobre a relação entre Portugal e a literatura portuguesa dos oitocentos. O texto mais importante nessa parte do capítulo será o do crítico português contemporâneo Eduardo Lourenço: “Da literatura como interpretação de Portugal”. Faço notar que nesse trabalho de Lourenço existe um quase silêncio acerca da obra camiliana, excluída, portanto, da trajetória que iria de Almeida Garrett a Fernando Pessoa de problematizar Portugal.

No ‘Capítulo 2’ (“nação portuguesa: entre o velho e o novo Portugal”), a partir da observação da modernidade da narrativa camiliana – como um todo, e especificamente em *A Queda dum Anjo* –, analiso as dicotomias enfeixadas na

dicotomia do velho e do novo Portugal, presentes no romance de 1865. Na seção 2.1, apresento o percurso semântico da palavra ‘moderno’, com base em texto de Antoine Compagnon, e dialogo com o artigo “Situação de Camilo”, de Eduardo Lourenço, objetivando explicar o lugar duplo de *A Queda dum Anjo*: entre o velho e o novo, entre o antigo e o moderno. Seguem-se seis seções, dedicadas cada uma à análise de uma das dicotomias verificáveis no romance, a sabê-las: 2.2) espaço provinciano x espaço urbano; 2.3) bases sociais do Antigo Regime x ordem burguesa; 2.4) economia agrária (feudal) x economia industrial (capitalista); 2.5) convenções sociais x paixão e amor; 2.6) linguagem castiça x linguagem corrompida; e 2.7) literatura clássica x literatura romântica. Nesse passo da dissertação, retomo vários autores citados anteriormente, além de citar outros autores. Concluem o capítulo as “considerações finais”, na seção 2.8, transição para o ‘Capítulo 3’.

No ‘Capítulo 3’ (“Calisto Elói: um Portugal em queda?”), detenho-me no protagonista do romance de Camilo Castelo Branco, no intuito de compreendê-lo como símbolo da nação portuguesa. Constituem esse último capítulo da dissertação três seções. Na primeira (3.1), observo o personagem dentro de intertextos variados: a) com vestígios biográficos do próprio autor; b) com o Portugal da época em que o romance foi escrito e publicado; c) com personagens de extratexto (do próprio Camilo, D. Quixote e Sancho Pança, Fausto); d) com o mito sebastianista; e) com o imaginário religioso português; f) com o personagem histórico D. Miguel. A partir dessa articulação intertextual, explicitarei a carga simbólica de Calisto Elói, no que tange à representação da nação portuguesa. Na seção 3.2, discuto mais propriamente o significado desse símbolo. Tratar-se-ia, de fato, de uma nação que veio do esplendor à decadência pelo caminho do progresso, conforme sugere a trajetória do personagem de *A Queda dum Anjo*? Nesse passo do trabalho, opero principalmente com os conceitos de

decadência e de progresso, dentro do contexto oitocentista de Portugal. Cotejo Camilo Castelo Branco com autores portugueses precedentes – em termos de geração – (Almeida Garrett e Alexandre Herculano) e posteriores (os integrantes da Geração de 70: Antero de Quental, Eça de Queirós e Oliveira Martins), para compreender melhor a idéia de decadência e de progresso em *A Queda dum Anjo*. Com base nas conclusões alcançadas a partir dessa discussão, creio responder à pergunta enunciada no título do capítulo. Por fim, na seção 3.3, sintetizo a imagem da nação portuguesa projetada pelo percurso de Calisto Elói, articulando-a com a idéia de nação como ‘comunidade imaginada’, abordada no ‘Capítulo 1’.

Não segui metodologia – ao menos, no rigor do termo –, ao executar a leitura do romance de Camilo Castelo Branco aqui proposta. Direcionado pelos objetivos de trabalho, o processo dissertativo ateu-se à análise da obra eleita como *corpus* de estudo. A partir dessa análise, procurei integrar a obra dentro de um diálogo com textos teóricos sobre a nação, textos historiográficos sobre Portugal, sobre cultura portuguesa e textos literários.

CAPÍTULO 1:

A NAÇÃO, A NAÇÃO PORTUGUESA E A LITERATURA PORTUGUESA NO SÉCULO XIX

[...] the ‘end of the era of nationalism,’ so long prophesied, is not remotely in sight. Indeed, nation-ness is the most universally legitimate value in the political life of our time.

Benedict Anderson, *Imagined Communities*

Eis aqui
..... o Reino Lusitano,
Onde a terra se acaba e o mar começa

Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*

Aqui o mar acaba e a terra principia.

José Saramago, *O ano da morte de Ricardo Reis*

1.1) A IDÉIA DE NAÇÃO

Em maio de 1882, Ernest Renan proferia na Sorbonne “Qu’est-ce qu’une nation?”, que se tornaria um dos textos mais citados e discutidos entre os estudiosos da nação. Nele Renan destacava o para a época inusitado fator do esquecimento na formação das nacionalidades, argumentando que “l’essence d’une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun, et **aussi que tous aient oublié bien de choses**”.²¹ O ano de 1882 integra um período iniciado na década de 1870, quando, segundo Eric J. Hobsbawm, “o número dos movimentos nacionalistas aumentou consideravelmente na Europa”.²² O discurso propalado por esses movimentos, que no mais das vezes *se esqueciam* de importantes dados históricos, pretendia basear-se na antigüidade senão no a-historicismo da nação, além de legitimar-se, via de regra, numa suposta homogeneidade e estatismo étnico, cultural e lingüístico.

Entre os poucos a objetivar uma teoria ontológica da nação durante o século XIX, Ernest Renan afirmava: “L’oubli, et je dirai même l’erreur historique, sont un facteur essentiel de la création d’une nation, et c’est ainsi que le progrès des études historiques est souvent pour la nationalité un danger”.²³ Nessa perspectiva, a nação revelava-se um fenômeno recente, não natural, construído com base num sistemático esquecimento de fatos históricos. A unidade identitária, em suas múltiplas manifestações – concluimos na leitura de “Qu’est-ce qu’une nation?” –, não existiria num *a-priori*; seria formada por um ato anterior de violência, esquecido no presente. Quanto à unidade política nacional, comenta Renan: “L’investigation historique, en effet, remet en lumière les faits de violence qui sont passés à l’origine de toutes les formations politiques, même de celles dont les conséquences ont été les plus bienfaisantes. **L’unité se fait toujours brutalement [...]**.”²⁴ Quanto à unidade religiosa

²¹ RENAN, 1997, p. 15.

²² HOBBSAWM, 2003, p. 207.

²³ RENAN, 1997, p. 13.

²⁴ RENAN, 1997, 13-4.

da nação: diferentemente do que deveria ocorrer na Antigüidade, “Il n’y a plus de masses croyant d’une manière uniforme. [...] Il n’y a plus de religion d’État; on peut être français, anglais, allemand, en étant catholique, protestant, israélite, en ne pratiquant aucun culte”.²⁵ Quanto à sua unidade étnica: “La considération ethnographique n’a donc été pour rien dans la constitution des nations modernes”,²⁶ pois “La vérité est qu’il n’y a pas de race pure et que faire reposer la politique sur l’analyse ethnographique, c’est la faire porter sur une chimère. Les plus nobles pays, l’Angleterre, la France, l’Italie, sont ceux où le sang est le plus mêlé”.²⁷ Quanto à sua unidade lingüística:

La langue invite à se réunir; elle n’y force pas. Les États-Unis et l’Angleterre, l’Amérique espagnole et l’Espagne parlent la même langue et ne forment pas une seule nation. Au contraire, La Suisse, si bien faite, puisqu’elle a été par l’assentiment de ses différentes parties, compte trois ou quatre langues.²⁸

Não problematizarei o juízo de valor – hoje, facilmente contestável – com o qual Ernest Renan opera, ao qualificar Inglaterra, França e Itália como países entre “os mais nobres”. Assinalo, sim, o questionamento à idéia de pureza racial concernente a sua própria validade, face a estudos genéticos mais avançados. Citando Stuart Hall: “Conceitualmente, a categoria ‘raça’ não é científica. As diferenças atribuíveis à ‘raça’ numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. ‘Raça’ é uma construção política e social.”²⁹

²⁵ RENAN, 1997, p. 28

²⁶ RENAN, 1997, p. 21.

²⁷ RENAN, 1997, p. 21.

²⁸ RENAN, 1997, p. 24-5.

²⁹ HALL, 2003, p. 69. O autor explicita que hoje se costuma distinguir as categorias ‘raça’ e ‘etnia’. Aquela basear-se-ia em diferenciações biológicas, manifestadas pelo fenótipo, ao passo que esta basear-se-ia em diferenciações culturais. (Cf. HALL, 2003, p. 89-71.) Acerca de ambas as categorias, entretanto, Hall considera: “[...] o racismo biológico e a discriminação cultural não constituem dois sistemas distintos, mas dois registros do racismo. Na maioria das vezes, os discursos da diferença biológica e cultural estão em jogo simultaneamente. No anti-semitismo, os judeus eram multiplamente racializados por razões biológicas, culturais e religiosas.” (HALL, 2003, p. 71.)

Também importa considerar, para além da não-exclusividade ou da diversidade de idiomas vernáculos em vários exemplos de nação, o fato de que, conforme pontua Hobsbawm,

As línguas nacionais são sempre [...] construtos semi-artificais e, às vezes, virtualmente inventados, como o moderno hebreu. São o oposto do que a mitologia nacionalista pretende que sejam – as bases fundamentais da cultura nacional e as matrizes da mentalidade nacional. Frequentemente, essas línguas são tentativas de construir um idioma padronizado através da recombinação de uma multiplicidade de idiomas realmente falados, os quais são, assim, rebaixados a dialetos [...].³⁰

O historiador de *Nações e Nacionalismo* ainda chama a atenção para outros dados relativos ao elemento lingüístico como promovedor da unidade identitária nacional:

[...] uma língua comum, exatamente por não ser naturalmente gerada mas sim construída – **especialmente quando é impressa** –, adquire uma **nova fixidez que a faz parecer mais permanente** e portanto (por uma ilusão de ótica) **mais “eterna” do que realmente é**. Daí a importância não apenas da invenção da imprensa [...], mas também dos grandes padronizadores e depuradores que aparecem na história culta de toda língua cultural, depois do surgimento do livro impresso.³¹

Vemos que a imprensa constituiu um dos principais fatores que condicionaram o advento da nação, uma vez que proporcionava uma *ilusória impressão* de um registro uniforme e estático. Cabe aqui sublinhar o papel da veloz expansão comercial, no século XIX, das letras impressas não apenas no suporte livro, mas também nos jornais e nas revistas – veículos de notícias e idéias dirigidos a um público cada vez mais amplo. O

³⁰ HOBSBAWM, 2002, p. 70-1.

³¹ HOBSBAWM, 2002, p. 77.

contemporâneo teórico da nação Benedict Anderson, o qual a denominou ‘comunidade imaginada’, pensando nas “Origens da Consciência Nacional” (título do terceiro capítulo de seu livro *Imagined Communities*), defende: “Nothing served to ‘assemble’ related vernaculars more than capitalism, which, within the limits imposed by grammars and syntaxes, created mechanically reproduced print-languages capable of dissemination through the market.”³² Em parágrafo imediatamente abaixo, afirma que as letras impressas

[...] created unified fields of exchange and communication below Latin and above the spoken vernaculars. Speakers of the huge variety of Frenches, Englishes, or Spanishes, who might find it difficult or even impossible to understand one another in conversation, became capable of comprehending one another via print and paper. In the process, they gradually became aware of the hundreds of thousands, even millions, of people in their particular language-field, and at the same time that *only those* hundreds of thousands, or millions, so belonged. These fellow-readers, to whom they were connected through print, formed, in their secular, particular, visible invisibility, the embryo of the nationally imagined community.³³

Retomarei adiante as reflexões de Anderson. Mas, afinal, como Ernest Renan explicou a existência das nações modernas, algo “d’assez nouveau dans l’Histoire”, e, portanto, “L’Antiquité ne les connut pas”?³⁴ Numa altura em que Friedrich Nietzsche postulava que a verdade não existe senão como imposição de uma ‘vontade de potência’,³⁵ na Conferência de Maio de 1882 Renan propunha:

³² ANDERSON, 1991, p. 44.

³³ ANDERSON, 1991, p. 44.

³⁴ RENAN, 1997, p. 10.

³⁵ Günter Abel, em “Verdade e Interpretação”, escreve sobre Nietzsche: “[...] a verdade não é ‘dada’, em si e preestabelecida; ao contrário, ela é ‘criada’ por meio de processos de determinação de signos e de interpretações. Aqui ‘descobrir’ e ‘produzir’ vão de mãos dadas. A ‘verdade’, segundo Nietzsche, é o nome para a ‘vontade de denominação que em si não tem fim. Ela é, nesse sentido, uma ‘palavra’ para a ‘vontade de potência’”. (ABEL. In: MARTON, 2005, p. 181-2.)

Une nation est une âme, un principe spirituel. Deux choses qui, à vrai dire, n'en font qu'une, constituent cette âme, ce principe spirituel. L'une est dans le passé, l'autre dans le présent. L'une est la possession en commun d'un riche legs de souvenirs; **l'autre est le consentement actuel, le désir de vivre ensemble, la volonté de continuer à faire l'héritage qu'on a reçu indivis.**³⁶

Em contestação a muitas das teorias nacionalistas, em pleno vigor em sua época, Renan salienta: “Nous avons chassé de la politique les abstractions métaphysiques et théologiques. Que reste-t-il, après cela? **Il reste l'homme, ses désirs, ses besoins.**”³⁷ E numa percepção típica da modernidade, observa: “Les volontés humaines changent; **mais qu'est-ce qui ne change pas ici-bas?** Les nations ne sont pas quelque chose d'éternel. Elles ont commencé, elles finiront.”³⁸ De fato, a modernidade constitui a instauração de um paradigma onde ocorre um jogo entre o velho e o novo, o passado e o presente, com base no qual a nação – fenômeno moderno – se sustenta. A vontade, então sujeita a essa contingência transformadora, constrói e legitima os laços da unidade nacional, por conseguinte, sujeitos a essa vontade em incessante devir. Desse modo, segundo Stuart Hall, a cultura – um alicerce da ideologia nacionalista –

[...] não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar.³⁹

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial – conflito, aliás, de notórias motivações nacionalistas –, Otto Bauer verificava também a mutabilidade do que denominou, em perspectiva essencialista, entretanto, o ‘caráter nacional’. Segundo esse

³⁶ RENAN, 1997, p. 31.

³⁷ RENAN, 1991, p. 33.

³⁸ RENAN, 1991, p. 33.

³⁹ HALL, 2003, p. 44.

autor, afinado com o marxismo, “Os membros de uma nação ligam-se por uma comunhão do caráter num período definido; de modo algum a nação de nossa época está ligada a seus ancestrais de dois ou três milênios atrás”.⁴⁰ Adiante, Bauer esclarece: “Para nós, portanto, a nação já não é uma coisa rígida, mas um processo de transformação cuja natureza é regida pelas condições em que as pessoas lutam por suas necessidades vitais e por se manter.”⁴¹ Fica, pois, evidente a condição de devir da nação moderna, assim como a própria idéia de modernidade em que esse fenômeno político-cultural se situa implica um processo de renovação.

De fato, embora se defendesse nos séculos XIX e XX a existência antiga senão apriorística das nações, estas, segundo Hobsbawm, caracterizam-se, sobretudo, por sua modernidade.⁴² O autor informa que, no *Dicionário da Real Academia Espanhola*,

Antes de 1884, a palavra *nación* significava simplesmente “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino” e também “um estrangeiro”. Mas agora [naquela data] era dada como “um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum” e também “o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerados como um todo” – e, portanto, o elemento de um Estado comum e supremo é central a tais definições, pelo menos **no mundo ibérico**.⁴³

Adriano Moreira, tomando a França como típico exemplo da Europa, pontua que, “na Idade Média, um homem deveria sentir-se primeiramente cristão, depois burguinhão, e finalmente francês, em sentido inteiramente diferente do actual”.⁴⁴ Nem a divisão feudal da sociedade nas três classes estamentais (clero, nobreza e povo), nem a universalidade da identificação pelo cristianismo exprimiam o princípio de

⁴⁰ BAUER. In: BALAKRISHNAN (org.), 2000, p. 47.

⁴¹ BAUER. In: BALAKRISHNAN (org.), 2000, p. 62.

⁴² Cf. HOBBSAWM, 2002, p. 27.

⁴³ HOBBSAWM, 2002, p. 27. Com o sintagma em negrito quero frisar antecipadamente algum detalhe sobre a especificidade do percurso da nação portuguesa no século XIX, que abordarei na seção seguinte.

⁴⁴ MOREIRA, 1999, p. 312.

nacionalidade que os discursos nacionalistas bem posteriores postulariam. A idéia de povo – ou seja, de uma população que se sinta unificada por uma consciência nacional – pôde aparecer necessariamente com a deterioração do paradigma de uma sociedade européia de contornos ainda feudais em fins do século XVIII. Em conhecido texto de 1862, Lord Acton já distinguia:

No antigo sistema europeu, os direitos das nacionalidades não eram reconhecidos pelos governos nem afirmados pelo povo. O interesse das famílias reinantes, e não os das nações, regia as fronteiras; e a administração era conduzida, em geral, sem nenhuma referência aos desejos populares.⁴⁵

Esses diferentes contextos políticos pontuam por si a modernidade da nação. Para Acton, a propósito, a teoria da nacionalidade expressaria – ao lado das teorias da igualdade e do comunismo – anseios de remediar as injustiças sociais tão ressentidas na nova era a que a Revolução Francesa de 1789 teria dado início.⁴⁶ Igualmente tendo em vista a Europa, Benedict Anderson, mais de um século depois de Lord Acton, verá como motivo da origem da nacionalidade a busca de um lenimento para um desconforto existencial:

The century of the Enlightenment, of rationalist secularism, brought with it its own modern darkness. With the ebbing of religious belief, the suffering which belief in part composed did not disappear. Disintegration of paradise: nothing makes fatality more arbitrary. Absurdity of salvation: nothing makes another style of continuity more necessary. What then was required was a secular transformation of fatality into continuity, contingency into meaning. As we shall see, few things were (are) better suited to this end than an idea of nation. If nation-states are widely conceded to be ‘new’ and ‘historical’, the nations to

⁴⁵ ACTON. In: BALAKRISHNAN (org.), 2000, p. 25.

⁴⁶ Cf. ACTON. In: BALAKRISHNAN (org.), 2000, p. 23-5.

which they give political expression always loom out of an immemorial past, and, still more important, glide into a limitless future.⁴⁷

Tanto Lord Acton quanto Benedict Anderson enxergam no século XVIII – o século do Iluminismo e da Revolução Francesa – uma época que condicionou o surgimento da nação moderna e das ideologias nacionalistas. Sabemos que aquela corrente filosófica e aquele episódio revolucionário são fatores fundamentais da queda do paradigma sócio-econômico-político-cultural ligado ao Antigo Regime e da consolidação de um novo paradigma – em termos sociais, burguês; em termos econômicos, capitalista; em termos políticos, liberal; em termos culturais, romântico; em termos epistemológicos, cientificista. Sobre a relação entre o romantismo literário e a nação, discorrerei na última seção deste capítulo. Convém, todavia, citar esta passagem de Acton, onde se explicita a importância do envolvimento de um e com a outra:

Por volta de 1830, a literatura também contribuiu para a idéia nacional. “Foi a época”, diz Mazzini, “do grande conflito entre a escola romântica e a clássica, que poderia com igual veracidade ser chamado de conflito entre os partidários da liberdade e os da autoridade.” A escola romântica foi atéia na Itália e católica na Alemanha, mas, em ambos os lugares, teve o efeito comum de incentivar a história e a literatura nacionais.⁴⁸

À medida que se desmantelava o mundo clássico do Antigo Regime, baseado numa concepção de unidade universal (a divisa, referida por Luiz Costa Lima, do estado absolutista de “um só Deus, um só rei, uma só lei”⁴⁹), uma ordem de particularizações se instaurava. Dentro dessa nova concepção, cada vez mais se assinalavam diferenças

⁴⁷ ANDERSON, 1991, p. 11-2.

⁴⁸ ACTON. In: BALAKRISHNAN (org.), 2000, p. 34.

⁴⁹ COSTA LIMA, 1984, p. 72.

identitárias, que, aliás, no caso europeu, o contato e o convívio com as populações nativas de África, Ásia e América acentuavam. Pois, como dirá Otto Bauer, “O conhecimento da vida estrangeira é condição de qualquer consciência nacional”.⁵⁰

Benedict Anderson destaca três ‘raízes culturais’ da nação moderna: 1) os laços promovidos pela irmanação religiosa; 2) a integração sociopolítica constituída pelos reinos dinásticos; 3) a mudança nas apreensões do tempo.⁵¹ A unidade que a religião e as dinastias promoviam nos vários reinos europeus durante o Antigo Regime teria sido concebida, a partir de fins do século XVIII, e principalmente no XIX e XX, como marca anterior de identidades nacionais. A mudança nas apreensões do tempo viria a permitir que assim se concebesse. Anderson pontua que “the mediaeval Christian mind had no conception of history as an endless chain of cause and effect or of radical separation between past and present”.⁵² Devemos recordar que o fenômeno moderno da nação, que se disseminou amplamente no hemisfério ocidental no século XIX, situa-se no contexto da ‘ascensão do discurso histórico’.⁵³ A história ascendia, porque se integrava ao paradigma cientificista da época, e dessa forma colocava-se como fruto de uma pesquisa de documentos e de fatos, pautada em métodos científicos. Tratava-se, sobretudo, de uma compreensão teleológica do mundo, consoante uma “crença otimista no avanço da humanidade”.⁵⁴ Nessa narrativa histórica, os homens do presente ligavam-se por laços identitários aos homens do passado, ligação que reforçava os vínculos entre os homens do presente circunscritos a determinado espaço, o espaço que se defendia ser o da

⁵⁰ BAUER. In: BALAKRISHNAN (org.), 2000, p. 67.

⁵¹ Cf. ANDERSON, 1991, p. 9-36.

⁵² ANDERSON, 1991, p. 23. Benedict Anderson parafraseia a informação de Bloch, o qual “observes that people thought they must be near the end of time, in the sense that Christ’s second coming could occur at any moment”. (ANDERSON, 1991, p. 23.) Um dos sermões da “Primeira Dominga do Advento”, proferido em 1652 por Padre António Vieira, ilustra essa apreensão do tempo explicitada por Bloch, conforme texto de Anderson: “[...] o dia do Juízo não está longe: está tão perto como o dia de amanhã, e como o dia de hoje, e como esta mesma hora em que estamos: *Venit hora, et nunc est.*” (VIEIRA, 1945, v. I, p. 78.)

⁵³ Cf. COSTA LIMA, 1984, p. 113-30.

⁵⁴ COSTA LIMA, 1984, p. 37.

nação. Com efeito, ainda no campo da mudança das apreensões do tempo, Benedict Anderson reflete sobre a noção de simultaneidade. Informa o autor:

What has come to take the place of the mediaeval conception of simultaneity-along-time is [...] an idea of ‘homogeneous, empty time’, in which simultaneity is, as it were, transverse, cross-time, marked not by prefiguring and fulfilment, but by temporal coincidence, and measured by clock and calendar.

Why this transformation should be so important for the birth of the imagined communities of the nation can best be seen if we consider the basic structure of two forms of imagining which first flowered in Europe in the eighteenth century: the novel and the newspaper.⁵⁵

A simultaneidade que se configura nesse tempo ‘homogêneo e vazio’, medido pelo relógio e pelo calendário, abarca acontecimentos múltiplos ocorridos num mesmo espaço, com pessoas distintas que não se conhecem, e provavelmente nunca se conhecerão. Entretanto, as narrativas ficcionais e jornalísticas, florescidas na Europa setecentista e em franca expansão nos oitocentos, promoviam e disseminavam a consciência dessa simultaneidade. De modo que, segundo Anderson, “The idea of a sociological organism moving calendrically through homogeneous, empty time is a precise analogue of the idea of the nation, which also is conceived as a solid community moving steadily down (or up) history”.⁵⁶ Eis, afinal, uma das principais razões que levaram o autor norte-americano a definir a nação como uma ‘comunidade imaginada’. Pois “the members of even smallest nation will never know most of their fellow-members, meet them, or even hear of them, yet in the minds of each lives the image of their communion”.⁵⁷ Anderson chega a frisar ainda que “all communities larger than

⁵⁵ ANDERSON, 1991, p. 24-5.

⁵⁶ ANDERSON, 1991, p. 26.

⁵⁷ ANDERSON, 1991, p. 5.

primordial villages of face-to-face contact **(and perhaps even these) are imagined.** Communities are to be distinguished, not by their falsity/genuineness, but by the style in which they are imagined”.⁵⁸

Anderson também atribui ao recenseamento, aos mapas e aos museus o papel de grandes promovedores do imaginar a comunidade nacional.⁵⁹ Mas de que maneira todas essas informações – veiculadas por livros, jornais, revistas – chegariam a uma maior camada da população, no século XIX, e mesmo na Europa, com um significativo índice de analfabetismo? Interessado no processo de formação das consciências nacionais, o estado político percebeu a importância de promover o ensino público. Nas palavras de Hobsbawm,

Naturalmente, os Estados iriam usar a maquinaria de comunicação, crescentemente poderosa junto a seus habitantes – sobretudo as escolas primárias – para difundir a imagem e a herança da “nação” e inculcar a adesão a ela, bem como ligá-los ao país e à bandeira, freqüentemente “inventando tradições”, ou mesmo nações, com esse objetivo.⁶⁰

Entre os teóricos da nação mais recentes e mais importantes, Homi K. Bhabha opera com os conceitos de *pedagogia* e *performance* para discuti-la em termos de sua temporalidade. Bhabha explica como se articulariam o passado e o presente na idéia de povo-nação:

[...] o povo consiste em “objetos” históricos de uma pedagogia nacionalista, que atribui ao discurso uma autoridade que se baseia no preestabelecido ou na origem histórica constituída no *passado*; o povo consiste também em “sujeitos” de um processo de significação que deve obliterar qualquer presença anterior ou originária do povo-nação para demonstrar os princípios prodigiosos, vivos, do

⁵⁸ ANDERSON, 1991, p. 6.

⁵⁹ Cf. ANDERSON, 1991, p. 163-85.

⁶⁰ HOBBSAWM, 2002, p. 112.

povo como contemporaneidade, como aquele signo do *presente* através do qual a vida nacional é redimida e reiterada como um processo reprodutivo.⁶¹

Seria dúplice, ou cindida, portanto, a temporalidade da idéia de povo. De um lado, sua condição de objeto situado no passado, de que o discurso nacionalista extrai a autoridade da suposta origem nacional, com o fito pedagógico. De outro lado, o povo como sujeito, situado no presente, que manifesta sua vitalidade identitária ou sua presença performática a partir da obliteração com o passado. Aqui a *performance* do povo está em consonância com o paradigma da modernidade, no qual a idéia de progresso, de contínua renovação, ou ainda de ruptura com o passado, revela um caráter redentor.

Bhabha, para pensar a nação, recorre a sua experiência de imigrante (indiano que morou na Inglaterra) e ao fato emblemático de que, em meados do século XIX, tanto ocorriam grandes movimentos migratórios quanto eclodiam mais sistematicamente movimentos nacionalistas no Ocidente.⁶² Influenciado ainda por trabalhos de Jacques Derrida, principalmente no que tange ao conceito de ‘diferância’, Homi Bhabha cunha o trocadilho ‘DissemiNação’. Uma vez que a *performance* constitui uma cisão de um presente enunciativo com o passado pedagógico, o autor observa:

O problema não é simplesmente a “individualidade” da nação em oposição à alteridade de outras nações. Estamos diante da nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população. A nação barrada Ela/Própria [It/Self], alienada de sua eterna autogeração, torna-se um espaço liminar de significação, que é marcado *internamente* pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povos em disputa, por autoridades antagônicas e por locais tensos de diferença cultural.⁶³

⁶¹ BHABHA, 2003, p. 206-7.

⁶² Cf. BHABHA, 2003, p. 198-9.

⁶³ BHABHA, 2003, p. 209-10.

Em suma: a nação é fruto de um paradigma da modernidade, construída e disseminada ao longo do século XIX, legitimada com sua suposta historicidade ou até naturalidade. Na próxima seção, vejamos como o processo ocorreu no Portugal oitocentista.

1.2) CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO PORTUGUESA NO SÉCULO XIX

O historiador contemporâneo José Mattoso esclarece algo que ilustra bem o perigo à nacionalidade colocado pelo ‘progresso dos estudos históricos’, conforme asseverara Ernest Renan em 1882:

Ao contrário do que tentaram demonstrar as doutrinas nacionalistas dos anos [19]30 a 60, **baseadas, de resto, em conceitos positivistas e românticos muito anteriores**, não é possível encontrar vestígios coerentes de uma nacionalidade portuguesa antes da fundação do Estado.⁶⁴

Segundo Mattoso, o mais próximo do fenômeno nacional, antes de Portugal existir, não passava de pequenas e fugazes “formações políticas tendencialmente autonômicas na faixa ocidental da Península Ibérica (em paralelo, de resto, com formações análogas noutras regiões peninsulares), que se verificaram desde a pré-história até o século XII”.⁶⁵ O historiador destaca que a formação da consciência nacional portuguesa, assim como a de outras partes do Ocidente, amparou-se em ideologias do romantismo e do positivismo, as quais – juntas – atravessaram e predominaram no século XIX.

Nessa altura, a história exerceu um papel ambíguo em relação ao fenômeno da nação. Segundo Anthony D. Smith, “Os historiadores aparecem com destaque entre

⁶⁴ MATTOSO. In: TENGARRINHA (org.), 2001, p. 31.

⁶⁵ MATTOSO. In: TENGARRINHA (org.), 2001, p. 31.

seus criadores e devotos; mas também lideraram a tentativa de avaliá-lo e compreendê-lo”.⁶⁶ Na própria conferência de Renan na Sorbonne, encontramos tanto um autor preocupado em tratar seu assunto com “la froideur, l’impartialité la plus absolue”,⁶⁷ quanto uma postura apologética, uma vez que “l’existence des nations est bonne, nécessaire même. Leur existence est la garantie de la liberté, qui serait perdue si le monde n’avait qu’une loi et qu’un maître”.⁶⁸ Precede ao exemplo do francês Renan o do português Alexandre Herculano, romancista, poeta e também historiador. Cumpre dizer que ele foi, em Portugal, um dos primeiros historiadores no sentido moderno da palavra. Embora entusiasta das idéias liberais e, com base nestas, de um ideal de pátria-nação, na “Introdução” do romance histórico *O Bobo*, de 1843, Herculano informava o seguinte sobre o contexto das origens de seu país, tematizadas nessa obra:

As províncias já então libertadas do jugo ismaelita não tinham ainda, digamos assim, senão os rudimentos de uma nacionalidade. Faltavam-lhes, ou eram débeis grande parte dos vínculos morais e jurídicos que constituem uma nação, uma sociedade. A ascensão do rei aragonês no trono de Leão não repugnava aos barões leoneses por êle ser um estrangeiro, mas porque a antigos súditos do nôvo rei se entregavam de preferência às tendências e alcaidarias da monarquia. As resistências, porém, eram individuais, desconexas, e por isso sem resultados definitivos, efeito natural de instituições públicas viciosas ou incompletas. O conde ou rico-homem de Oviedo ou de Leão, da Estremadura ou de Galiza, de Castela ou de Portugal, referia sempre a si, às suas ambições, esperanças ou temores os resultados prováveis de qualquer sucesso político, e, aferindo tudo por êsse padrão, procedia em conformidade com êle. Nem podia ser de outro modo. **A idéia de nação e de pátria não existia para os homens de então do mesmo modo que existe para nós.**⁶⁹

⁶⁶ SMITH. In: BALAKRISHNAN (org.), 2000. p. 185.

⁶⁷ RENAN, 1997, p. 8.

⁶⁸ RENAN, 1997, p. 33.

⁶⁹ HERCULANO, 1967, p. 12.

A passagem desmente, conforme se pode observar, a antigüidade da nação. Nos séculos XI e XII, que demarcam o período de fundação de Portugal, não a nacionalidade do governante legitimava seu governo, mas, sim, relações dinásticas e acordos entre a nobreza de maior influência política. Lembremo-nos dos habituais casamentos, até pelo menos o século XIX, entre reis, rainhas, príncipes, princesas de distintas nacionalidades; das batalhas entre reinos, onde os nobres guerreiros rivais cumprimentavam-se, e no mais das vezes compartilhavam de um desprezo pelos populares, conquanto estes integrassem seus respectivos exércitos.

Ao desferirem duro golpe sobre as estruturas sociopolíticas do Antigo Regime, a prática e a ideologia da Revolução Francesa condicionaram o advento da moderna concepção de nação. De acordo com a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, o novo regime deveria pautar-se nos interesses da classe burguesa, que significariam

[...] a vontade geral do “povo”, que era por sua vez (uma significativa identificação) “a nação francesa”. O rei não era mais Luís, pela Graça de Deus, rei de França e Navarra, mas Luís, pela Graça de Deus e do direito constitucional do Estado, rei dos Franceses. “A fonte de toda a soberania”, dizia a Declaração, “reside essencialmente na nação”.⁷⁰

Como em outras partes da Europa, a corte, a nobreza em geral e o clero portugueses recebiam temerosos as notícias do processo revolucionário francês. Em Portugal, o medo atingia patamares tais, que “Os próprios imigrados que chegavam a Lisboa, procurando emprego, nobres escapados à guilhotina, até eles levantavam suspeita”.⁷¹

⁷⁰ HOBSBAWM, 2005, p. 21.

⁷¹ FRANÇA, 1999, p. 26.

Embora Dona Maria I, rainha entre 1777 e 1792, implantasse severa censura à veiculação de idéias iluministas e revolucionárias em Portugal e nas colônias portuguesas, não tardariam a chegar ao país conseqüências contundentes da Revolução. Em 1799, o General Napoleão Bonaparte assume o governo francês, apoiado por uma burguesia interessada na estabilidade política, ausente no Terror de Robespierre, e alcançada por contínuas intervenções do exército. Também em correspondência às expectativas e anseios burgueses em conquistar um mercado para além das fronteiras francesas, Napoleão procura prejudicar a rivalidade industrial e comercial da Inglaterra com um bloqueio que contornasse todo o continente europeu. Para impor a realização desse projeto, a França inicia uma série vitoriosa de guerras contra países desobedientes ao bloqueio. Sem pretender confrontar o até então invencível exército francês e tampouco a poderosa marinha britânica, D. João VI adia o máximo possível manifestar--se colaborador ou não dos intuitos napoleônicos. As estreitas ligações comerciais e diplomáticas entre Inglaterra e Portugal acabam por pesar na decisão do príncipe regente de aliar-se aos ingleses. Em 1807, na iminência de uma invasão francesa apoiada pela Espanha, a família real e a corte lusitanas seguem o conselho da Inglaterra de abandonar o país e refugiar-se no Brasil, instruindo a população a não resistir ao avanço das tropas comandadas por Junot.

Se o processo revolucionário levou a França a fornecer ao mundo “o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo”,⁷² o expansionismo napoleônico contribuiu grandemente para fomentar sentimentos nacionalistas na Europa. Ao ocupar e até destituir monarquias, como fez à própria aliada Espanha, entregando a coroa de Carlos IV ao irmão José Bonaparte, Napoleão revelava-se um invasor tirano contra o qual cumpria lutar, em nome não mais apenas, como antes, de uma legitimidade dinástica, mas também de uma legitimidade nacional. O estado

⁷² HOBSBAWM, 2005, p. 9.

francês via-se, pois, vítima da irradiação de suas próprias idéias revolucionárias. Irradiação que, no caso de Portugal, se deve observar com cautela. Segundo Teresa Bernardino, a fuga da família real e da corte lusitanas traduziria uma precária penetração no país de conceitos como nação, pátria e povo gerados e difundidos pela Revolução Francesa.⁷³ A autora ainda informa outro dado sobre a infra-estrutura portuguesa que comprometia a existência de uma integração nacional:

[Nas regiões rurais, predominantes no país] O contato entre populações mesmo pouco distantes era muito limitado. E se isso se passava nos campos, as ligações entre os que produziam e os que consumiam eram ainda mais difíceis. Daqui se conclui que as populações deviam ter uma débil noção de nacionalidade. A sua pátria era fundamentalmente a vida ou aldeia onde tinham nascido.⁷⁴

De qualquer forma, a ocupação francesa entre 1807 e 1810 condicionou, como em outros países europeus, o surgimento de sentimentos nacionalistas em Portugal. Embora D. João VI instrísse a população a não reagir com qualquer violência à invasão das tropas napoleônicas, acabou havendo conflitos de mundividências entre os portugueses – em sua grande maioria com uma mentalidade de contornos medievais, de educação tradicionalmente católica – e os estrangeiros – que levavam idéias revolucionárias de aversão ao clero apostólico e às estruturas do Antigo Regime –. Já salientei anteriormente, citando Otto Bauer, a importância do “conhecimento da vida estrangeira” como “precondição de qualquer consciência nacional”.⁷⁵

José-Augusto França assinala que a saída do contingente real e cortês derroca o momento em que “O ‘velho Portugal’ começa [...] o seu processo de desintegração”.⁷⁶ O

⁷³ Cf. BERNARDINO, 1986, p. 25.

⁷⁴ BERNARDINO, 1986, p. 63.

⁷⁵ BAUER. In: BALAKRISHNAN (org.), 2000, p. 66-7.

⁷⁶ FRANÇA, 1999, p. 28.

autor ainda se refere, como sintoma dos novos tempos, à nova postura perante a figura do rei que o episódio então inédito na história portuguesa fomentou:

A primeira caricatura política portuguesa comentou o acontecimento; surgiu então um género que conhecerá grande sucesso, sob o regime liberal. Era, em certa medida, o anúncio dos tempos novos em que os reis deixavam de ser coisa sagrada. Não se cortou, é certo, a cabeça do pobre regente D. João, mas ela foi impiedosamente ornamentada com enormes cornos assaz alusivos. No seu maldoso retrato da corte portuguesa, a duquesa de Abrantes não deixará de dar razão ao caricaturista – mas o que importa é aperceber, por detrás da anedota, o fim possível de um mito.⁷⁷

A dessacralização do rei revelava sua fabilidade e passibilidade de questionamento público como administrador do país. O rei convertia-se em cidadão. Entretanto, essa transformação de ordem política em Portugal – aonde mal a ideologia revolucionária tinha chegado – ocorria a passos lentos. A ausência do príncipe regente não repercutia como traição à pátria, conceito pouco conhecido nas terras lusitanas. Segundo Teresa Bernardino,

[...] a saída do soberano para o Brasil não suscitou a animosidade da generalidade da classe culta portuguesa nem tão-pouco do povo “miúdo”. O apelo constante das gentes ao príncipe [em poemas, cantigas, discursos e manifestações orais recorrentes durante a ocupação francesa] faz pressupô-lo. O Brasil, como colônia, era parte integrante do território nacional. **O rei tinha-se apenas deslocado para uma parcela desse território com o fim de salvaguardar a honra da monarquia.** O seu acto revestiu-se, pois, de uma intenção patriótica e era um indício de prudência aos olhos dos contemporâneos. Além disso, não havendo uma distinção nítida entre os conceitos de realeza e de pátria, não se concebia como ser fiel à segunda sem o ser à primeira.⁷⁸

⁷⁷ FRANÇA, 1999, p. 28.

⁷⁸ BERNARDINO, 1986, p. 196.

Vimos que José-Augusto França interpreta a fuga da família real e da corte como o início do dismantelo das estruturas do ‘Velho Portugal’, típicas do Antigo Regime. Com efeito, a presença do príncipe regente na então mais importante colônia portuguesa, somada às cláusulas do acordo com a Inglaterra de que se deviam abrir os portos brasileiros ao comércio internacional, levaram o Brasil a ser alçado à condição de reino unido a Portugal e Algarves. Essa situação, que prenunciava a independência do território americano, constituiu mais uma motivação para se exigir o retorno de D. João VI, expulsos os invasores franceses desde 1810. A perda da colônia comprometeria ainda mais as finanças públicas e as bases comerciais frágeis de um país que assumia, desde meados do século XVI, lugar periférico no cenário político-econômico europeu. Ameaçado com a destituição da coroa portuguesa e pressentindo um Brasil independente, o príncipe regente retorna a Portugal, deixando seu filho mais velho, D. Pedro, para garantir a continuidade dos Braganças no governo brasileiro.

A família real chega ao país em 1821, quando havia eclodido no ano anterior um movimento revolucionário, chefiado por Manuel Fernandes Tomás, de diretrizes liberais e constitucionalistas. A revolução, concentrada em seu início em agosto no Porto, mas já em setembro disseminada em Lisboa, elegera um Soberano Congresso Constituinte e seus participantes redigiram os princípios legislativos de uma constituição, que entraria em vigor em 1822. Nesse ano, o país perdia, definitiva e oficialmente, sua colônia nas Américas. António Sérgio observa sobre a relação entre ambos os fatos coevos:

A independência do Brasil, proclamada por D. Pedro, foi o acto profundamente revolucionário. O caso agora era gravíssimo, porque destruíra os alicerces da economia nacional. A Constituição de 1822 é uma ingênua vestimenta, debaixo da qual a sociedade continua como até aí: não se lhe tocara nas fontes vitais; agora, porém, ou voltava o Brasil a ser colônia, alimentando a metrópole com

as suas riquezas (o que não passava de uma quimera), ou, se não voltasse, tinha--se de organizar a metrópole para a sua auto-suficiência, e, para isso, de modificar profundamente as condições jurídicas da produção.⁷⁹

Se D. João VI, mesmo a contragosto, jura fidelidade à Carta de 22, D. Carlota Joaquina e o infante D. Miguel recusam-se a fazê-lo. Ambos passam a buscar apoio entre o clero e a nobreza, no intuito de revogar a Constituição. Em 1823 encabeçam o golpe da Vilafrancada e em 1824 o da Abrilada, após o quê, D. João VI vê-se impelido a exilar o filho rebelde como medida pacificadora.

Falecido D. João em 1826, sem este indicar sucessor à coroa, advém dilema de graves conseqüências. Quem seria o novo rei: D. Pedro, imperador do Brasil havia quatro anos, ou D. Miguel, exilado em Viena? Legitimistas, favoráveis ao infante, asseveravam que a primogenitura não mais favorecia D. Pedro, uma vez que ele traíra o reino ao proclamar a Independência Brasileira em 1822. Liberais, favoráveis ao outro pretendente, temiam um reinado de D. Miguel, defensor do absolutismo monárquico e do clericalismo, contra os quais os revolucionários de 1820 (denominados vintistas) tanto vinham lutando. O Conselho de Regência, também na esperança de reaver a ex-colônia americana, decide-se por indicar D. Pedro. O imperador do Brasil, todavia, abdica à sucessão em favor de sua filha, D. Maria da Glória. Sendo ela muito jovem ainda para tornar-se rainha, seu pai procura solucionar o problema fazendo-a casar-se com D. Miguel, o qual assumiria a regência até a maturidade da esposa. Além disso, D. Pedro envia a Portugal uma nova constituição, cujas bases conservadoras comprometiam as reformas políticas conquistadas pelos vintistas.⁸⁰ D. Miguel tanto jura fidelidade à Carta redigida pelo irmão quanto desposa a sobrinha. No entanto, a anuência converte-se logo em novo golpe. O infante, “sujeito a pressões constantes,

⁷⁹ SÉRGIO, 1979, p. 133.

⁸⁰ D. Pedro, como definira também na Constituição Brasileira de 1824, colocava acima dos poderes executivo, legislativo e judiciário o moderador, exercido pelo monarca.

oriundas de todos os grupos sociais e, principalmente, dos seus conselheiros mais chegados”,⁸¹ proclama-se em 1828 rei absoluto. Mais um passo retrogradava assim a estrutura sociopolítica portuguesa.⁸² E uma violenta guerra civil entre 1828 e 1834 travar-se-ia: de um lado, miguelistas, grande parte da população do país; de outro, liberais, perseguidos pelo governo, muitos exilados, mas enfim reunidos e organizados por D. Pedro, que abdicara em 1831 ao trono brasileiro e requeria o trono português.

O embate entre os dois irmãos e seus respectivos partidários ganha dimensão simbólica na leitura de autores como José-Augusto França. Este vê na Guerra Civil o choque do novo Portugal, representado pelas idéias liberais, com o velho Portugal, representado pelo conservadorismo miguelista.⁸³ Todavia, o choque não se restringe aos anos de 1828 a 1834, mas parece estar profundamente arraigado no percurso do país pelo século XIX. Se D. Pedro vence D. Miguel, e torna-se o rei D. Pedro IV de Portugal, a morte – que o abraçaria dentro de apenas quatro meses após a vitória – poderia simbolizar a efetividade de um empate entre as forças renovadoras e conservadoras. Embora 1820, nas palavras de José-Augusto França, tenha sido “a condição *sine qua non* da definição do novo século”⁸⁴ português, o país em termos econômicos e sociais pouco havia avançado. Numa estrutura ainda eminentemente agrária durante os oitocentos, a concentração da posse de terras nas mãos de quem ou as cultivava com ineficácia ou as mantinha improdutivas constituía resistente entrave ao desenvolvimento capitalista. Políticos como Mouzinho da Silveira e posteriormente

⁸¹ MARQUES, 1986, v. III, p. 11-2.

⁸² Em *Portugal Contemporâneo*, Oliveira Martins conclui que “A história de D. Miguel repetia a da República Francesa – ao avesso”. (MARTINS, 1953, v. I, p. 177.) De fato, o ‘Terror’ miguelista vitimava justamente os liberais ou os que se julgassem suspeitos de o serem. O historiador descreve a reação dos idólatras do rei, ao saberem-no doente: “[...] *desabafava* o povo com os cacetes, vendo em tudo indícios de liberalismo. O desgraçado a quem algum se lembrava de pôr subtilmente nas costas um M [de malhado, alcunha atribuída os liberais portugueses], a giz, voltava a casa espancado, senão morto. Ter uma flor na casaca, o anel em certo dedo, dois botões de colete desabotoados, eram indício de malhadice, causa certa de espancamento. Ninguém se atrevia a vestir uma casaca azul, e eram denunciados os mercadores que usavam nos seus livros papel dessa cor.” (MARTINS, 1953, v. I, p. 174.)

⁸³ Em *A Brasileira de Prazins*, romance publicado em 1882, o narrador camiliano refere-se a um periódico miguelista de nome *O Portugal Velho*. (Cf. CASTELO BRANCO, 1988 (a), p. 696.)

⁸⁴ FRANÇA, 1999, p. 36.

Joaquim António de Aguiar dedicaram-se a solucionar os problemas com razoáveis resultados, seja por meio de reforma tributária no que tangia a privilégios tradicionalmente concedidos à nobreza e ao clero, seja por meio do confisco de terras pertencentes a essas classes e seu leiloamento. Tais transformações, no entanto, não poderiam surtir o efeito esperado, na medida em que a mentalidade portuguesa afinava-se pouco com uma visão empresarial, tipicamente capitalista. Segundo Amadeu Carvalho Homem, “A nova burguesia liberal” – classe que as reformas buscavam beneficiar – ainda

aspirava à nobilitação, mantinha um ideal de riqueza predominantemente centrado nos bens fundiários, especulava improdutivamente, amarrava-se o melhor que podia aos nichos da administração pública e conservava sob suspeita o valor da iniciativa individual, já então decididamente vitoriosa nas paragens europeias mais desenvolvidas. O que o liberalismo significou, no exterior, de libertação de forças produtivas, cristalizou, em Portugal, no modesto cadinho de uma simples transferência de título de propriedade.⁸⁵

Mesmo a denominada Regeneração, que Rodrigo da Fonseca, João Carlos de Saldanha e Fontes Pereira de Melo fizeram executar a partir de 1851, ateu-se a atingir a superfície infra-estrutural, na promoção de obras públicas, como a construção de estradas, ferrovias, cabos telegráficos – ademais, financiadas por vultosas dívidas internas e externas. Desse modo, o atraso econômico de Portugal mantinha-se e ia-se mantendo para além do século XIX:

Na primeira metade dos oitocentos, o país era dos mais pobres da Europa, com um rendimento *per capita* provavelmente 40% ou menos do inglês e entre 50% e 60% do nível atingido então por economias periféricas do Norte da Europa como a Dinamarca ou a Suécia. A partir daqui e até à Primeira Guerra Mundial,

⁸⁵ HOMEM. In: TENGARRINHA (org.), 2001, p. 346.

a economia portuguesa cresceria de forma sustentada, mas a um ritmo que ficou bastante aquém da expansão internacional que entretanto ocorria e o fosso, que já existia, foi-se cavando cada vez mais fundo. Os portugueses acabariam por ficar certamente mais ricos – ao longo destas décadas, o acréscimo no seu rendimento real cifrou-se entre os 40% e os 65% – mas, como se figura, a sua posição relativa tinha decaído acentuadamente. Em 1913, o produto nacional *per capita* era cerca de 30% da média de um conjunto de 19 países que à época se poderiam considerar avançados.⁸⁶

A nação portuguesa, em termos modernos, constrói-se justamente em consonância com uma aguda consciência desse lugar periférico, em contraste com os anteriores sucessos históricos, como exemplificavam a heróica fundação do Estado português em confronto com Castela, as expansões e descobertas ultramarinas. O atraso econômico de Portugal constitui questão bastante complexa. Segundo Jaime Reis, debate-se o tema desde pelo menos o século XVI.⁸⁷ Ao observar bibliografia da década de 1970 para cá sobre o assunto, esse autor pontua as causas mais assinaladas pelos estudiosos para o atraso: má distribuição das terras, junto à pobreza de recursos naturais;⁸⁸ baixo conhecimento técnico e elevado índice de analfabetismo entre a população, o que impedia obter-se resultados mais eficientes na agricultura, base da economia portuguesa;⁸⁹ restrição do mercado consumidor interno e concorrência no mercado consumidor externo⁹⁰. Essas condições, entre outras, levaram Portugal a situar-se na retaguarda do avanço econômico empreendido pelas potências ocidentais; atraso tão sentido e ressentido no século XIX, quando a idéia de decadência nacional se instala de maneira recorrente nas discussões sobre o país.

Na seção 1.1, referi-me ao fato de que, nas palavras de Luiz Costa Lima, “o louvor da História tivera como forçoso acompanhamento a crença otimista no avanço da

⁸⁶ REIS. In: TENGARRINHA (org.), 2001, p. 320-1.

⁸⁷ Cf. REIS. In: TENGARRINHA (org.), 2001, p. 319.

⁸⁸ Cf. REIS. In: TENGARRINHA (org.), 2001, p. 322-4.

⁸⁹ Cf. REIS. In: TENGARRINHA (org.), 2001, p. 324.

⁹⁰ Cf. REIS. In: TENGARRINHA (org.), 2001, p. 324-5.

humanidade”.⁹¹ Quando o discurso histórico, sob a suposta égide da verdade, evoca a si foros científicos, propondo o decorrer da História como um jogo linear de causas e conseqüências, esse paradigma impõe a idéia de progresso. Cabe acrescentar que a própria idéia de progresso traz consigo a inerente faceta antitética da decadência. Joel Serrão esclarece:

[...] o conceito de progresso (e, portanto, também o de decadência), quando referido ao plano temporal em que se processa a evolução histórica, só apresenta visos de utilização inteligível se for conxionado com a atividade da *ciência* e com as conseqüências técnicas desta decorrentes [...].⁹²

Importa observar que o entrelace ideológico do progresso, da ciência de que o discurso nacionalista se constituía em meados do século XIX, resultou num entendimento da nação, nas palavras de Hobsbawm,

não apenas como nacional mas também como ‘progressista’, isto é, capaz de desenvolver uma economia, tecnologia, organização de Estado e força militar viáveis, ou seja, como algo que precisava ser pelo menos territorialmente grande. Acabava sendo, na realidade, a unidade ‘natural’ do desenvolvimento da sociedade burguesa, moderna, liberal e progressista.⁹³

Ao cotejar os fins do século XVIII (quando haviam ocorrido a Independência Norte-Americana e a Revolução Francesa) e os cem anos depois (quando se comemorou o centenário desses eventos), Eric J. Hobsbawm discute o fosso abissal cavado ao longo desse período entre países pobres e ricos, juntamente a uma mudança paradigmática:

⁹¹ COSTA LIMA, 1984, p. 113.

⁹² SERRÃO, 1965, p. 28.

⁹³ HOBBSAWM, 1996, p. 130.

No século XVIII, os europeus podem ter achado o Celeste Império [da China] um lugar realmente muito estranho, mas nenhum observador inteligente o teria considerado, em qualquer sentido, uma economia ou civilização inferiores à européia, e menos ainda um país “atrasado”. Mas, no século XIX a defasagem entre os países ocidentais, base da revolução econômica que estava transformando o mundo, e os demais se ampliou, primeiro devagar, depois cada vez mais rápido.⁹⁴

Segundo Hobsbawm, o alto desenvolvimento tecnológico – tanto de aplicação industrial quanto de aplicação bélica – levou alguns países à necessidade e também à possibilidade (o autor diz ‘facilidade’) de subjugar econômica e militarmente outros países que não acompanhavam tal desenvolvimento.⁹⁵ Exemplifica essa situação o *Ultimatum* inglês de 1890, que exigiu aos portugueses a retirada do território entre Angola e Moçambique. Dado o poderio armamentista da Inglaterra, anuiu-se à exigência sem qualquer efetiva oposição.

Numa busca mais refinada de localizar a pobreza e a riqueza do mundo no século XIX, o historiador utiliza justamente Portugal para ilustrar que, mesmo na Europa – bloco mais desenvolvido –, havia países mais adequadamente classificáveis àquela época como pobres. Eis sua descrição de Portugal: “[...] era pequeno, débil e atrasado segundo qualquer padrão da época, praticamente uma semicolônia britânica; e apenas o olhar da fé poderia discernir ali indícios significativos de desenvolvimento econômico”.⁹⁶

O atraso econômico de Portugal, verificado no cotejo com especialmente Inglaterra, França e Alemanha, revelava-se também no declínio do vasto império português desde os quinhentos. Esse atraso – frente ao ideal de progresso – resultou na angustiante percepção de decadência de Portugal manifesta por intelectuais (escritores,

⁹⁴ HOBBSAWM, 2003, p. 32.

⁹⁵ Cf. HOBBSAWM, 2003, p. 32-3.

⁹⁶ HOBBSAWM, 2003, p. 36.

historiadores, políticos) do século XIX. Entre os fatos mais destacáveis e cronologicamente mais próximos que teriam fomentado essa percepção no imaginário português, Joel Serrão cita “a influência decisiva da independência do Brasil (1808-22) e do ultimato inglês (1890) em momentos fundamentais da história do século passado [o XIX] – a experiência liberal vintista e a primeira revolução republicana”.⁹⁷ Referentemente à questão da decadência em Portugal, devemos ainda frisar que esta se divide em “duas questões diversas, embora conexas”: “1) a da regressão económica, técnica e científica que se teria seguido ao início do colapso do império luso-oriental (a partir dos meados do século XVI); 2) a da ideologia decadentista que na consciência desse facto lançaria as raízes”.⁹⁸ Neste trabalho não me interessará discutir o primeiro ponto, mas, sim, na medida em que se diferenciam, quase exclusivamente o segundo. Perceber, compreender e buscar solucionar essa decadência integrará o projeto de construção da nação moderna portuguesa. E as mais célebres gerações de escritores pertencentes ao século XIX (a de Garrett e Herculano e a Geração de 70 são as mais significativas nesse aspecto) exemplificam como a literatura e a história tiveram o propósito e o poder de traçarem e executarem esse projeto que modificava as relações sociais, políticas, econômicas e culturais em todo o mundo.

1.3) A NAÇÃO PORTUGUESA E A LITERATURA PORTUGUESA NO SÉCULO XIX

Se a nação é imaginada, conforme Benedict Anderson, ou inventada, conforme Eric Hobsbawm, ou ainda narrada, conforme Homi Bhabha, fica fácil aproximá-la da idéia de ser literário. Essa aproximação mostra-se mais pertinente, na medida em que

⁹⁷ SERRÃO, 1965, p. 31.

⁹⁸ SERRÃO, 1965, p. 31.

observamos o papel da literatura no projeto de construção nacional. Ademais, Bhabha levanta este ponto:

De muitos, um: em nenhum outro lugar essa máxima fundadora da sociedade política da nação moderna – sua expressão espacial de um povo unitário – encontrou uma *imagem* mais intrigante de si mesma do que nas linguagens diversas da crítica literária, que buscam retratar a enorme força da idéia da nação nas exposições de sua vida cotidiana, nos detalhes reveladores que emergem como metáforas da vida nacional.⁹⁹

Literatura e crítica literária a serviço do discurso da nação. Até que ponto este trabalho, ao pretender apontar e analisar a imagem da nação portuguesa em *A Queda dum Anjo*, de Camilo Castelo Branco, não participaria de um endosso à existência de uma portugalidade, isto é, de uma identidade cultural portuguesa? Procurei aqui equacionar dois problemas: 1) a nação como algo não “natural, fundamental e permanente”,¹⁰⁰ pois se trata de uma ‘comunidade imaginada’ com certas características situadas dentro de um certo espaço de tempo; 2) Camilo Castelo Branco como escritor do século XIX, que, em princípio, acreditou numa essência nacional portuguesa. Se, por um lado, a teoria possibilitou-me um olhar desconstrutor sobre o fenômeno político-cultural da nação, por outro lado, devo compreender o romance escolhido para objeto de estudo dentro do contexto de sua época.

Em “Da Literatura como Interpretação de Portugal”, Eduardo Lourenço analisa o significado da trajetória da produção literária portuguesa, a partir de meados do século XIX. Almeida Garrett e Alexandre Herculano – liberais e românticos – inauguram a modernidade de uma escrita que se relaciona “de uma nova ou inovadora maneira” com a pátria. Trata-se de uma

⁹⁹ BHABHA, 2003, p. 203.

¹⁰⁰ HOBSBAWM, 2002, p. 27.

[...] motivação mais radical e funda (pelo que significa como *ruptura*) de toda ou quase *toda a grande literatura portuguesa do século XIX*. O que desde Garrett a estrutura no seu âmago, é o projecto novo de *problematizar a relação do escritor, ou mais genericamente, de cada consciência individual, com a realidade específica e autónoma que é a Pátria*. E como o laço próprio que une o escritor, enquanto tal, à sua Pátria, é *a escrita*, a problematização dessas relações é antes de tudo problematização da *escrita*, nova ou inovadora maneira de falar a Pátria escrevendo-a em termos específicos, como o autor das *Viagens [na minha Terra]* o fará com sucesso raro. **A partir de Garrett e Herculano, Portugal, enquanto realidade histórico-moral, constituirá o núcleo da pulsão literária determinante.**¹⁰¹

A diferença entre a literatura anterior e a produzida pelos dois autores do romantismo português até Fernando Pessoa, como quer o ensaísta, baliza-se de acordo com características sociopolíticas de cada bloco periodológico de produção. Embora Luís de Camões, em *Os Lusíadas*, e António Vieira, em *História do Futuro*,¹⁰² por exemplo, coloquem Portugal no âmago temático dessas obras, Lourenço esclarece que o “interlocutor ideal” desses autores

[...] é *a cristandade* em geral, a sociedade universalmente concebida, ou, com mais medíocre alcance, a confraria restrita dos letrados (humanistas, ou não). A relação dos autores com a realidade colectiva enquanto simbolizável, era vivida sem autêntica *interioridade*. “Portugal” não é ainda apreendido como *realidade histórica*, em sentido próprio, e muito menos *mortal*, ou susceptível de *morte*.¹⁰³

¹⁰¹ LOURENÇO, 1991, p. 80.

¹⁰² Nessa obra, escrita após o fim da União Ibérica, António Vieira profetiza Portugal como concretizador do Quinto Império do Mundo. Maria Leonor Buescu, organizadora de uma edição desse livro, chama a atenção para a seqüência das línguas pelas quais se expressam seus textos proféticos: “[...] por que razão a sua última peça se encontra em latim [?] E a resposta parece estar na própria proposta universalista da *História do Futuro* que começa por ser *Esperanças de Portugal* e acaba por apontar para *Império do Mundo*: começa, pois, por encontrar uma forma de expressão limitativa – o português – para terminar numa forma de expressão que, por definição, seria universal.” (BUESCU. In: VIEIRA, 1982, p. 16.)

¹⁰³ LOURENÇO, 1991, p. 81.

O reino de um rei representante de Deus na Terra e eterno na continuidade dinástica torna-se, na passagem do século XVIII para o XIX, em Pátria-Nação, “realidade *imane*nte da qual cada cidadão consciente é solidário e responsável”.¹⁰⁴ Solidariedade e responsabilidade desse jaez impelirão Garrett, em “atitude *inaugural* e, de algum modo, *matricial*”,¹⁰⁵ a pensar o país num processo de busca identitária. Se cada cidadão pertencia ao todo nacional, descobrir Portugal implicaria a descoberta da própria identidade individual do cidadão. Nas palavras de Eduardo Lourenço:

De pura presença geográfica, natural, lugar de um destino certo ou incerto entre vida e morte, a Pátria converte-se em realidade *imane*nte da qual cada cidadão consciente é solidário e responsável. Assim como no domínio político lhe é pedido que directa ou indirectamente a assume pelo *voto*, assim culturalmente, o que a Pátria é ou não é, *interpela* o escritor com uma força e uma urgência antes desconhecidas. Cada escritor consciente da nova era escreverá, como Fichte, o seu *pessoal discurso à sua nação*, cada um se sentirá profeta ou mesmo messias de destinos pátrios, vividos e concebidos como revelação, manifestação e culto das respectivas *almas nacionais*.¹⁰⁶

Pensador reformista, entusiasta dos ideais do liberalismo, Garrett escreve textos político-historiográficos (*Portugal na Balança da Europa*, de 1830, por exemplo) e textos literários, como o romance *Viagens na Minha Terra*, de 1843, e a tragédia *Frei Luís de Sousa*, do mesmo ano. Nessas três obras, interfere estrutural e ideologicamente uma consciência preocupada com os destinos da nação portuguesa, com seu lugar presente e futuro no andamento civilizatório. Integrante da geração a que pertence Garrett, Alexandre Herculano produz textos historiográficos, literários, políticos de importância fundamental, impelido pelos mesmos ideais e interessado na mesma busca empreendida pelo autor de *Folhas Caidas*. Ambos os eminentes autores românticos

¹⁰⁴ LOURENÇO, 1991, p. 82.

¹⁰⁵ LOURENÇO, 1991, p. 83.

¹⁰⁶ LOURENÇO, 1991, p. 82.

“são *heróis*, ou participaram numa gesta de libertação aureolada de heroísmo e, apesar das decepções futuras, confiam no ideal *liberal* que ajudaram a implantar no País”.¹⁰⁷

Segue-se a conhecida Geração de 70. Já o fervor patriótico e liberalista haveria esmaecido em frívolas poses. O grupo de Antero de Quental direcionará muitas de suas críticas a esse espírito tornado ‘patrioteiro’ e, em postura diversa da de Garrett e Herculano, penetrará nesta ontológica floresta interrogativa: “*Quem somos? O que somos? Como nos tornámos no que somos, povo atrasado, inculto, desistente, sonâmbulo, inconsciente, sem outro futuro que o de um vago projecto imperial esvaziado de conteúdo?*”¹⁰⁸ Em Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Antero de Quental notadamente, a anterior verve heróica de ser português dá lugar a um acutilamento impiedoso nessa nacionalidade. *As Farpas*, as *Conferências do Casino Lisbonense*, ocorridas em 1871, registram a mudança brusca de tom e de viés por parte dessa *intelligentsia* lusitana. Com bases intelectuais positivistas, crêem como deus maior no progresso, cujo andamento vertiginoso empreendido por França, Inglaterra e Alemanha, acusam Portugal de não acompanhar. Heréticos num país de predominância católica, os asseclas desse ideário civilizatório fizeram-se de implacáveis inquisidores desse mesmo país.

Não observarei aqui a continuidade do que Eduardo Lourenço aponta e discute em seu texto. Detenho-me em período mais circunscrito ao ano de 1865, data de publicação de *A Queda dum Anjo*, de Camilo Castelo Branco. Deixarei de lado, portanto, as últimas manifestações da Geração de 70 perante o *Ultimatum* inglês de 1890 e o que Guerra Junqueiro, António Nobre, e depois Teixeira de Pascoaes e finalmente Fernando Pessoa – estes dois já situados no século XX – produziram com o foco na problematização ontológica de Portugal.

¹⁰⁷ LOURENÇO, 1991, p. 87.

¹⁰⁸ LOURENÇO, 1991, p. 91.

Eduardo Lourenço, em seu texto, não contempla o lugar de Camilo Castelo Branco na tradição literária portuguesa de problematizar Portugal.¹⁰⁹ Dedicar-lhe apenas estas poucas linhas, entre travessões, compartilhadas com o autor de *As Pupilas do Senhor Reitor*:

Justamente, é com a Geração de 70 em geral, mas sobretudo graças à obra de Eça de Queirós – **após uma desdramatização da consciência literária como obcecada pelo estatuto da *realidade nacional*, tal como as obras de Camilo e Júlio Diniz de diversa mas paralela maneira representam** – que nós entramos em cheio no segundo grande momento [...] da história da nossa autognose moderna.¹¹⁰

Nessa visão, Camilo nem teria instaurado a reflexão sobre um Portugal histórico-político, como o fizeram Garrett e Herculano, nem teria executado uma ruptura na linha dessa abordagem reflexiva dos precedentes, como o fizeram – cada um a seu tempo – a Geração de 70, Teixeira de Pascoaes e Fernando Pessoa. Lourenço situa o romancista entre a fase heróico-patriótica dos primeiros românticos, engajados em causas liberalistas, e a fase cáustica e antipatrioteira de Antero e companheiros. Coloca--o, pois, o crítico numa espécie de intervalo sem importância nessa trajetória da literatura portuguesa de pensar Portugal.

Acredito que a vastíssima obra camiliana não manifesta, de fato, preocupação sistemática e consistente com a realidade nacional, como ocorre com os demais escritores elencados e analisados por Lourenço. No entanto, aspectos predominantes

¹⁰⁹ Em “Portugal como Destino”, Eduardo Lourenço associa a história portuguesa à compreensão que desta expressou a literatura nacional. Nesse texto, o autor enxerga em Camilo um Portugal não precisamente histórico, mas colocado em plano transcendente sustentado pela paixão de seus personagens. Dessa forma, “A sua intenção não é de mudar Portugal, contribuir para renovar o seu modo de ser e ainda menos de o pensar. O seu desígnio de encenar a vida portuguesa como teatro de sentimentos, palco de conflitos entre o dever e a fatalidade, o bem e o moral. Só esse subjetivo e desconhecido retrato de Portugal de paixões e como paixão lhe interessou.” (LOURENÇO, 1999, p. 110-1.)

¹¹⁰ LOURENÇO, 1991, p. 89.

não podem, legitimamente, responder pelo todo; principalmente no caso de Camilo. Defender essa visão a partir de *A Queda dum Anjo* caberá aos capítulos seguintes desta dissertação.

1865, quando Camilo Castelo Branco publicou o romance, é uma data importantíssima para a história portuguesa. Nesse ano, – noticia José-Augusto França – ocorreu “a primeira exposição industrial internacional do Porto [que] coroou o prudente período determinado pela Regeneração, enquanto uma nova geração de poetas-estudantes contestava já esta prudência, numa retumbante polémica ideológica”.¹¹¹ A polémica ficou conhecida como a Questão Coimbrã, e nela Camilo tomou parte ativa, intervindo com o artigo “Vaidades Irritadas e Irritantes”, onde defende o amigo António Feliciano de Castilho dos ferinos ataques desferidos pelo jovem Antero de Quental. A Questão Coimbrã, mais que um episódio de carácter literário, consistiu em ensaio geral para as *Conferências do Casino Lisbonense*, realizadas seis anos após. Já em “Bom Senso e Bom Gosto” – artigo ao qual responde o de Camilo –, Antero referia-se a um “ignorado canto da terra, a que ainda se chama Portugal”,¹¹² pois “quem pensa e sabe hoje na Europa não é Portugal, não é Lisboa, cuido eu: é Paris, é Londres, é Berlim”.¹¹³ Nessa célebre polémica, opunham-se: de um lado, escritores já consagrados, que defendiam a permanência de ideais estéticos românticos, mas que traíam procedimentos neoclássicos, como Castilho, Camilo e Pinheiro Chagas; estes representavam ainda o proteccionismo de valores culturais que se colocavam como autenticamente lusitanos – de outro lado, jovens escritores, estudantes em Coimbra, que postulavam a renovação ou mesmo revolução intelectual, literária, sociopolítica no país, com base no modelo das grandes potências europeias; integravam este grupo Antero, Teófilo Braga, futuros componentes da Geração de 70. Travava-se, uma vez mais, o embate entre o velho e o

¹¹¹ FRANÇA, 1999, p. 8.

¹¹² QUENTAL, 1973, p. 282.

¹¹³ QUENTAL, 1973, p. 290.

novo Portugal,¹¹⁴ a exemplo da Guerra Civil empreendida, cerca de 30 anos atrás, por miguelistas e liberalistas. Sobre o significado desse recorrente choque de forças conservadoras contra forças modernizadoras, Joel Serrão afirma:

A polémica multissecular entre castiços e estrangeirados, entre messianismos de estirpe vária (como, por exemplo, o sebastianismo) e esforços de actualização cultural e técnica, não é mais, em última instância, que um aspecto [da] percepção do desajustamento entre o tempo português e o europeu transpirenaico.¹¹⁵

Durante a década de 1860, com efeito, Portugal passa por mudanças em sua fisionomia infra-estrutural e jurídica que revelam a preocupação por parte de políticos em fazer ingressar o país na marcha do progresso.¹¹⁶ Em 1863, extinguem-se os vínculos de propriedade; em 1864, alcança-se a marca de mais de 2000 km de fios telegráficos instalados, além de se realizar o primeiro recenseamento populacional¹¹⁷ com base em métodos científicos; em 1866, inauguram-se as ligações ferroviárias com a Europa além-Pireneus.¹¹⁸ Vale observar que a década de 1860 insere-se no período que Eric J.

¹¹⁴ Na década de 1860, quando Camilo publicou *A Queda dum Anjo*, outras partes do mundo, além de Portugal, vivenciavam o confronto entre o velho (ou a tradição) e o moderno (ou o progresso). Aqui me refiro a dois exemplos importantes: a) o dos Estados Unidos, onde durante a Guerra de Secessão – de 1861 a 1865 – o Norte em pleno vigor capitalista combate o Sul agrário e escravocrata; b) o da Rússia, onde eslavófilos defendiam a tradicional estrutura social, política e econômica em conformidade com os valores da Igreja Ortodoxa e os ocidentalistas, que propunham para o país a adoção do modelo da Europa industrializada.

¹¹⁵ SERRÃO, 1965, p. 30.

¹¹⁶ São pertinentes, no que se refere a essa discussão sobre a década de 1860, as seguintes considerações tecidas por Hobsbawm: “Em torno de que girava a política internacional entre os anos de 1848 e 1870? A historiografia ocidental tradicional tem pouca dúvida a esse respeito: era em torno da criação de uma Europa de Estados-nações. Podia haver considerável dúvida sobre a relação entre essa faceta da era e outras que estavam evidentemente em conexão com ela, tais como o progresso econômico, o liberalismo e talvez até a democracia, mas nenhuma sobre o papel central da nacionalidade.” (HOBSBAWM, 1996, p. 125-6.)

¹¹⁷ Conforme vimos na seção 1.1, Benedict Anderson coloca o censo, ao lado de mapas e museus, como importante base para fomentar-se, no século XIX, as consciências nacionais, destacadamente nos países colonizados, onde, por exemplo, não há correspondente ao longo histórico das dinastias européias. O autor assinala que “The fiction of the census is that everyone is in it, and that everyone has one – and only one – extremely clear place. No fractions”. (ANDERSON, 1991, p. 166.)

¹¹⁸ Os empenhos da Regeneração colocam o país ibérico dentro de um contexto de transformações de âmbito verdadeiramente mundial nesse período. Eric J. Hobsbawm apresenta os seguintes números relativos à malha de ferrovias (à época, símbolo de progresso) em outros países em situação sócio-econômica mais semelhante à de Portugal: “Em 1845, fora da Europa, o único país ‘subdesenvolvido’ a

Hobsbawm denomina a ‘Era do Capital’, quando “uma nova palavra entrou no vocabulário econômico e político do mundo: ‘capitalismo’”,¹¹⁹ mundo que então “se tornou capitalista e uma minoria significativa de países ‘desenvolvidos’ transformou-se em economias industriais”.¹²⁰ Sabemos que Portugal não se enquadra nessa ‘minoria desenvolvida’. As mudanças acima elencadas não eliminaram, nem aparentavam pretender eliminar de todo o atraso econômico português. Ainda dentro do panorama de 100 anos depois, Vitorino Magalhães Godinho não qualifica Portugal como um país urbanizado, ao menos quanto ao critério da porcentagem da população concentrada nas cidades. Segundo o pesquisador, mesmo Lisboa apenas minimamente situar-se-ia na categoria de ‘grande cidade’.¹²¹ Informado pelo *Atlas de Portugal* de Amorim Girão, Godinho fornece os seguintes dados referentes à distribuição populacional portuguesa no ano anterior à publicação de *A Queda dum Anjo*, de Camilo Castelo Branco:

Em 1864, com efeito, a capital tem 190 000 habitantes, o Porto 80 000, e acima de 20 000 não encontramos mais nenhuma; há somente cinco entre 10 000 e 20 000, que são Braga (a única a aproximar-se desse máximo da categoria), Coimbra, Évora, Setúbal e Elvas, estas quatro a rasar o mínimo. Aglomerados com população entre 4 000 e 10 000, registam-se doze – Tavira, Aveiro, Castelo Branco, Viseu, Portalegre, Bragança, Guarda. Nestes dezanove aglomerados com mais de 4 000 habitantes vivem ao todo 411 600 – não chega a 11% da população total, entrando Lisboa com 5,5%. Cabem à capital e à cidade do Douro conjuntamente 270 000 habitantes, enquanto os dezassete restantes aglomerados totalizam tão-só 140 000. **Mesmo para o século XIX, estes números demonstram uma fraquíssima urbanização.**¹²²

possuir uma milha que fosse de estrada de ferro era Cuba. Em 1855, havia linhas em todos os cinco continentes, apesar de na América do Sul (Brasil, Chile, Peru) e na Austrália serem dificilmente visíveis. Em 1865, a Nova Zelândia, a Argélia, o México e a África do Sul já tinham suas primeiras estradas de ferro e, por volta de 1875, enquanto Brasil, Argentina, Peru e Egito tinham perto de mil milhas ou mais de trilhos, Ceilão, Java, Japão e mesmo o remoto Taiti já tinham adquirido suas primeiras linhas”. (HOBSBAWM, 1996, p. 86.)

¹¹⁹ HOBSBAWMN, 1996, p. 19.

¹²⁰ HOBSBAWMN, 1996, p. 54.

¹²¹ Cf. GODINHO, 1977, p. 28-30.

¹²² GODINHO, 1977, p. 30-1.

O embate entre as facetas coexistentes do velho e do novo Portugal, a que a idéia de decadência nacional se relaciona intimamente, exprime a própria modernidade do país. No próximo capítulo, veremos como Camilo Castelo Branco pensou, na palavras de Joel Serrão, esse “desajustamento entre o tempo português e o europeu transpirenaico”;¹²³ como, em *A Queda dum Anjo*, se traça, ademais, a trajetória autognóstica da nacionalidade portuguesa, a partir de elementos narrativos que pretendem refletir uma conjuntura histórica, contemporânea do autor, enfim, a imagem da nação portuguesa camiliana.

CAPÍTULO 2:

NAÇÃO PORTUGUESA: ENTRE O VELHO E O NOVO PORTUGAL

Ó tempos patriarcais!... Com que saudade
Eu, filho destas eras pataratas,
 Invejo os meus avós!
Vivíeis pendurados dos rabichos,
 Virtudes portuguesas!
O rabicho caiu, caístes vós.

¹²³ SERRÃO, 1965, p. 30.

E agora... ai! Que desmancho, que toleimas,
Que gente, que nação, e que costumes
 Os teus, ó Portugal!
Se há civilização, é só nos lumes,
 Nos lumes-prontos só:
E, se teimam que há luz, é infernal!

Camilo Castelo Branco, *Coração, Cabeça e Estômago*

[...] é o progresso às portas da Idade Média.

José Saramago, *Viagem a Portugal*

2.1) O VELHO E O NOVO PORTUGAL: DICOTOMIA(S) DO ROMANCE

No primeiro capítulo de *Os Cinco Paradoxos da Modernidade*, Antoine Compagnon traça o percurso semântico da palavra ‘moderno’. Segundo o autor, por sua vez amparado em Hans Robert Jauss,

[...] *modernus* aparece, em latim vulgar, no fim do século V, oriundo de *modo*, “agora mesmo, recentemente, agora”. *Modernus* designa não o que é novo, mas o que é presente, atual, contemporâneo daquele que fala. O moderno se distingue, assim, do velho e do antigo, isto é, do passado totalmente acabado da cultura grega e romana.¹²⁴

Durante os séculos medievais, o ‘moderno’ se distingue do ‘antigo’, mas a este não se opõe. Para a época, a novidade advém de certa corrupção de uma origem ideal. Tal concepção, legitimada senão produzida pela doutrina cristã, poderia encerrar-se na

¹²⁴ COMPAGNON, 2003, p. 17.

máxima de Vincent de Lérins: “*non nova, sed nove*”, isto é, “não o novo, mas de novo”. O conceito toma o significado contemporâneo, marcando o próprio surgimento da modernidade, esta em consonância com a invenção do progresso, ou do paradigma que o institui. ‘Moderno’, assim, passa a pressupor “Uma concepção positiva do tempo, isto é, a de um desenvolvimento linear, cumulativo e causal”, de um tempo aberto “para um futuro infinito”.¹²⁵ ‘Moderno’ despe-se de sua anterior carga semântica negativa de corrupção face ao ideal que os antigos representariam, e passa a conotar (ou denotar?) uma melhoria alcançada por meio da superação de algo que se torna, ao ser superado, passado.

A idéia de um embate entre o velho e o novo, entre o antigo e o moderno sintetiza a estrutura diegética de *A Queda dum Anjo*, de Camilo Castelo Branco. Aliás, não apenas desse romance, mas de sua obra como um todo. Segundo Eduardo Lourenço,

[...] Camilo tem um pé no mundo antigo da monarquia absoluta que não acabava de agonizar perante os seus olhos, *mundo* de que será afinal o *verdadeiro cronista* se não o romancista, e o outro, no mundo novo de um liberalismo que não escapará nunca aos seus sarcasmos e às suas invectivas.¹²⁶

O comentário generalizante sobre a narrativa camiliana diz muito, especificamente, do livro que procuro aqui analisar. *A Queda dum Anjo* caracteriza-se por uma série de dicotomias enfeixadas na dicotomia maior: a de um velho e de um novo Portugal. Eis o cerne da imagem da nação portuguesa que Camilo Castelo Branco delineia em seu romance. Neste polarizam-se, em correspondência respectiva à dimensão antiga e à moderna: 1) espaço provinciano x espaço urbano; 2) bases sociais do Antigo Regime x ordem burguesa; 3) economia agrária (feudal) x economia

¹²⁵ COMPAGNON, 2003, p. 19.

¹²⁶ LOURENÇO, 1994, p. 220.

industrial (capitalista); 4) convenções sociais x paixão e amor; 5) linguagem castiça x linguagem corrompida; 6) literatura clássica x literatura romântica.

Sabemos que *A Queda dum Anjo* é uma narrativa satírica e irônica. A leitura dessa obra depara-nos risos destinados tanto a um quanto a outro pólo de cada dicotomia explicitada acima – ou seja – o narrador camiliano ri do velho, mas também do novo Portugal. Trata-se de postura sintomática dos tempos nos quais viveu o romancista. A modernidade, que pressupõe uma marcha progressista, havia instaurado uma noção de que o presente separa-se do passado, pois aquele se faz a partir da superação deste. Essa noção motiva o riso satírico e irônico no romance de Camilo: o narrador satiriza e ironiza o apego de Calisto Elói ao passado. Mas, contraditoriamente, motiva-o também um tom nostálgico, que lamenta o avanço da modernidade e a conseqüente – digamos assim – *perda do passado*. Talvez estranharemos menos a postura ideológica de Camilo Castelo Branco – em si contraditória, mas em coerência com sua época –, se lermos estas palavras de Compagnon:

Todos os artistas modernos, desde os românticos, se viram divididos, por vezes dilacerados. A modernidade adota facilmente uma postura provocante, mas seu interior é desesperado. Não sejamos tentados pela miragem da síntese; mantenhamos as contradições, por natureza insolúveis; evitemos reduzir o equívoco próprio ao novo, como valor fundamental da época moderna.¹²⁷

Busquei adotar os conselhos do autor francês, ao analisar *A Queda dum Anjo*. Respeitei em Camilo as contradições e seus pontos insolúveis, sem querer, portanto, alcançar uma coerência forçada na visão de mundo e, especialmente, na imagem da nação portuguesa delineada no romance. Afinal, nas palavras de Maria de Lourdes Ferraz, “Expressando a impossibilidade do certo, do verdadeiro, do absoluto, como

¹²⁷ COMPAGNON, 2003, p. 15.

dados únicos da realidade, o ironista [e, de fato, o é o narrador camiliano] expressa sobretudo o conflito, a crise”.¹²⁸

2.2) *ESPAÇO PROVINCIANO X ESPAÇO URBANO*

Na ‘Introdução’ deste trabalho, tive oportunidade de sintetizar o enredo de *A Queda dum Anjo*. Trata-se da transformação – metaforizada na imagem da ‘queda’ – de um fidalgo interiorano português, exageradamente apegado a valores antigos de seu país e de moral católica muito rígida – o ‘anjo’ anunciado no título do romance – em um homem que, impelido por sentimentos adúlteros, vive os costumes de sua época, ou seja, dos meados do século XIX. Há um fator importantíssimo que condiciona esta transformação: o deslocamento de Miranda para Lisboa, que o cargo de deputado exige ao protagonista Calisto Elói. Dentro, pois, da dicotomia do velho e do novo Portugal, temos a do espaço provinciano mirandense e a do espaço urbano lisboeta.

Em Miranda, ou mais precisamente na aldeia de Caçarelhos, Calisto Elói nasce e vive até eleger-se deputado e transferir-se para a capital portuguesa. Ainda em sua terra natal, embora sem nenhum sentimento amoroso mútuo, casa-se com sua prima Teodora; como ele, uma provinciana rica e aristocrata. Ambos levam uma vida bastante simples e monótona: a mulher, cuidando dos afazeres domésticos, e o marido, passando o mais das horas retirado em sua biblioteca a ler velhos compêndios. Em vista dos costumes do protagonista antes de render-se à modernidade que encontrará em Lisboa, o narrador ironicamente chamará Miranda, ao fim do romance, de “fragmento paradisíaco do Portugal velho”.¹²⁹

¹²⁸ FERRAZ, 1987, p. 20.

¹²⁹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 1005.

A comparação de Miranda com o paraíso, assim como a de Calisto com um anjo enredam-se na ironia disseminada pela narrativa. Na esfera privada, o casamento entre esse personagem e Teodora ocorre por uma mera conveniência familiar: a de unir os morgadios. O casal mantém até certo momento do livro uma relação impoluta, mas a preço de uma vida sem amor e sem graça. No décimo capítulo (“O coração do homem”), o narrador noticia e comenta:

Calisto, ao outro dia da primeira noite de esposo, por volta das sete horas da manhã, já estava a ler a *Viagem à Terra Santa*, por frei Pantaleão de Aveiro; e, à mesma hora, a noiva andava de pé sobre um catre de pau-preto rendilhado, com uma vassoira de giesta, a limpar teias de aranha do tecto.

[...]

Ora, deste começo de amores, infiram V. Ex.^{as} o restante daquela doce vida!¹³⁰

Na esfera pública, a província nortenha portuguesa também não se apresenta muito digna de ser intitulada – pelo menos ao pé da letra – ‘fragmento paradisíaco’. O entusiasmo dos mirandenses com a candidatura do morgado da Agra de Freimas não se dá por sua vocação política, mas por sua erudição e fala desenvolta. Uma e outra impressionam os conterrâneos, embora estes pouco entendam delas.

Quando chega a Lisboa – o espaço do novo Portugal –, Calisto Elói espera ver-se numa cidade tal qual descrita por seus alfarrábios, ou seja, uma Lisboa do velho Portugal. O personagem, aliás, procura residir no bairro de Alfama, “porção da antiga Lisboa”, para onde se dirige acreditando que “a cada esquina havia um monumento à espera de arqueólogo competente”.¹³¹ Entretanto,

¹³⁰ CASTELO BRANCO, 1986, p. 883-4.

¹³¹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 851.

Ao cabo de três dias, Calisto mudou-se para rua mais limpa, supondo que os lamaçais de Alfama haviam tragado os monumentos, lamaçais em que ele desastrosamente escorregara, e donde saíra mal limpo, e assoviado por marujos e colarejas, seus vizinhos mais chegados. Mau agouro! A primeira quimera de Calisto, seu tanto ou quanto científica, atascara-se na lama daquela parte de Lisboa, que devia ser a *ínclita Ulisseia* de Luís de Camões!¹³²

Suja, mal-cheirosa, povoada de mulheres de aspecto doentio – eis a cidade que o deputado mirandense encontra, desencontrada da Lisboa colhida de seus clássicos.¹³³ Outra situação humorística, de sabor picaresco, que a discrepância entre a descrição dos livros do personagem e a capital que este vê, é esta:

[...] como a água do chafariz de El-Rei aclarava o órgão vocal, e Calisto, à força de berrar ao pé do açude e das azenhas, estava um tanto rouco, mandou buscar um barril daquela salutífera água, que o Mendes de Vasconcelos compara à das fontes Camenas. Bebeu à tripa forra o deputado, e teve uma dor de barriga precursora de febres quartãs. Valeu-se ainda do seu clássico, e por conta dele mandou buscar à Pimenteira outro barril de água, a qual, diz o citado autor, *se busca para os doentes de febres*.¹³⁴

No Parlamento – a esfera pública lisboeta –, vemos a política se fazer segundo interesses particulares, e nos pronunciamentos mais desfilam rebuscamentos de linguagem do que se apresentam idéias para bem se administrar o país. Importa sublinhar que o próprio Calisto Elói não foge completamente a esse contexto.

¹³² CASTELO BRANCO, 1986, p. 851.

¹³³ Entre os sonetos humorísticos de *Nas Trevas* (obra de Camilo Castelo Branco publicada em 1890), há um intitulado “Aromas”, cujos tercetos transcrevi abaixo:

Há povos que se nutrem só de flores,
É Camões quem o diz. Também Lisboa
Vapora fragrantíssimos odores.

Mas eu não sei dizer-lhes, meus Senhores,
Se os tais cheiros são coisa má ou boa:
Sei que é deles que vivem os autores. (CASTELO BRANCO, 1989, p. 914.)

¹³⁴ CASTELO BRANCO, 1986, p. 852.

Na esfera privada, temos o adultério como o emblema da degeneração moral em Lisboa. No décimo primeiro capítulo (“Santas ousadias!”), no propósito de salvaguardar a retidão dos costumes, o protagonista chega a aconselhar Catarina – personagem com quem não tem grande intimidade – a deixar de trair o marido. No décimo segundo (“O anjo-custódio”), convence o amante dela, D. Bruno de Mascarenhas, a dar cabo da relação extraconjugal. Mas ironicamente o morgado logo se apaixonará por Adelaide, irmã de Catarina. Se nesse caso o adultério não se consuma, pois não há reciprocidade de sentimentos, o marido de Teodora depois se renderá aos encantos de Ifigénia – belíssima viúva brasileira, que viera do Brasil a Portugal para conseguir uma pensão negada pelo governo de seu país. A traição de Calisto enseja a de sua esposa, seduzida pelo primo Lopo da Gamboa, meramente interessado na fortuna da parente.

Lisboa – comparada no romance à Babilônia¹³⁵ – revela, por um lado, uma face de aparência civilizada, luxuosa, moderna, mas por outro, uma face moralmente degenerada, tanto no âmbito político quanto no social. *A Queda dum Anjo* também sugere outra comparação: entre a capital portuguesa e a França. O deputado portuense Dr. Libório – adversário de Calisto Elói – toma o país transpirenaico como modelo de civilização e modernidade a ser seguido pelo país ibérico. O ponto nevrálgico da argumentação do personagem é o luxo:

O orador: – Que é o luxo? [...] Oh! o luxo, o luxo, Senhores, é marco miliário de civilização, a pomba que se volita da arca, e se vai espanejando de asas por céus e terras além, recobrada de pavores primeiros, e saltitando de frança em frança. Oh! que rejúbilos de coração para quem fadado lhe foi de cima o entender a amar, que o compreender é amar, na frase incisiva e galharda de Vítor Hugo!

¹³⁵ Em outro soneto humorístico de *Nas Trevas*, “Lisboa Bucólica”, Camilo chama a capital portuguesa “lusa babilônia”. (CASTELO BRANCO, 1989, p. 915.)

Sr. Presidente! O coração da França, o encéfalo, o grande nervo da França é o luxo. E eu estive na França, Sr. Presidente; fui-me lá para me reverberarem nos cristais de alma os lumes daquela perla de Ofir! Ai! a França!¹³⁶

O deputado mirandense opõe-se enfaticamente às instâncias do colega do Porto, alegando a pobreza de Portugal, incompatível com superfluidades, e defendendo os valores autenticamente nacionais. Nessa perspectiva, poderíamos fazer a seguinte correspondência, já proposta por José Clécio Basílio Quesado: Miranda representaria Portugal; Lisboa, a Europa transpirenaica.¹³⁷ Já integrado na modernidade do novo Portugal, e ainda motivado pela perseguição da esposa, Calisto foge com a amante Ifigénia para Paris. No último capítulo (“Saldo de contas conjugal”), o narrador informará: “O passeio à **Europa** limpou-lhe do espírito as teias: é bom desempoeirar os olhos com a viração salutar dos ares de França e Itália.”¹³⁸ Curiosamente – e trata-se de um costume entre os iberos –, a frase parece desmentir o fato geopolítico de Portugal pertencer ao continente europeu. Quando lhe informam que o marido e a amante viajavam pela Europa, Teodora faz esta pergunta sintomática: “– Onde é a Europa?”.¹³⁹ A interrogação mais do que assinala a caricata ignorância da personagem; expressa a sensação coletiva de que Portugal – um país periférico desde séculos – não participa do continente, onde se situam grandes potências industriais, comerciais e científicas.

Em *A Queda dum Anjo*, Camilo Castelo Branco encena – ainda dentro do embate entre o velho e o novo Portugal – a admiração pelos países de além-Pireneus, principalmente pela França, e a valorização do que é português à revelia do *status* de inferioridade do país ibérico no Ocidente. No artigo “Portugal-França ou a comunicação assimétrica”, Eduardo Lourenço assevera: “Não há que fugir. A cultura francesa, o

¹³⁶ CASTELO BRANCO, 1986, p. 877-8.

¹³⁷ Cf. QUESADO, 2ª. ed. a ser publicada, p. 67; p. 74.

¹³⁸ CASTELO BRANCO, 1986, p. 1002.

¹³⁹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 998.

francesismo, é que são o horizonte inelutável da nossa cultura oitocentista – imprensa, livro, imagem, moda ou música, tudo chega ou passa ‘via Paris’.”¹⁴⁰ Em contrariedade a esse contexto, nas palavras do mesmo autor, “A reação processou-se sob a bandeira de **um nacionalismo arcaizante**, de costas voltadas a um presente cultural vanguardista de coloração francesa, incompatível segundo os seus actores com as exigências do nosso *génio próprio*”.¹⁴¹ Nesse ponto, o caso do Romancista de Ceide é significativo. Foi grande leitor da literatura francesa e há notáveis ressonâncias desta em sua produção literária. Porém, Jacinto do Prado Coelho informa que Camilo

Em juízos críticos ou simples alusões displicentes, com frequência deformou os autores franceses sujeitando-os a um estreito ponto de vista pessoal, encarando-os de preferência pelo lado anedótico, acentuando defeitos de pormenor e parecendo muitas vezes ignorar o que têm de superior. [...] Paris figurava-se-lhe uma autêntica Sodoma.¹⁴²

Na seção 2.7 deste capítulo, tratarei mais detalhadamente sobre a questão da literatura francesa em *A Queda dum Anjo*. Aqui saliento a ambígua postura de Camilo Castelo Branco – ademais, comum a vários intelectuais portugueses da época – perante a França como pólo de irradiação cultural. De alguma maneira, essa ambigüidade reflete-se no romance de 1865, uma vez que nele tanto o espaço provinciano – o velho Portugal – quanto o espaço urbano – o novo Portugal – são alvos da ironia e sátira camiliana.

Ainda dentro dessa discussão sobre o espaço e a nação, a figura de Ifigénia destaca-se também por a personagem ser brasileira. O morgado da Agra de Freimas afasta-se do velho Portugal e aproxima-se do novo Portugal que se quer afrancesado, ao

¹⁴⁰ LOURENÇO, 1994, p. 135.

¹⁴¹ LOURENÇO, 1994, p. 135.

¹⁴² COELHO, 2001, p. 115.

apaixonar-se pela viúva recém-chegada do Brasil. Salientei no ‘Capítulo 1’ a ferida econômica que a independência da colônia americana abriu em Portugal. Em *A Queda dum Anjo*, a traição à metrópole parece reverberar na traição de Calisto Elói com Ifigénia ao Portugal até então representado pelo protagonista.

A propósito, é notória não apenas a sátira camiliana ao *brasileiro* – isto é, o emigrante português que torna do Brasil enriquecido –, mas também o fato de que “Camilo não tinha simpatias pelo Brasil (conforme transparece de vários escritos seus, especialmente do *Cancioneiro Alegre*)”.¹⁴³ No “Preâmbulo” da primeira edição brasileira de *Coração, Cabeça e Estômago*, o editor fictício não deixaria entrever, pela ironia, a indisposição de Camilo Castelo Branco com o Brasil, especificamente no que diz respeito à literatura deste país? “Silvestre [o personagem-narrador do romance], em poesia, era vulgar; e a poesia vulgar, mormente na pátria dos Junqueiros [sic], dos Álvares de Azevedo, dos Casimiros d’Abreu e dos Gonçalves Dias, é um pecado publicá-la.”¹⁴⁴ Guilhermino Cesar, pensando no tipo do *brasileiro*, propõe esta razão para a antipatia de Camilo pelo Brasil (e também pela África): “Repugnava-lhe à sensibilidade o meio bárbaro, inculto, propício aos aventureiros que ocultam a consciência, com as moedas surripiadas ao suor alheio[...].”¹⁴⁵ Eu acrescentaria a hipótese de um ranço colonialista por parte do Romancista de Ceide.

2.3) BASES SOCIAIS DO ANTIGO REGIME X ORDEM BURGUESA

O primeiro capítulo (“O herói do conto”) de *A Queda dum Anjo* apresenta o protagonista Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda como um rico aristocrata provinciano, nascido a 1815 em Caçarelhos, aldeia localizada na região de Miranda.

¹⁴³ CESAR, 1969, p. 56.

¹⁴⁴ CASTELO BRANCO, 1984, p. 733.

¹⁴⁵ CESAR, 1969, p. 56.

Logo nas primeiras linhas do romance, o narrador informa mais detalhadamente sobre a origem nobiliárquica do também conhecido como morgado da Agra de Freimas:

Seu pai, também Calisto, era cavaleiro-fidalgo com filhamento, e décimo sexto varão dos Barbudas da Agra. Sua mãe, D. Basilissa Escolástica, procedia dos Silos, altas dignidades da Igreja, comendatários, sangue limpo, já bom sangue no tempo do Sr. rei D. Afonso I, fundador de Miranda.¹⁴⁶

Além de ostentar orgulhosamente sua fidalguia, Calisto Elói revela amplo conhecimento da genealogia das mais importantes famílias lusitanas:

Sobre castas e linhagens, coisa que ele tirasse a limpo não dava pega a dúvida nenhuma. Ia ele desenterrar geração já sepultada há setecentos anos, e provar que, na era de 1201, D. Fuas Mendo casara com a filha de um mesteiral, e D. Dorsia se havia sujado casando mofinamente com um pajem da lança de seu irmão D. Paio Ramires.¹⁴⁷

O conhecimento rende ao personagem sérias inimizades em Miranda, por este apontar, na família de muitos aristocratas da região, avoengos não pertencentes à nobreza. No sétimo capítulo (“Figura, vestido e outras coisas do homem”), o conde de Reguengo, ao saber que o ilustre parente Calisto Elói encontrava-se em Lisboa, resolve visitá-lo. Entretanto, acaba não sendo bem-vindo, pois o erudito deputado mirandense distingue-se do outro Barbuda, “infamado na página eterna de Duarte Nunes”,¹⁴⁸ lida pelo próprio conde a pedido de Calisto. Ambos, a seguir, põem-se a discutir em defesa da pureza nobiliárquica de seus respectivos ramos genealógicos e assinalam mutuamente ancestrais que os maculariam. Conquista a vitória na discussão o sábio protagonista, ao lançar mão deste argumento:

¹⁴⁶ CASTELO BRANCO, 1986, p. 839.

¹⁴⁷ CASTELO BRANCO, 1986, p. 840.

¹⁴⁸ CASTELO BRANCO, 1986, p. 869.

– Discutamos esses pontos graves – voltou serenamente o morgado da Agra, tomando rapé. – A décima segunda avó de V. Ex.^a, Jerónima Talha, era judia de Sesimbra, e esteve como cuvilheira dos sobrinhos de um Heitor de Barbuda com quem casou. Sua tresavô enviuvou sem filhos e casou com um filho do capelão. Deste matrimónio nasceu seu avô Luís de Almeida de Barbuda, que foi o primeiro conde do Reguengo. Reconciliemo-nos, Sr. Conde, pelo que respeita ao sangue de coito danado, se V. Ex.^a quer emparelhar o filho do padre com a abadessa de Vairão, tia da mulher de Nuno Álvares Pereira por Alvins.

O conde ergueu-se acendido em raiva, e disse:

– No que não podemos emparelhar, Sr. Calisto, é na tolice. Vou-me embora, com a vergonha de ter aqui vindo.

– Não vá – acudiu Calisto Elói – que eu é que me hei-de forrar à vergonha de dizer que V. Ex.^a veio cá.¹⁴⁹

O enredo de *A Queda dum Anjo* transcorre em meados do século XIX, ou mais precisamente, às portas de 1860. Temos esse dado, porque o narrador noticia a data de nascimento de Calisto (1815) e por este, no tempo do enunciado da narrativa, ter quarenta e quatro anos. No ‘Capítulo 1’, vimos que no início da década de 1850 Portugal começa a passar pela Regeneração – série de transformações empreendidas por políticos como Fonseca Magalhães, Saldanha e Fontes, que vieram a conferir ao país fumos de progresso. Tomemos 1865 como o tempo de enunciação da narrativa, pois neste ano Camilo Castelo Branco escreve e publica seu romance. Em 1865 discutia-se a questão dos morgadios – que Mouzinho da Silveira procurara extinguir em 1832, mas apenas extintos cerca de 31 anos depois por lei, consumada no código civil de 1867.¹⁵⁰ O morgadio constituía um entre vários remanescentes legislativos do Antigo Regime em

¹⁴⁹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 869.

¹⁵⁰ Cf. QUESADO, 2^a. ed. a ser publicada, p. 75.

Portugal. Nesta estrutura sociopolítica de bases feudais, somente duas das três classes detinham os privilégios: clero e nobreza. O vínculo de propriedades que o morgadio estabelecia, a concentração de terras pouco ou nada produtivas nas mãos da Igreja e da aristocracia eram alguns dos graves obstáculos ao desenvolvimento capitalista português. Desde 1820, momento da Revolução Liberalista, as mentes mais afinadas com o pensamento burguês procuravam eliminar os resquícios do Antigo Regime em Portugal. Neste contexto situa-se *A Queda dum Anjo*, romance que contempla – tanto no tempo do enunciado, quanto no da enunciação – o embate entre o novo e o velho.

Inserido, ou antes, integrado num ambiente provinciano – o antigo Portugal –, Calisto representa as duas camadas mais elevadas da pirâmide social no Antigo Regime: a nobreza e o clero. De efeito caricaturesco, apropriado numa narrativa satírica, a extensão hiperbólica de seu nome (Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda)¹⁵¹ reflete a sobrevivência de um tempo em que a ascendência aristocrática impunha uma superioridade social, via de regra marcada por usufruto de privilégios e prestígio. A sátira ao personagem apegado a sua origem nobiliárquica muito antiga e ao passado remoto de seu país decorre de uma mundividência do narrador, ao menos em princípio, moderna. Para operarmos com conceitos de Homi Bhabha, esse riso satírico, que alveja o protagonista de *A Queda dum Anjo* no que concerne a seu passadismo, efetiva-se a partir de uma obliteração performática com o passado.

No que parecem concordar os historiadores, no século XIX, havia em Portugal a hegemonia de uma mentalidade avessa à plena lógica capitalista. De modo que, segundo Amadeu Carvalho Homem,

¹⁵¹ Sobre “A Sorte em Preto”, primeira novela de *Cenas da Foz*, obra publicada em 1857, Jacinto do Prado Coelho comenta: “[...] a nobreza de sangue, que noutros lugares Camilo respeita pelas qualidades que ainda conserva, é aqui alvo de troça, a começar nos antropónimos: assim o pai de Hermenegilda chama-se, muito simplesmente, Pantaleão de Cernache Telo Aboim de Lencastre Maldonado e Sousa Pinto de Penha Almeida...”. (COELHO, 2001, p. 199.)

A nova burguesia liberal aspirava à nobilitação, mantinha um ideal de riqueza predominantemente centrado nos bens fundiários, especulava improdutivamente, amarrava-se o melhor que podia aos nichos da administração pública e conservava sob suspeita o valor da iniciativa individual, já então decididamente vitoriosa nas paragens europeias mais desenvolvidas. O que o liberalismo significou, no exterior, de libertação de forças produtivas, cristalizou, em Portugal, no modesto cadinho de uma simples transferência de título de propriedade. [...] Alheios a qualquer tradição de iniciativa econômica particular e molecularmente refratários ao risco de negócios, estes usufrutuários do conservadorismo cartista procuraram as posições mais confortáveis no pequeno mundo da administração pública. Fizeram-se caciques e “notáveis locais” em razão de sua comprovada incapacidade de se fazerem empresários capitalistas de vistas largas.¹⁵²

A informação acima revela a dimensão da força das estruturas sociais no país muito ainda semelhantes às do Antigo Regime, num momento em que na Europa além-Pireneus o comércio e a indústria progrediam a passos largos. Em *A Queda dum Anjo*, temos o caso exemplar do professor de instrução primária e ex-sargento de milícias Brás Lobato. O personagem requer ao conterrâneo eleito deputado Calisto Elói que lhe consiga um hábito de Cristo. Tratava-se de uma condecoração com foros nobiliárquicos concedida pelo Estado, muitas vezes mediante pagamento e/ou influência junto ao governo. Outros títulos, aliás, de maior importância, como o de barão e visconde, podiam ser conquistados da mesma forma. Celebrizou-se na época a quadra popular: “Foge, cão, / Que te fazem barão! / – Mas para onde, / Se me fazem visconde?...” Mesmo Camilo Castelo Branco – em grande parte de sua vida e obra, crítico desse tipo de nobilitação – tornou-se, graças a suas próprias solicitações, Visconde de Correia Botelho. O fato mereceu charge de Rafael Bordalo Pinheiro em *Pontos nos ii* e sátira de Eça de Queirós veiculada em *A Província*, jornal de Oliveira Martins. Também Calisto Elói, já o anjo caído, obtém o título de barão – fato que, dentro da visão camiliana,

¹⁵² HOMEM. In: TENGARRINHA (org.), 2001, p. 346.

atestaria a queda do personagem. António Sérgio, a propósito, propõe que a figura do barão, no Portugal do século XIX, era o sintoma da ‘perversão’, do ‘falseamento’ do projeto revolucionário de Mouzinho da Silveira.¹⁵³ Como tipo literário, era um “novo-rico, feito à custa de especulações e da exploração sistemática do povinho”.¹⁵⁴

Estas palavras de Joel Serrão contextualizam o ambiente sociopolítico em que viveu o romancista de *Anátema*:

Não obstante a igualdade política dos cidadãos, proclamada na Carta Constitucional, as ordens sociais [do Antigo Regime] mantinham-se, funcionalmente, idênticas a si mesmas. Em meados do século passado, quando Camilo começava a levar por diante o seu projecto pessoal [de ser escritor], a sociedade portuguesa compartimentava-se, ainda, bem claramente, em clero, nobreza e povo.¹⁵⁵

Em referência à condição da nobreza e do clero na sociedade portuguesa do período, escreve Serrão:

O clero, mesmo que nalguns casos “liberalizado”, ou em vias disso, continuava a ser o severo guardião da estabilidade estrutural da sociedade portuguesa.

Quanto à nobreza, ela era ainda nos meados do século passado [o XIX] não só o ornamento natural da instituição monárquica, mas também o alvo mais tentador da aspiração social daqueles burgueses que pelo enriquecimento logravam emergir da vasta camada popular.¹⁵⁶

¹⁵³ Cf. SÉRGIO, 1979, p. 138-9.

¹⁵⁴ SÉRGIO, 1979, p. 139. No décimo terceiro capítulo de *Viagens na Minha Terra*, Almeida Garrett escreve: “O barão é, em quase todos os pontos, o Sancho Pança da sociedade nova. // Menos na graça... // Porque o barão é o mais desgraçado e estúpido animal da criação. // O barão (*Onagrus baronius*, de Linn., *l'âne baron* de Buf.) é uma variedade monstruosa, engendrada na burra de Balaão, pela parte essencialmente judaica e usurária da sua natureza, em coito danado com o urso Martinho do *Jardim das Plantas*, pela parte franchinótica e sordidamente revolucionária do seu carácter.” (GARRETT, [1963], v. I, p. 62.)

¹⁵⁵ SERRÃO, [1975], p. 226.

¹⁵⁶ SERRÃO, [1975], p. 226.

Na figura do morgado da Agra de Freimas, o narrador concilia a nobreza de antiga origem e o catolicismo (expresso tanto nas diretrizes e rigores morais do personagem, quanto em sua ascendência familiar), como dois elementos do velho Portugal. Uma vez que Calisto Elói defende que seus valores e sua condição social traduzem a mais autêntica identidade nacional, as estruturas sociopolíticas do Antigo Regime expressariam para o personagem a verdadeira nacionalidade portuguesa. Em outras palavras, para o protagonista antes da queda, o velho Portugal é o verdadeiro Portugal.

Acerca dessa suposta confluência da nacionalidade portuguesa e as bases do Antigo Regime, a título de curiosidade, vale lembrar – além do miguelismo no século XIX – os movimentos contra-revolucionários em Portugal a partir do início do século XX. Eram manifestações nacionalistas – contemporâneas de outras sucedidas em outras partes da Europa, como na França –. Seus partidários defendiam o fim do regime republicano, implantado em 1910, e o retorno à monarquia, pois julgavam-na o sistema político mais em conformidade com os costumes supostamente autóctones.¹⁵⁷ Em *Genealogia do Pensamento Nacionalista*, Fernando Campos contesta inclusive a acusada matriz estrangeira – a *Action Française* – para o surgimento de movimentos portugueses quejandos, como o Integralismo Lusitano e a Ação Realista Portuguesa. Em prefácio a *Camilo contra-revolucionário*, antologia de passagens desse autor, publicada no centenário de seu nascimento (1925), Fernando Campos refere-se às incoerências e contradições da vasta obra camiliana em seu conjunto. Entretanto, fervoroso contra-revolucionário, assevera: “Todavia, a nossa convicção inabalável é que a verdadeira e

¹⁵⁷ Curiosamente, cerca de um século antes, o nacionalista Giuseppe Mazzini propunha como sistema de governo para uma Itália unificada (“La Giovane Italia”) a república, rechaçando a monarquia, uma vez que “ce régime n’a jamais correspondu à la tradition italienne (qui est essentiellement républicaine)”. (AUDIER. In: MAZZINI, 2002, p. 16.)

autêntica directriz espiritual de Camilo se contém nestas suas páginas católicas e reacionárias [recolhidas no volume].”¹⁵⁸

2.4) *ECONOMIA AGRÁRIA (FEUDAL) X ECONOMIA INDUSTRIAL (CAPITALISTA)*

Ainda no século XIX, o país dividia-se, pois, entre um mundo medieval e um mundo moderno, que a dicotomia economia agrária e economia industrial em *A Queda dum Anjo* representa. O casal Calisto Elói e sua prima Teodora, inicialmente, ilustra em linhas caricaturescas o funcionamento desse Portugal arcaico. Leiamos os três parágrafos abaixo:

Unidos os dois morgadios, ficou sendo a casa de Calisto a maior da comarca; e, com o rodar de dez anos, prosperou a olho, tendo grande parte neste incremento a parcimónia a que o morgado circunscreveu seus prazeres, e, por sobre isto, o génio cainho e apertado de D. Teodora.

Remenda teu pano, chegar-te-á ao ano, dizia a morgada de Travanca; e, aferrada ao seu adágio predilecto, remendava sempre, e cerzia com perfeição justamente admirada entre a família, e falada como exemplo na área de quatro léguas, ou mais.

Enquanto ela recortava o *fundilho* ou apanhava a malha rota da peúga, o marido lia até noite velha, e adormecia sobre os in-fólios, e acordava a pedir contas à memória das riquezas confiadas.¹⁵⁹

Os dois personagens – primos, cujo casamento os torna a família mais rica de Miranda – distanciam-se completamente em seus hábitos de uma sociedade regulada

¹⁵⁸ CAMPOS, 1925, p. 13-4.

¹⁵⁹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 840. Tomásia, personagem de *Coração, Cabeça e Estômago*, romance de 1862, numa mesma ambiência campesina e remendendo uma camisa, profere o ditado (ou, como costuma denominar também Camilo, ‘anexim’) que virá a dizer Teodora, em 1866. (Cf. seção V da Parte III da referida obra.)

por relações capitalistas. A elevada parcimônia de Teodora implica retenção de consumo; o contínuo ócio intelectual de Calisto Elói, por sua vez, improdutividade material. A grande prosperidade que vive o casal não integra o esquema econômico típico do capitalismo, mas sim do modo de produção feudalista. Na “Introdução” ao livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Max Weber esclarece mesmo que

O “impulso para o ganho”, a “ânsia do lucro”, de lucro monetário, de lucro monetário o mais alto possível, não tem nada a ver em si com o capitalismo. Esse impulso existiu e existe entre garçons, médicos, cocheiros, artistas, prostitutas, funcionários corruptos, soldados, ladrões, cruzados, jogadores e mendigos – ou seja em toda espécie e condições de pessoas, em todas as épocas de todos os países da Terra, onde quer que, de alguma forma, se apresentou, ou se apresenta, uma possibilidade objetiva para isso.¹⁶⁰

À estrutura sócio-econômica de bases feudais encontrada na aldeia de Caçarelhos, contrapõe-se o mecanismo capitalista mais atuante nas áreas citadinas de Portugal. Se Calisto Elói é um nobre provinciano, herdeiro de antiga riqueza, favorável ao absolutismo monárquico, seu adversário na Câmara dos Deputados – Dr. Libório – nasceu no Porto,¹⁶¹ um dos poucos centros urbanos portugueses, e lembremos, onde eclodira a Revolução Constitucionalista de 1820.¹⁶² O personagem portuense não tem a fidalguia, nem a riqueza transmitida por várias gerações. Também é rico, mas em decorrência destes motivos esclarecidos no nono capítulo (“O doutor do Porto”):

O progenitor de Libório era um tendeiro, que entrara na estrada franca da fortuna próspera, criando de sua cabeça, para uso de galegos e carretões madrugadores, um misto saboroso e alcalino de licores, que ainda hoje

¹⁶⁰ WEBER, 1981, p. 4.

¹⁶¹ É conhecida a verve satírica camiliana, presente em numerosas obras, direcionada à cidade do Porto.

¹⁶² No contraponto de Calisto Elói, recordo que Miranda posicionara-se, ao lado de Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Moncorvo, Vinhais e Bragança, como pólo de resistência patriótica à ocupação francesa entre 1807 e 1810. (Cf. BERNARDINO, 1986, p. 156.)

sustentam o crédito e primazia. Afora isto, inventara o pai do doutor a aguardente de nabos.¹⁶³

Dr. Libório, portanto, pertence originalmente a um extrato social mais baixo, de que ascende financeiramente, graças aos esforços industriais e comerciais de seu pai. Cumpre observar a incipiência capitalista que a família do personagem portuense representa, mesmo nas regiões urbanas portuguesas. O setor de bebidas alcoólicas constituía na época importante e tradicional parcela do que o país produzia e exportava. Não se trata, pois, de uma industrialização significativa, se comparada às potências capitalistas europeias. Hobsbawm fornece os seguintes números sobre máquinas-a-vapor – símbolo nos meados do século XIX de avanço industrial:

Na Suíça foram instaladas 34 máquinas em 1850, mas em 1870 havia quase mil; na Áustria o número subiu de 671 (1852) para 9.160 (1875), aumentando de mais de 15 vezes os HP. **(Para comparação, um país europeu realmente atrasado como Portugal ainda tinha umas poucas 70 máquinas totalizando 1.200 HP em 1873.)** O total da força a vapor da Holanda multiplicou-se por trinta vezes.¹⁶⁴

Em *A Queda dum Anjo*, a situação se agrava, na medida em que o filho do próspero criador da aguardente de nabos foge à carreira do pai. Mediocrementemente, bacharela-se em Direito, não para advogar, mas para com maior facilidade ingressar na política. Quanto aos dotes políticos do personagem, o narrador já no primeiro parágrafo do nono capítulo ironiza:

Dr. Libório de Meireles [...] reunia os predicados que nos outros países ou passam despercebidos, ou são solenizados pela irrisão pública; mas, em

¹⁶³ CASTELO BRANCO, 1986, p. 875.

¹⁶⁴ HOBSBAWM, 1998, p. 68.

Portugal, tais predicados alçam o homem ao cume da escala política, e dão-lhe escolta de absurdos propícios até onde o parvo laureado quer guindar-se.¹⁶⁵

Por meio de sua linguagem demasiado figurada, e nesse aspecto luxuosa, o deputado portuense profere na Câmara:

Oh! o luxo, o luxo, Senhores, é o marco miliário de civilização, a pomba que se volita da arca, e se vai espanejando de asas por céus e terras além, recobrada de pavores primeiros, e saltitando de frança em frança.

Sr. Presidente! O coração da França, o encéfalo, o grande nervo da França é o luxo.¹⁶⁶

Destaco os jogos paronímico e polissêmico do trecho. A palavra ‘pomba’, que metaforiza o luxo, soa muito semelhantemente à palavra ‘pompa’, sinônimo de luxo. Dr. Libório constrói a imagem de uma pomba “saltitando de frança em frança”, ou seja, literalmente, de copa de árvore em copa de árvore. O significante ‘frança’, porém, acaba por contaminar-se com o significado ‘França’, país que para o deputado do Porto emblema o luxo. Esses recursos presentes na fala do personagem não parodiarão o discurso agudo do século XVII, visto por seus críticos como ‘luxuoso’?

Já no sexto capítulo (“Virtuosas parvoçadas”), Dr. Libório solicitara subsídios ao teatro lírico do Porto. Indignado em saber que os cofres públicos subvencionavam o teatro em Lisboa, no qual assistira horrorizado à peça *Lucrecia Borgia*, de Victor Hugo, Calisto Elói imediatamente protesta frente à solicitação do colega. Destaca a pobreza do país, onde “o mestre-escola ganha cento e noventa réis por dia” e se expendem anualmente “algumas dúzias de contos para sustentar comediantes, farsistas,

¹⁶⁵ CASTELO BRANCO, 1986, p. 875.

¹⁶⁶ CASTELO BRANCO, 1986, p. 877-8.

funâmbulos e dançarinas impudicas”.¹⁶⁷ Ao lhe questionarem o argumento, afirmando que a subvenção assinalava civilização, o deputado mirandense contesta: “A civilização [...] canta e dança, enquanto três partes do País choram”.¹⁶⁸

O mecanismo econômico capitalista não funciona plenamente no Portugal delineado em *A Queda dum Anjo*, o que reflete a situação histórica do país. Conforme lemos no romance, mesmo nos centros urbanos, como Porto e Lisboa – áreas, naturalmente, de maior índice de industrialização –, teria ocorrido apenas um exíguo florescimento empresarial, além de um progresso quase apenas traduzido pelo luxo. Esse luxo recobriria a condição de pobreza nacional.

2.5) CONVENÇÕES SOCIAIS X PAIXÃO E AMOR

O casamento de Calisto Elói com sua prima Teodora também se caracteriza por relações sociais típicas do Antigo Regime. Bem de acordo com velhas leis e costumes, o matrimônio une duas pessoas de mesma classe, no caso nobres e morgados: Calisto, da Agra de Freimas, e Teodora, da Agra de Travanca. O enlace não se realiza motivado por amor entre os cônjuges, aspecto que reforça ainda mais o caráter arcaico dos personagens e da região que habitam. No décimo oitavo capítulo (“Vai cair o anjo!”), Calisto Elói, já deputado em Lisboa e rendido pela primeira vez a uma paixão que sente por Adelaide, explica a esta sua relação com a esposa:

– [...] Eu já disse a V. Ex.^a que minha prima Teodora entendeu no sumo rigor da expressão a palavra “casamento”. *Casamento* deriva de *casa*. Senhora de casa e para casa é que ela é. E eu assim a aceitei e assim a prezo.

– Mas o coração... – atalhou Adelaide.

¹⁶⁷ CASTELO BRANCO, 1986, p. 861.

¹⁶⁸ CASTELO BRANCO, 1986, p. 863.

– O coração, minha Senhora, ninguém lá nos disse que era necessário à felicidade doméstica. Tanto sabia eu o que era coração, como aquela criancinha, que sua Ex.^{ma} mana tem nos braços, sabe o que é sensação do fogo. Ora veja como ela está estendendo as mãozinhas inexperientes para a chama das velas... Se as tocar, que dor não sentirá ela?¹⁶⁹

No ponto da narrativa onde se insere a passagem citada, o protagonista está às portas de sua drástica transformação, quando abandona suas convicções contra a contemporaneidade e nesta se integra. Metaforiza essa metamorfose do personagem a imagem-título do romance – ‘a queda dum anjo’ –, que o título do capítulo anuncia: “O anjo vai cair!”. Calisto, no trecho acima, confessa não ter conhecido o amor com sua esposa Teodora. Não se casaram impelidos por essa razão que as razões sociais de sua terra, conforme coloca Camilo, teimavam em desconhecer ou ficar-lhe indiferentes. Calisto Elói conhece Adelaide em Lisboa e apaixonou-se, deixando-se levar por emoções românticas que sua sensibilidade clássica, evidenciada em suas leituras contumazes, desconhecia. Veremos na seção 2.7, que, de fato, a literatura do romantismo, marcadamente francês, constitui em *A Queda dum Anjo* propaganda de comportamentos moralmente recrimináveis.¹⁷⁰

De um casamento sem maiores afeições que o respeito por sua esposa, Calisto Elói emigra para uma tentativa fruste de seduzir Adelaide, apaixonado que estava por ela, e em seguida apaixonou-se e vê-se correspondido por Ifigénia. A “queda” do “anjo”, anunciada no título do romance, portanto, é fundamentalmente uma transformação moral. A imagem do anjo, símile do protagonista na sua primeira fase, sugere o que o

¹⁶⁹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 923.

¹⁷⁰ Carl A. Hanson, em *Sociedade e Economia no Portugal Barroco*, informa sobre o jurista e diplomata português Duarte Ribeiro da Macedo. Este, um entusiasta colbertista, tomava a França como modelo político-econômico a ser seguido por seu país. Entretanto, no que tange aos costumes da sociedade parisiense, “Em 1670, por exemplo, ele escrevia a um amigo, detalhando o comportamento ‘libertino’ das mulheres francesas. Numa carta posterior, ele acusava fortemente os maridos franceses de serem tão passivos e as liberdades femininas eram tão extremas, que os homens não conseguiam manter a ordem nas suas próprias casas sem recorrer à lei.” (HANSON, 1986, p. 142.)

narrador explicita: as “fibras virginais no [seu] coração”,¹⁷¹ a simplicidade de seus costumes, de sua linguagem (ao menos quando comparada à “repolhuda” do rival na câmara, Dr. Libório). A ausência de amor pela esposa, no início recíproca, não significa inclinação ao adultério, mesmo da parte de ambos. O décimo capítulo (“O coração do homem”) esclarece os sentimentos de Teodora perante o casamento imposto pela vontade da família:

A noiva deixou-se ir pela mão do pai à casa do esposo. Não ia alegre nem triste. Tanto se lhe dava casar com o primo Calisto como com o primo Leonardo. Logo que o pai lhe consentiu que levasse para Caçarelhos umas três dúzias de galinhas e parreco, que ela criara, não lhe ficou na casa natal coisa para sérias saudades.¹⁷²

Ainda nesse capítulo, quanto ao marido: “Discorreram anos, sem que o morgado tivesse de perguntar à sua consciência a explicação do mínimo alvoroço de sangue na presença de mulher estranha”.¹⁷³ Ambos os personagens condicionam-se perfeitamente ao casamento convencional. Entretanto, não devemos compreender a aura angelical que envolve esse seio familiar ao pé da letra. Há ironia neste excerto, no qual o narrador comenta a vida conjugal do morgado da Agra de Freimas e Teodora: “Vida para invejar! Paraíso em que Deus se esqueceu de mandar o anjo do montante de fogo vedar a entrada!”¹⁷⁴ Ou neste outro excerto: “Das virtudes conjugais de Teodora até me treme a pena somente de escrever isto para encarecê-las! Duvide-se da pureza das onze mil virgens, antes de maliciar suspeitas daquela matrona, em tudo romana, do puro estofo das Cornélias, Pôncias e Árrias.”¹⁷⁵

¹⁷¹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 883.

¹⁷² CASTELO BRANCO, 1986, p. 883. Segundo nota de Pedro A. Pinto à edição de *A Queda dum Anjo* pela Organização Simões, ‘parreco’ é o “Modo como no interior de Portugal se chama ao marreco”. (PINTO. In: CASTELO BRANCO, 1953, p. 194.)

¹⁷³ CASTELO BRANCO, 1986, p. 884.

¹⁷⁴ CASTELO BRANCO, 1986, p. 884.

¹⁷⁵ CASTELO BRANCO, 1986, p. 885.

Não se trata de ironia que desminta ou coloque em dúvida a fidelidade do casal, mas de ironia oriunda de um narrador que, numa narrativa satírica, ridiculariza seus personagens. A passagem acima frisa o choque entre um mundo antigo em que vivem Calisto e Teodora com um mundo da contemporaneidade, onde já se teria tornado inverossímil tamanha castidade e fidelidade. No décimo primeiro capítulo (“Santas ousadias!”), o protagonista, deputado em Lisboa, ouve boatos sobre o adultério da filha de seu amigo desembargador Sarmento. Ao lastimar muito pesaroso essa situação ao outro amigo e colega na Câmara, abade de Estevães, este

[...] desfechou-lhe na cara uma estralada de riso civilizado, e disse-lhe:

– Ora o morgado tem coisas! V. Ex.^a parece que caiu, há pouco, de algum planeta! Olhe que Lisboa não é Miranda, meu amigo. Se o morgado tem de espantar-se por cada caso destes que chegar ao seu conhecimento, a sua vida na capital tem de ser um permanente ponto de admiração!... Deixe andar o mundo...¹⁷⁶

O choque temporal (mundo antigo x mundo novo) é também espacial (Miranda x Lisboa), o que já apontei no esquema de equivalências das dicotomias que o romance estabelece. Na cena acima, o abade tacha seu interlocutor de alienígena, tão ingênuo se mostra perante atitudes freqüentes na capital, espaço onde o ‘mundo anda’. O fato de o personagem ser um abade acentua o caráter extraterreno ou angelical de Calisto, mais indignado e espantado com o adultério que o religioso, a quem deveria caber a função de zelar pela moral e bons costumes. A passagem evidencia outra possível ramificação de dicotomia: o ambiente onde a virtude reina (o espaço rural representado por Miranda) e o ambiente onde seria hegemônico um padrão moral heterodoxo, condicionado pelo avanço civilizatório presente no espaço urbano, representado por

¹⁷⁶ CASTELO BRANCO, 1986, p. 886.

Lisboa. Contudo, o abade argumenta de modo a combalir a pureza moral do mundo antigo que seu interlocutor encarna:

– [...] se o amigo pôde ler sem horror as infâmias das saturnais, e os mistérios da deusa Bona, e quejandas protérvias dos antigos tempos, como pode espantar--se do que ouve dizer da filha do desembargador Sarmiento, que, afinal de contas, pode estar inocente do crime que lhe assacam?! Não a vê V. Ex.^a filha cuidadosa, mãe estremeçada, e esposa honesta na aparência? Já a ouviu defender teses da moral do adultério? Que lhe importa a V. Ex.^a o que se passa lá na vida particular da mulher?¹⁷⁷

Multiplicam-se e confrontam-se as mundividências em *A Queda dum Anjo*. Com astúcia, Camilo Castelo Branco faz o leitor deparar-se com opiniões opostas, sim, mas com sua parcela respectiva de pertinência. Não teria havido uma impoluta moral nas eras passadas, como quer Calisto Elói. O Abade lhe aponta exemplos de “protérvias” relatadas nos alfarrábios do morgado. A propósito, no segundo capítulo (“Dois candidatos”), vemos “o mestre-escola, de parceria com o boticário, a castigar a perversidade dos imperadores romanos”.¹⁷⁸ Por outro lado, se a atualidade tanto se desmoraliza, ela apresenta uma outra moral possível, a das aparências, as quais resguardariam a harmonia familiar e social. O abade aconselha Calisto:

Faça como eu: lamente as misérias dos homens, e viva com eles, sem participar-lhes dos defeitos; porque, meu nobre amigo, se a gente vai a rejeitar as relações das famílias, justa ou injustamente abocanhadas pela maledicência, a poucos passos não temos quem nos receba.¹⁷⁹

¹⁷⁷ CASTELO BRANCO, 1986, p. 887.

¹⁷⁸ CASTELO BRANCO, 1986, p. 844.

¹⁷⁹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 887.

Em perspectiva semelhante, no vigésimo segundo capítulo (“Outro abismo”), D. Tomásia, vizinha do deputado mirandense, virá a falar-lhe nestes termos sobre a graça e beleza de Ifigénia: “Mulher assim!... Os homens às vezes, por mais asneiras que façam, têm desculpa!...”¹⁸⁰

Logo que alcança, não regenerar a Sra. Catarina, filha do desembargador Sarmento, mas convencer seu amante, D. Bruno de Mascarenhas, a afastar-se dela, “o anjo custódio” enamora-se de Adelaide, filha solteira do mesmo desembargador. Eis quando se inicia sua queda. Calisto passa a ser um adúltero em potencial, se o já não é na medida em que se sente apaixonado por outra mulher. Sem encontrar correspondência a seus sentimentos em Adelaide, pela qual atualiza seus trajés e certos costumes, o morgado encanta-se pela fulgurante beleza da viúva brasileira Ifigénia. Amado por ela, passam a viver juntos. A essa altura, o personagem está de todo convertido à modernidade.

2.6) LINGUAGEM CASTIÇA X LINGUAGEM CORROMPIDA

Se a narrativa de *A Queda dum Anjo* institui a idéia de nação, seu suporte – o objeto livro, a letra impressa – dissemina essa idéia. Primeiro escritor português que se noticia a viver do comércio de suas obras, Camilo Castelo Branco atuou no papel de não apenas construtor, mas também divulgador da moderna ‘comunidade imaginada’ portuguesa. Benedict Anderson assinala a importância de três fatores que teriam condicionado o nascimento das consciências nacionais:

What [...] made the new communities imaginable was a half-fortuitous, but explosive, interaction between a system of production and productive relations

¹⁸⁰ CASTELO BRANCO, 1986, p. 941.

(capitalism), a technology of communications (print), and the fatality of human linguistic diversity.¹⁸¹

A literatura ocidental no século XIX não escapou ao toque desse Midas econômico, que tudo transmuta em produto comercializável. A obra camiliana interage com o universo capitalista em mais de um aspecto destacável. Por um lado, ambicionando a maior vendagem possível de seus livros, o romancista vê-se impelido freqüentemente a render-se ao gosto médio do público. Por outro lado, muitas vezes também opera um jogo irônico, dentro da narrativa ficcional, com o horizonte de expectativa dos leitores da época e com as exigências dos editores de seus romances. As crescentes quantidade e velocidade no comércio de jornais, revistas, livros – veículos da letra impressa – consolidavam a noção espaço-temporal de simultaneidade, desencadeada pelo desenvolvimento e expansão da imprensa na Europa, e no Ocidente, a partir do século XVI. Ao circularem por espaços distintos (desde casas, cidades a regiões distintas) e por tempos também distintos, os vários exemplares, e às vezes suas edições, promoveriam percepção entre os leitores de pertencimento a uma coletividade homogênea, isto é, a uma ‘comunidade imaginada’ nacional. Dificilmente viria a existir essa percepção, se não tivesse havido uma vernacularização promovida pelo desenvolvimento da imprensa aliado ao do capitalismo. Para Benedict Anderson, cento e quinze anos após a prosperidade da indústria e do comércio das letras impressas, nas cinco primeiras décadas do século XVI, o mercado dirigido então primordialmente a leitores de latim tornara-se saturado. Sequiosos por um público-alvo maior, mas desconhecedor da língua latina, os mercadores teriam visto nos idiomas vernáculos fonte para novos lucros.¹⁸² Nosso Midas não poupava de seu toque nem as linguagens

¹⁸¹ ANDERSON, 1991, p. 42-3.

¹⁸² Cf. ANDERSON, 1991, p. 38.

verbais. Segundo o autor norte-americano, a indústria e o comércio de letra impressa formaram as bases para o surgimento das consciências nacionais de três maneiras:

First and foremost, they created unified fields of exchange and communication below Latin and above the spoken vernaculars. Speakers of the huge variety Frenches, Englishes, or Spanishes, who might find it difficult or even impossible to understand one another in conversation, became capable of comprehending one another via print and paper. In the process, they gradually became aware of hundreds of thousands, even millions, of people in their particular language-field, and at the same time that *only those* hundreds of thousands, or millions, so belonged. [...]

Second, print-capitalism gave a new fixity to language, which in the long run helped to build that image of antiquity so central to the subjective idea of the nation. [...]

Third, print-capitalism created languages-of-power of a kind different from the older administrative vernaculars. Certain dialects inevitably were ‘closer’ to each print-language and dominated their final forms.¹⁸³

O caso de Portugal – e, por conseguinte, de Camilo Castelo Branco – requer, entretanto, balizarem-se certas diferenças de contexto. No ‘Capítulo 1’, vimos a precariedade do desenvolvimento capitalista português. Somava-se a esse fato o elevado índice de analfabetismo em meados do século XIX, no país: mais de 80% da população, segundo Jaime Reis.¹⁸⁴ Joel Serrão, em “O inferno não é uma fábula”, discorre sobre essa problemática situação com a qual o Romancista de Ceide teve de lidar, desde quando publicou um de seus primeiros romances:

O povo, quando Camilo dava a lume o seu Anátoma, constituía à roda de 90% de toda a gente portuguesa, mas não era para ele, evidentemente, que o

¹⁸³ ANDERSON, 1991, p. 44-5.

¹⁸⁴ Cf. REIS. In: TENGARRINHA (org.), 2001, p. 324.

romancista se propunha escrever. É que esses 90% da gente portuguesa nem sabia ler nem tinha poder aquisitivo da estranha e desnecessária mercadoria que era o livro.¹⁸⁵

Bases sócio-econômicas no século XIX ainda ligadas ao Antigo Regime, e traduzidas por um baixo grau de dinamismo mercantil, restrito universo de efetivos consumidores, enorme contingente de analfabetos – essa realidade não permitia fomentar-se amplamente a consciência nacional no país.¹⁸⁶ José Mattoso noticia que

[...] a população analfabeta só em pleno século XX deixa de constituir mais da metade do povo português. É preciso, portanto, esperar até uma época bem recente para poder admitir uma efetiva difusão da consciência nacional em todas as camadas da população, e em todos os pontos do seu território.¹⁸⁷

O fato é que o nacionalismo por via lingüística que Camilo Castelo Branco e outros escritores oitocentistas portugueses puderam promover circunscreveu-se a “comunidades de letrados, unidos através de fronteiras políticas e geográficas pelo uso de uma língua estabelecida da alta cultura e por sua literatura”.¹⁸⁸

Camilo notabilizou-se (e isto não fugiu aos olhos de seus contemporâneos) por escrever – dentro de uma concepção lingüística hoje envelhecida – no ‘mais autêntico’ vernáculo. Sua linguagem obedeceria rigorosamente a normas gramaticais da época e a

¹⁸⁵ SERRÃO, [1975], p. 227. Não pensaria o narrador-autoral de *Vinte Horas de Liteira* (romance de 1864) na questão do analfabetismo em Portugal ao desfechar este comentário? – “[...] o máximo favor que um português pode receber do Céu, é endoudecer, na véspera de fazer-se escritor público!” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 1139.)

¹⁸⁶ Em *O Encoberto* – obra publicada em 1904 –, Sampaio Bruno já observava o problema, lamentando-o: “[...] verdadeiramente e no rigor do termo, não há uma pátria portuguesa, porque não existe comunicação afectiva entre os que sabem e os ignorantes, os quais, entre nós, são-o por completo e em absoluto.” (BRUNO, 1983, p. 138.) Algumas linhas adiante, o autor explicita a importância da história para a formação de uma consciência nacional: “Haverá com efeito, para a nacionalidade portuguesa, coisa mais triste assim do que esta: que o povo português não leia a história de Portugal? // Ia-me esquecendo que o povo português não sabe ler.” (BRUNO, 1983, p. 138.)

¹⁸⁷ MATTOSO. In: TENGARRINHA (org.), 2001, p. 40.

¹⁸⁸ HOBBSAWM, 2002, p. 126-7.

modelos de estruturas abonadas por autores clássicos, como Camões, Bernardes, Frei Luís de Sousa. Ramalho Ortigão afirmou sobre o autor de *Amor de Perdição*:

Camilo pertence ainda ao período das responsabilidades clássicas. O seu vocabulário é talvez o mais copioso que existe em escrita portuguesa. Os seus giros de locução, as suas cadências de frase, as suas formas sintáticas, o equilíbrio e o ritmo da sua prosa tem a fluência, a harmonia e a limpidez literária das obras magistrais. A sua língua, como a de Castilho e de Latino Coelho, é um desenvolvimento da língua de Vieira e de Bernardes. Êle é o derradeiro dos filintistas, e pelo lado técnico, a sua obra literária ficará como o último protesto contra a progressiva decadência e próxima dissolução da pureza acadêmica do nosso idioma.¹⁸⁹

Em sua modéstia irônica de narrador-autoral,¹⁹⁰ no décimo capítulo (“O coração do homem”), Camilo Castelo Branco diz, acerca de Calisto Elói:

Da maior e talvez única dor literária da sua vida, fui eu causa. Calisto, pernoitando em não sei que solar de damas dadas à leitura amena, pediu algum livro, e deram-lhe um romance meu. Consta-me que deixou o volume com as margens anotadas de **galicismos e manchas de toda a casta**. Imaginem quantas punhaladas eu dei naquele **lusitaníssimo coração!**¹⁹¹

O personagem do romance – patriota provinciano, orgulhoso de sua antiga ascendência aristocrática e de toda uma antiqualha relacionada ao país – recrimina no

¹⁸⁹ ORTIGÃO, 1945, v. I, p. 276. O depoimento – claro está – assenta-se na visão de língua típica da época.

¹⁹⁰ José Clécio Basílio Quesado, sobre o trecho a seguir, considera: “O leitor atento da obra camiliana sabe muito seguramente que ‘galicismos e manchas de toda casta’ não são impropriedades em que a linguagem bastante castiça do autor seja pródiga. Sendo assim, se por um lado este comentário serve para reforçar o anacronismo do personagem, por outro não deixa de se dirigir principalmente aos críticos de Camilo que o espicavam com alfinetadas das mais diversas ordens, configurando-se deste modo, sob a forma do ataque, mais uma defesa prévia do autor.” (QUESADO, 2ª. ed. a ser publicada, p. 66.) O narrador de *A Brasileira de Prazins*, obra publicada em 1882, “Entre as diversas moléstias significativas da minha velhice”, situará “o amor aos livros antigos”. (CASTELO BRANCO, 1988 (a), p. 677.) Adiante atribuirá às ratazanas o papel de “colaboradoras roazes do **galicismo** na ruína da **boa linguagem quinhentista**”. (CASTELO BRANCO, 1988 (a), p. 679.)

¹⁹¹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 884.

romancista, o próprio Camilo, os galicismos e o que vê como outras impurezas, “manchas”, da língua portuguesa.¹⁹² Trata-se de um lance caricato, construído pelo exagero que envolve Calisto Elói, marcado por um adjetivo pátrio no superlativo sintético: “lusitaníssimo”.

No décimo sétimo capítulo (“In Liborium”), o protagonista também protestará contra a linguagem rebuscada utilizada pelo colega e adversário Dr. Libório:

Sr. Presidente, a mim faz-me tristeza contemplar a ribaldaria com que os belfurinhos de missangas e lantejoulas adornam a língua de Camões, despojando-a dos seus adereços diamantinos. [...]

É forçoso, Sr. Presidente, que a linguagem castiça vá com a Pátria a pique?¹⁹³

Gostaria de deter-me algumas linhas nessa última frase da citação acima. Calisto Elói aqui distingue duas lutas que empreende: uma, pela manutenção da “língua castiça”; outra, para impedir que vá “a Pátria a pique”. Essa distinção não implicaria uma cisão entre linguagem e mundo (metonimizado na imagem da pátria)? Já assinalei na ‘Introdução’ o parentesco do protagonista de *A Queda dum Anjo* com o de *Dom Quixote*, de Cervantes. No ‘Capítulo 3’, desenvolverei o comentário acerca dessa proximidade. Aqui quero ressaltar como o que Michel Foucault diz sobre a narrativa cervantina funciona para a narrativa de Camilo. Pois também nesta “le langage [...] rompt la vieille parenté avec les choses, pour entrer dans cette souveraineté solitaire d’où il ne réapparaîtra, en son être abrupt, que devenu littérature”.¹⁹⁴ Mas a consciência desse rompimento creio devemos atribuí-la mais ao narrador camiliano que a seu personagem. A cisão entre linguagem e mundo, em *A Queda dum Anjo*, atesta, aliás, a

¹⁹² Na comédia *D. Miguel, Rei de Portugal*, do brasileiro Roberto Athayde, a personagem Carlota Joaquina, frente a linguagem ‘abrasileirada’ de seu filho Miguel, profere: “É a honra de Portugal que periga se alguém fere a gramática!” (ATHAYDE, 1998, p. 39.)

¹⁹³ CASTELO BRANCO, 1986, p. 916.

¹⁹⁴ FOUCAULT, 1966, p. 62.

própria ironia dessa narrativa. Para Maria de Lourdes Ferraz, a ironia – apossada de uma ‘autonomia formal’ –

[...] processa-se quando mal se começa a *adivinhar* a inevitabilidade de a literatura ser linguagem, quando se começa a perceber que a obra literária não é só, ou sobretudo, uma interpretação/representação (mimese) do universo (real ou poético), mas, mais do que isso, um modo peculiar de a linguagem form(ul)ar um universo; a própria linguagem é o mundo.¹⁹⁵

Essa concepção da relação entre linguagem e mundo, e ademais eivada de uma percepção irônica, atesta a modernidade da literatura e, especificamente, de *A Queda dum Anjo*.

Embora o morgado de Agra de Freimas diferencie a luta em prol da “linguagem castiça” e a em prol da “Pátria”, o personagem parece acreditar que, de alguma forma, resguardar a língua portuguesa da decadência seria salvar Portugal. E assim, ao luxo que tanto combate como deputado em Lisboa, nos primeiros capítulos, o morgado da Agra de Freimas oporá a simplicidade em favor do mais amplo entendimento possível por parte da nação:

Eu direi a V. Ex.^a qual eloquência considero necessária nesta casa da Nação: é a eloquência que a Nação entenda. A arte de bem falar, *ars bene dicendi*, é o estudo da clareza no exprimir a ideia. Os afectos, as galas da linguagem, que lhe tolhem o mostrar-se e dar-se a conhecer dos rudos, não é arte, é tramóia, não é luz, é escuridade.¹⁹⁶

À linguagem do protagonista – simples, castiça, pautada por autores clássicos –, corresponde sua visão ligada às tradições nacionais. O Calisto anterior à queda expressa

¹⁹⁵ FERRAZ, 1987, p. 19.

¹⁹⁶ CASTELO BRANCO, 1986, p. 918.

a recorrente e ansiosa auto-afirmação das nações modernas, as quais, segundo Eric Hobsbawm,

[...] com toda a sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja, estar enraizadas na mais remota antigüidade, e o oposto do construído, ou seja, ser comunidades humanas, ‘naturais’ o bastante para não necessitarem de definições que não a defesa dos próprios interesses.¹⁹⁷

Como traço de sua rendição à modernidade, o morgado da Agra de Freimas vem a não ‘andar’ “por muito longe da frase arroubada do Dr. Libório de Meireles”.¹⁹⁸

À guisa de apêndice a essa seção, as linhas seguintes tratarão de um aspecto curioso do romance de Camilo. *A Queda dum Anjo* – uma narrativa em prosa – dispõe de uma particular estrutura, presente em cenas que transcorrem na Câmara dos Deputados. Grande parte dos diálogos e debates ali realizados apresenta-se em forma teatral. No nono capítulo (“O doutor do Porto”), por exemplo, temos:

O presidente: – Peço ao ilustre deputado que se abstenha de usar frases não parlamentares.

O orador: – Tomo a liberdade de perguntar a V. Ex.^a se as locuções repolhudas do ilustre colega são parlamentares; e, se o são, peço ainda a mercê de se me dizer onde se estudam aquelas farfalhices. (**Vozes: Ordem! ordem!**)¹⁹⁹

Lélia Parreira Duarte, em “A Tessitura irônica de *A Queda dum Anjo*, de Camilo Castelo Branco”, destaca a relação formal dessas passagens com o funcionamento farsesco da política em Portugal, segundo a sátira do romance.²⁰⁰ Tanto no Parlamento predomina o fingimento de interesses pelas causas do país quanto esse recinto “tem até

¹⁹⁷ HOBBSAWM. In: HOBBSAWM e RANGER (org.), 2002, p. 22.

¹⁹⁸ CASTELO BRANCO, 1986, p. 1002.

¹⁹⁹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 879.

²⁰⁰ Cf. DUARTE, 1993, p. 89.

o aspecto de um teatro, [a]onde as pessoas vão para distrair-se de ‘pensares melancólicos’. Alguns espectadores dormem enquanto outros se divertem ou comentam, há risos e aplausos e ‘farfalhices’ [...]”.²⁰¹ Passagem contundente a esse respeito localiza--se no quinto capítulo (“Estreia parlamentar de Caliso”). O abade de Estevães explica ao protagonista, irritado com o juramento que lhe exige a Câmara, que

[...] os representantes da Nação, conquanto jurassem fidelidade à religião católica apostólica-romana, eram aliás ateus; jurando fidelidade ao rei, injuriavam-no nas gazetas; jurando fidelidade à Nação avexavam-na de tributos, e alguns a queriam fundir na Espanha. Comédia e comedoria! exclamava o abade. Se os deixarmos a eles jurar e mentir à sua vontade, a monarquia portuguesa daqui a pouco não terá mais realidade no mapa-múndi que a ilha Barataria do Miguel de Cervantes, ou as ilhas beatas do poeta Alceu!²⁰²

A sátira do romance focaliza o vazio do discurso, que impressiona e convence os ouvintes – no mais das vezes, ignorantes – pela mera opulência retórica, conforme exemplificam os pronunciamentos do Dr. Libório.²⁰³

No segundo capítulo (“Dois candidatos”), o equívoco do mestre-escola produz um jogo paronímico que denuncia a ausência de “autonomia nacional”:

Um dos mais graves e anciãos lavradores, regedor, ensaiador e ponto nos entremezes do Entrudo, exclamou:

– Aquilo [referência a Calisto Elói] é que dava um deputado às direitas! Um homem assim, se fosse a Lisboa falar ao rei, as contribuições haviam de acabar!

²⁰¹ DUARTE, 1993, p. 89.

²⁰² CASTELO BRANCO, 1986, p. 856.

²⁰³ Segundo José-Augusto França, “[...] durante os anos 40 ser orador [em Portugal] era uma condição *sine qua non* para poder fazer política; o marquês de Fronteira recusou meia dúzia de vezes a presidência do conselho ou uma pasta ministerial por não se sentir capaz de sustentar um duelo oratório no Parlamento, e não (achava ele) porque lhe faltassem as qualidades necessárias para governar...” (FRANÇA, 1999, p. 170.)

– Isso não, perdoará vossemecê, tio José do Cruzeiro – observou o mestre-escola –, os impostos é necessário pagá-los. Sem impostos, não haveria rei nem professores de instrução primária (observem a modéstia da gradação!), nem tropa, nem **anatomia nacional**.

O mestre-escola havia lido repetidas vezes no *Periódico dos Pobres*, as palavras *autonomia nacional*. Faltou-lhe desta feita a memória, lapso que não destoou em nenhuma orelhas, exceptuadas as do boticário, que resmungou:

– Anatomia nacional!

– Que é?! – perguntou ao farmacêutico um estudante de clérigo.

– Parece-me que é asneira! – respondeu o outro com certa indecisão.²⁰⁴

Em referência às cinco primeiras décadas do século XIX, Oliveira Marques noticia o seguinte contexto histórico evocado por *A Queda dum Anjo*:

[...] o País dispunha de **pouca autonomia própria**, dependendo antes da ordem europeia geral, tal como fora estabelecido pelo Congresso de Viena (1815). Até à década de Cinquenta, a Inglaterra, a França, a Áustria e, de certa maneira, a Espanha controlaram Portugal, exactamente como controlaram a maioria dos outros países europeus pequenos.²⁰⁵

Adiante também esclarece:

[...] eram os próprios Portugueses quem solicitava a protecção e a intervenção estrangeiras nos seus negócios internos; isso aconteceu em 1823, 1824, 1828-34 (tanto de Liberais como de Absolutistas), 1836 e 1847. Embora essa intervenção fosse requerida, geralmente, do lado conservador, receoso de ser apeado pelos movimentos radicais, os Esquerdistas também se não mostraram

²⁰⁴ CASTELO BRANCO, 1986, p. 845.

²⁰⁵ MARQUES, 1986, v. III, p. 34.

inteiramente isentos de culpa. Sempre que a Espanha, a França ou a Inglaterra demonstravam qualquer simpatia pelos seus princípios, ei-los que prontamente suplicavam o apoio das potências.²⁰⁶

Chamo a atenção para outro detalhe quanto ao trecho extraído logo anteriormente de *A Queda dum Anjo*: o fato de ser um homem relacionado com farsas teatrais carnavalescas (os ‘entremezes do Entrudo’) que aponta em Calisto um “deputado às direitas” danifica a seriedade de sua observação.

Podemos ver nessa teatralidade em que Camilo Castelo Branco insere o ambiente político português o tempo duplo e cindido da *pedagogia* e da *performance* conceituadas por Homi K. Bhabha. A sátira ao fingimento na Câmara dos Deputados, por um lado, pressupõe valores positivos; no caso, a verdade, a sinceridade, o efetivo engajamento nas causas da nação. Por outro lado, recrimina o desvio dessas normas na conduta de personagens e da sociedade que o romance representa. Eis a duplicidade, a cisão que respectivamente a *pedagogia* e a *performance* manifestam na imagem que Camilo delineou de Portugal. Calisto Elói, em seu quixotesco combate às mazelas da modernidade, assume o papel pedagógico atuante sobre o presente performático. Nesse sentido, o protagonista contraposto a seu adversário Dr. Libório, e ao fim do romance contraposto a si mesmo, após sua queda, constituem a narração da nação portuguesa em *A Queda dum Anjo*.

2.7) LITERATURA CLÁSSICA X LITERATURA ROMÂNTICA

Em dois momentos de *A Queda dum Anjo*, Calisto Elói explicita as razões de sua arcaica concepção legislativa, coerentemente afinada com o universo clássico em que vive antes de sua transformação, mais ao fim da narrativa. No primeiro capítulo (“O

²⁰⁶ MARQUES, 1986, v. III, p. 35.

herói do conto”), o personagem contesta o argumento do avanço da humanidade, emitido pela Câmara Municipal de que é então presidente: “ – Pois se caminhou [...], não caminhou direita. **Os homens são sempre os mesmos e quejandos; as leis devem ser sempre as mesmas.**”²⁰⁷ No quinto capítulo (“Estreia parlamentar de Calisto”), ao dizer-lhe o abade de Estevães que seu discurso soara extemporâneo, responde o protagonista: “ – **A verdade é de todas as horas [...].**”²⁰⁸ As assertivas em negrito recordam uma das basilares leis da arte clássica – a da tipificação –, assim explicada por Anatol Rosenfeld e J. Guinsburg:

[...] a arte clássica não quer diferenciar e individualizar, seu propósito é sempre chegar ao geral e ao típico. Na pintura e na escultura, sua busca é a do universal. Na literatura, esquiva-se de descer a distinções psicológicas, muito minuciosas. Em todas as suas formas de expressão, tenta fixar o universalmente humano.²⁰⁹

A universalização que Calisto Elói imprime ao que pensa sobre a verdade, o homem e as leis colide com a concepção da transitoriedade – cada vez mais frenética – que a modernidade instaura. Ao descrever o vestuário do personagem, no sétimo capítulo (“Figura, vestido e outras coisas do homem”), o narrador considera: “A gola e portinholas da casaca eram sérias de mais para estes tempos em que um homem se veste hoje à moda, e daqui a um mês corre o perigo de sair ridiculamente entrajado.”²¹⁰ Na medida em que a moderna busca pelo novo implica o paradoxal envelhecimento deste, a modernidade constitui o espaço, por excelência, das contradições, dos conflitos, das

²⁰⁷ CASTELO BRANCO, 1986, p. 842.

²⁰⁸ CASTELO BRANCO, 1986, p. 858.

²⁰⁹ ROSENFELD e GUINSBURG. In: GUINSBURG (org.), 1999, p. 375.

²¹⁰ CASTELO BRANCO, 1986, p. 866. Em *Coração, Cabeça e Estômago*, dirá Silvestre da Silva: “Pelo modo como o homem e o amor estão feitos neste tempo, três meses de ausência correspondem àqueles dilatados anos dos amores da Idade Média, que traziam da Palestina à castelã saudosa o coração leal do seu cavaleiro. [...] Agora, é mais íntimo e devorante o amor, mais combustível o coração; a chama, batida por variados ventos, ateia-se mais enfurecida, e o elemento dos afectos volatiza-se rapidamente.” (CASTELO BRANCO, 1984, p. 771.)

dicotomias. Estética em consonância com essa condição, dificilmente conseguimos definir o romantismo senão pelo contraste com ou o anterior neoclassicismo ou o posterior realismo.²¹¹ No universo clássico, o tempo – digamos com extravagância – é o da atemporalidade; não se anseia fazer *o novo*, mas fazer *de novo*, conforme o princípio da *imitatio*.²¹²

O classicismo de Calisto Elói revela-se também em seu domínio do latim e do grego e em seu amplo conhecimento de História e Literatura Antigas. Várias vezes, o personagem recorre à citação de frases latinas, e mesmo o narrador lança mão do recurso, por exemplo, no título dos capítulos décimo quinto, “Ecce iterum Crispinus”; décimo sexto, “Quantum mutatis”; décimo sétimo, “In Liborium”, e vigésimo, “Proh dolor!...”. Também na dedicatória do romance, existe trecho em latim; esta máxima de Catulo: “Donat cum egenus diviti / Retia videtur tendere”.²¹³ A exegese camiliana costuma apontar afinidades entre o Calisto Elói antes da transformação e o romancista português, o qual por motivos semelhantes via em António Feliciano de Castilho, além de um amigo, um mestre. Jacinto do Prado Coelho informa como o poeta cego recebeu o romance que analisou:

[...] Castilho vibrou de entusiasmo com a figura [de Calisto]: “Se me permite citar-lhe um excelente modelo do que eu apeteço, cito-lhe *A Queda dum Anjo*, onde **tantas sãs doutrinas e boníssimas vêm artificialmente disseminadas acerca da linguagem, da eloquência, de como se hão-de ler e imitar os clássicos**, etc.” (carta de 10 de Janeiro de 1866). Claro: o que preocupava Castilho era, mais ou menos, o que preocupava os teóricos da **poesia do**

²¹¹ Cf. VIZZIOLI. In: GUINSBURG (org.), 2002, p. 137.

²¹² Afrânio Coutinho esclarece: “A imitação era regra retórica e pedagógica por excelência, e não se confundia com plágio. O princípio normativo da imitação dos modelos foi admitido pacificamente pelos mestres da retórica heleno-romana, não como um processo inferior, mas como uma disciplina formadora através da qual se emulavam as virtudes dos grandes autores. [...] De imitação da natureza, concebida como o motor gerador das coisas, o espírito normativo dos romanos transformou o conceito em disciplina retórica de imitação de autores modelares, que, nos tempos modernos, se confundiram com os clássicos antigos, isto é, em vez de ir à natureza, imitavam-se os que já haviam, de modo excelente, imitado a natureza.” (COUTINHO, 1968, p. 85-6.)

²¹³ CASTELO BRANCO, 1986, p. 835.

Arcadismo: o problema do purismo, o problema da imitação, as leis da eloquência. Mas a convivência entre Castilho e Camilo não é mero fruto do acaso: havia entre eles afinidades palpáveis. Ouvindo Calisto Elói, julgamos ouvir Camilo expondo as suas ideias estéticas eivadas de setecentismo, atacando a poesia sem ‘cunho português’, aconselhando ‘o trato indefesso com os mestres da língua’ [...]. Por outro lado, **a linguagem vernácula de Calisto, com fortes ressaibos a Manuel Bernardes e Frei Luís de Sousa, é a linguagem em que toda a novela está escrita [...].**²¹⁴

De fato, o protagonista se respalda em diversos autores clássicos portugueses para duelar oralmente na Câmara dos Deputados com o Dr. Libório. Antes de sua queda, o morgado da Agra de Freimas recorda em seus hábitos e características certos preceitos neoclássicos: o de *fugere urbem*, ao habitar uma região campesina (Miranda); o de *aurea mediocritas*, ao levar uma vida simples, sem dispêndio da riqueza; o de contenção emocional, no caso do personagem, seguido exageradamente, pois este nem ao menos até então sentira paixões por mulheres, tampouco angústias existenciais.

O afeto que Calisto manifesta pela língua portuguesa – digamos – clássica e pelo latim trai uma tradição literária quinhentista que se encontra expressa em *Os Lusíadas*, de Camões.²¹⁵ O personagem de *A Queda dum Anjo*, no décimo sétimo capítulo (“In Liborium”), toma Quintiliano para exemplo de ‘arte de bem falar’, isto é, a “clareza no exprimir a idéia”.²¹⁶ Em sua epopéia, Camões solicita às Tágides um “estilo grandiloquo”, que se alcançaria por meio de empréstimos do latim, e também “corrente”, na preocupação por parte do enunciador épico de expressar-se o mais

²¹⁴ COELHO, 2001, p. 213.

²¹⁵ No oitavo capítulo de *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queirós, uma cena ilustra bem o feixe dicotômico já presente em *A Queda dum Anjo*: cidade / língua francesa / literatura moderna x campo / latim / literatura clássica. Recém-chegados de Paris – a capital do Ocidente oitocentista – à região serrana de Tormes, Jacinto, o ‘Príncipe super-civilizado’, e seu amigo José Fernandes refestelam-se com a comida ali preparada. O narrador-personagem conta: “Mirando, à vela de sebo, o copo grosso que ele orlava de leve espuma rósea, o meu Príncipe, com um resplendor de optimismo na face, citou Virgílio: // – *Quo te carmina dicam, Rethica?* Quem dignamente te cantará, vinho amável destas serras? // Eu, que não gosto que me vantagemem em saber clássico, espanjei logo também o meu Virgílio, louvando as doçuras da vida rural: // – *Hanc olim veteres vitam coluere Sabini...* Assim viveram os velhos Sabinos. Assim Rómulo e Remo... Assim cresceu a maravilha do mundo!” (QUEIROZ, 1950, p. 175.)

²¹⁶ CASTELO BRANCO, 1986, p. 918.

inteligivelmente possível.²¹⁷ Acrescento que, na célebre estrofe 33 do primeiro canto de *Os Lusíadas*, Vênus mostra-se favorável aos portugueses, pois a língua falada por estes “Com pouca corrupção crê que é a Latina”.²¹⁸ Em contrapartida, Calisto Elói sabe “o francês muito pela rama”²¹⁹ e desconhece quase de todo a literatura romântica expressa nesse idioma. A exemplo desse fato, o personagem trava o seguinte diálogo, no décimo primeiro capítulo (“Santas ousadias!”):

– A Sr.^a D. Catarina já leu Homero?

– É romance? – disse ela.

– Romance ou fabulário de alta moral lhe havemos de chamar; não já romances de uns que, de oitiva o sei, por aí empestam a sociedade. [...]

Fez Calisto uma longa pausa, e prosseguiu, interpolando os dizeres com algumas pitadas, que solenizavam a gravidade das falas.

– Ninguém devera casar sem muito ler e sem aplaudir aqueles preceitos do casamento escritos pelo eminentíssimo Plutarco.

– Não conheço – disse a dama... – Li *Le Mariage*, de Balzac.

– Não sei quem é; deve ser francês.²²⁰

Conforme vimos na seção 2.5, longe de sentir as efusões sentimentais românticas, Calisto esposa sua prima Teodora por mera obediência a convenções sociais e conveniências familiares. Quando em Lisboa apaixona-se pela primeira vez, por

²¹⁷ Cf. CIDADE, 1968, v. II, p. 68-73.

²¹⁸ CAMÕES, 1997, p. 79.

²¹⁹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 840.

²²⁰ CASTELO BRANCO, 1986, p. 889.

Adelaide, nela inspirado escreve seu primeiro poema, todavia de nítida dicção neoclássica:

Senhora de grão primor,
 Meu amor,
 Formosíssima deidade,
 Arde meu peito em saudade,
 Quem fui ontem, não sou hoje;
 Minha alegria me foge,
 Se vos olho.
 Havei de mim piedade;
 Sede minha divindade;
 Não leveis a mal que eu chore,
 Contanto que vos adore,
 Gentil e nobre menina,
 Como Camões a Cat'rina
 E como Ovídio a Corina.²²¹

O morgado da Agra de Freimas começa por rechaçar, tanto como receptor quanto como produtor, a literatura de sua contemporaneidade. Ao passo que os antigos – Homero e Plutarco, por exemplo – forneceria modelos morigerantes, autores coevos ao personagem, como Balzac, promoveriam a corrupção moral. Dr. Libório também em seus discursos cita duas vezes o romântico francês Victor Hugo,²²² autor da peça *Lucrecia Borgia*, contra a qual o protagonista se indispõe no sexto capítulo (“Virtuosas parvoçadas”).

²²¹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 905.

²²² A primeira vez, no nono capítulo (“O doutor do Porto”): “Oh! que rejúbilos de coração para quem fadado lhe foi de cima o entender e amar, que o compreender é amar, na frase incisiva e galharda de **Vitor Hugo!**” (CASTELO BRANCO, 1986, p. 878.) A segunda vez, no décimo quinto capítulo (“Ecce iterum Crispinus...”): “Que farte me hei despendido em razões que superabundam no caso em que me empenho, de parçaria com **Vitor Hugo**, e com quejandas lumieiras que esplendem na vanguarda desta caravana da humanidade, que se vai demandando a Meca da perfectibilidade.” (CASTELO BRANCO, 1986, p. 909.)

No vigésimo quarto capítulo (“A mulher fatal”), já arrebatado pela beleza de Ifigénia, Calisto chega a expressar-se de maneira que recorda

[...] a passagem de um romance, que se não preza de muito verosímil. Porém, como quer que a viúva do general Ponce de Leão fosse grandemente lida em **novelas francesas**, o caso não lhe pareceu tão extraordinário como ao leitor e a mim, quando mo referiram.²²³

No desfecho de *A Queda dum Anjo*, o próprio narrador discute os propósitos – aliás, insistentes na narrativa camiliana – de moralizar. Essa discussão passa por outro preceito neoclássico, sobrevivente em grande parte da obra do Romancista de Ceide: o *docere cum delectate*. Nas palavras de Jacinto do Prado Coelho, em *A Queda dum Anjo*, ocorre “o escândalo metafísico da ausência de castigo”,²²⁴ pois o protagonista apaixonado por Ifigénia abandona a esposa, e, apesar de adúltero, consegue encontrar a felicidade. Confessa o narrador:

Eu, como romancista, lamento que ele não viva muitíssimo apoucado, para poder tirar a limpo a sã moralidade deste conto.

Fica sendo, portanto, esta coisa uma novela que não há-de levar ao Céu número de almas mais vantajoso que o do ano passado.²²⁵

²²³ CASTELO BRANCO, 1986, p. 954. Em *A Filha do Doutor Negro*, romance de 1864, o narrador camiliano refere-se a George Sand e Frédéric Soulié e demais romancistas franceses como “capitalistas da imaginação corrupta”. (CASTELO BRANCO, 1985, p. 795.)

²²⁴ COELHO, 2001, p. 374.

²²⁵ CASTELO BRANCO, 1986, p. 1005. No “Prefácio” de *O Esqueleto* – obra, como *A Queda dum Anjo*, também publicada em 1865, mas anteriormente a esta –, o narrador-autoral Camilo Castelo Branco discorre: “Enquanto à influência do romance nos costumes, estou mais que muito desconfiado de que o romance não morigera nem desmoraliza. // Porém admitida a ponderação que lhe alvidram os exortadores dos pais de família, não sei decidir como se há-de escrever o romance fautor da sã moral. São dois os expedientes: levar os personagens viciosos ao despenhadeiro; ou criar anjos num paraíso sem serpente. // [...] // São estes os romances que moralizam, ou os outros? É a minha dúvida.” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 1165.) *A Queda dum Anjo* parece misturar os dois expedientes referidos, uma vez que cria um anjo num paraíso – em verdade, não propriamente sem serpente (Miranda) – e leva o personagem, por fim, ao despenhadeiro (a queda do protagonista em Lisboa). Esse terceiro expediente empregado na narrativa sobre Calisto Elói parece atestar a permanência da dúvida confessada por Camilo, senão atestar mesmo a impossibilidade de o romance morigerar.

A frustração quanto ao propósito de *ridendo castigat mores* reaparecerá na “Advertência da Segunda Edição”, de 1873:

O autor cuidou, quando escreveu esta novela, que alguma intenção moralizadora se transluzia da contextura da história. Hoje, por lho haver dito um amigo franco, está persuadido que o seu livro não morigerou; mas também não escandalizou ninguém. Isto é consolativo, ainda assim.²²⁶

O fim de *A Queda dum Anjo* e sua “Advertência” declaram, eivados de ironia, a impossibilidade de se corrigirem os costumes, mesmo pelo riso da sátira. Nessa perspectiva, o universo clássico, onde se propunha o *docere cum delectate*, esfacela-se à medida que se instaura a modernidade, regida por contínuas transformações. A sátira e a ironia direcionadas tanto a um Calisto apegado ao passado quanto a um Calisto modernizado não definem um espaço de verdade única e séria para os tempos modernos.

Calisto Elói rejeita a literatura contemporânea, isto é, romântica e defende a literatura clássica como a autenticamente lusitana.²²⁷ Friso que, antes de sua queda, o protagonista, quando se depara com autores contemporâneos, estes são franceses. A exceção seria o próprio Camilo. Porém, como vimos na seção 2.6, Calisto observa-lhe a linguagem corrompida. Acerca da influência cultural estrangeira na capital lusitana, Oliveira Marques fornece dados ilustrativos:

²²⁶ CASTELO BRANCO, 1986, p. 837.

²²⁷ Em *O Pré-Romantismo Português*, Zenóbia Collares Moreira noticia caso similar na França, onde a crítica literária do início do século XX indispõe-se com o romantismo, por considerá-lo produto de influência estrangeira – notadamente inglesa e alemã. Entretanto, na própria época defendeu-se que destacados nomes franceses ou francófonos contribuíram para a consolidação da estética e ideologia romântica no país. (Cf. MOREIRA, 2000, p. 19-30.)

Uma estatística das peças de teatro apresentadas no Teatro Nacional de D. Maria II, de Lisboa, entre 1845 e 1910 (de acordo com os números de Matos Sequeira), mostra facilmente o predomínio das traduções sobre a produção portuguesa. De cerca de 1300 peças representadas, menos de um quarto foram de autores nacionais.²²⁸

Mas também o contraste entre as exaltações a Lisboa lidas em clássicos seiscentistas e a degradação da capital que Calisto encontra assinalará a degradação de Portugal no presente. No quarto capítulo (“Asneiras da erudição”), lemos:

Por fins de Janeiro, chegou Benevides de Barbuda a Lisboa, e alugou casa no bairro de Alfama, por lhe terem dito que, naquela porção da Lisboa antiga, a cada esquina havia um monumento à espera de arqueólogo competente.

Ao cabo de três dias, Calisto mudou-se para rua mais limpa, supondo que os lamaçais de Alfama haviam tragado os monumentos, lamaçais em que ele desastrosamente escorregara, e donde saíra mal limpo, e assoviado por marujos e colarejas, seus vizinhos mais chegados. Mau agouro! A primeira quimera de Calisto, seu tanto ou quanto científica, atascara-se na lama daquela parte de Lisboa, que devia ser a *inclita Ulisseia* de Luís de Camões!²²⁹

A propósito, o que sucede em *A Queda dum Anjo* também sucede em *Viagens na Minha Terra*, de Almeida Garrett. Nesse romance de 1843 (anterior ao de Camilo cerca de 23 anos, portanto), à degenerescência estilística da literatura corresponde a degradação física da paisagem nacional:

Este é o pinhal da Azambuja?

Não pode ser.

²²⁸ MARQUES, 1986, v. III, p. 136.

²²⁹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 851.

[...]

Por quantas maldições e infernos adornam o estilo dum verdadeiro escritor romântico, digam-me, digam-me: onde estão os arvoredos fechados, os sítios medonhos desta espessura?

Pois isto é possível, pois o pinhal da Azambuja é isto?²³⁰

2.8) CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse olhar panorâmico sobre *A Queda dum Anjo*, de Camilo Castelo Branco, tivemos a imagem de uma nação fraturada. Dois Portugais coexistem na narrativa: o velho e o novo, dicotomia que enfeixa uma série de correspondências dicotômicas explicitadas e analisadas neste capítulo. Caberia aqui perguntar: mas que nação não apresentaria fraturas, uma vez que a homogeneidade nacional decorre de um *esquecimento* de traços heterogêneos? De fato, a pergunta procede. Entretanto, a narrativa camiliana explicita a fratura da nação que delinea. Não quero, com o que acabo de dizer, dar a entender que Camilo não torna uma essência a idéia de nação, e especificamente de uma nação portuguesa. Sua obra como um todo endossa e divulga uma portugalidade, e, no caso específico de *A Queda dum Anjo*, o Romancista de Ceide discute essa identidade nacional a partir das duas temporalidades – o velho e o novo, o antigo e o moderno – encenadas pelas dicotomias a) espaço provinciano x espaço urbano; b) bases sociais do Antigo Regime x ordem burguesa; c) economia agrária (feudal) x economia industrial (capitalista); d) convenções sociais x paixão e amor; e) linguagem castiça x linguagem corrompida; f) literatura clássica x literatura romântica.

²³⁰ GARRETT, [1963], v. I, p. 27.

Ao aplicar no romance a proposta de Homi Bhabha para compreender o funcionamento do discurso da nação, observei que a sátira e a ironia voltadas ao Portugal arcaico manifestam a obliteração performática do passado. Esta, aliás, não ocorre apenas na enunciação, mas também entre os personagens que vêem Calisto Elói como um homem anacrônico e risível, quando atua no papel pedagógico baseado na autoridade do passado tido como nacional. Por outro lado, sabemos que a sátira e a ironia do narrador também alvejam o protagonista quando este adere às idéias e aos costumes da modernidade. Fruto de uma percepção nostálgica, esse procedimento por parte do narrador parece manifestar sua faceta pedagógica, pois esse riso lamenta a degenerescência dos pressupostos valores portugueses. Assim, um narrador fraturado – cindido entre o velho e o novo – narra uma nação fraturada – cindida entre essas duas temporalidades –.

A dicotomia do velho e do novo Portugal em *A Queda dum Anjo* inscreve o passado no presente. Essa inscrição acaba por provocar fissuras no presente, ou na modernidade da nação portuguesa ali delineada. Na medida em que o antigo e o moderno convivem no espaço nacional, o moderno dessa nação trai seu lugar de país atrasado na marcha progressista, empreendida mais efetivamente por países como Inglaterra e França. A este último, aliás, vincula-se o novo Portugal, metonimizado na cidade de Lisboa. No romance de Camilo, a influência francesa – acentuada no século XIX – ocorre em diversos âmbitos: social, político, lingüístico, literário. Contudo, o modelo da França conduz à corrupção da sociedade (hipócrita e praticante de adultérios), dos políticos (preocupados com questões supérfluas), da língua (contaminada por galicismos), da literatura (inverossímil e cheia de maus exemplos morais). Calisto, ao combater o afrancesamento de Portugal, revela conceber a autenticidade identitária portuguesa moralmente impoluta e, portanto, superior. Eis a

base de seu discurso nacionalista. Não por acaso o personagem procura vivenciar os tempos longínquos: neles encontra-se *o esplendor de Portugal*, sua glória como povo desbravador de mares, descobridor e colonizador de terras... e no presente – em meados do século XIX – Portugal, já havia pelo menos trezentos anos, situava-se à periferia do mundo.

No próximo e último capítulo, abordarei o protagonista de *A Queda dum Anjo* como símbolo dessa nação portuguesa fraturada em duas temporalidades.

CAPÍTULO 3:

CALISTO ELÓI: UM PORTUGAL EM QUEDA?

- [...] Assim todo completo, com o bem, com o mal, sabem vocês quem ele me lembra?
- Quem?
- Portugal.

Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*

O que antes não se sabia, o que hoje se sabe, se poderia saber – uma *reversão*, um retorno, em qualquer sentido ou grau, não é absolutamente possível.

Friedrich Nietzsche, *Crepúsculo dos Ídolos*

Mas os que resistiram em nome da tradição foram derrotados.

Eric J. Hobsbawm, *A Era do Capital*

3.1) CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL E SIMBOLOGIA DE CALISTO ELÓI

Críticos têm insistido na semelhança do protagonista de *A Queda dum Anjo*, o Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda,²³¹ com seu autor Camilo Castelo Branco. Jacinto do Prado Coelho observa que “Em Camilo havia, na verdade, um Calisto Elói devoto de prosas velhas e genealogias, admirador duma simpleza clara e lapidar, rabugento ante modernismos ‘civilizadores’”.²³² Óscar Lopes sublinha ainda “uma certa proximidade paradigmática” entre o pré-nome do personagem e o do romancista.²³³ Ao lado desse lastro autobiográfico na confecção da figura do morgado da Agra de Freimas,²³⁴ podemos acrescentar um contexto que Camilo denuncia e ironiza na crônica “Tesouro de Sábios”, publicada no jornal *A Revolução de Setembro*, a 11 de abril de 1861.²³⁵ Trata-se de um disseminado gosto por citações latinas no Portugal da época,²³⁶ – gosto compartilhado por Calisto Elói e pelo próprio Camilo Castelo Branco.

D. João de Castro, em célebre artigo sobre *A Queda dum Anjo*, aponta um contemporâneo do escritor oitocentista como inspiração para o herói desse romance. Nas palavras de Túlio Ramires Ferro,

Segundo D. João de Castro, o modelo, vivo, do herói camiliano foi um fidalgo muito conhecido em Braga, Domingos de Barros Teixeira da Mota, que era senhor da casa vincular da Cruz, situada no concelho de Celorico de Basto. Homem austero, apreciador de genealogias e cronicões, e adepto de D. Miguel, Domingos de Barros, que estava casado com uma senhora muito feia e muito

²³¹ Lélia Parreira Duarte propõe acerca do nome completo do personagem: “[...] Calisto é o superlativo de kálos, sendo portanto, o mais belo; Elói é o escolhido, o eleito, além de lembrar Eloim, nome que substitui muitas vezes o de Jeová no *Pentateuco* e poderia ser visto como indicador de um ser que está em contato com Deus. Silos lembraria o grego síros (sátira, poema satírico, paródia); refere também tulha, depósito, de onde a idéia de armazenamento e/ou entulhamento de riquezas e de erudição. Benevides, como o texto explica, seria aquele que vive bem, sendo etimologicamente o que vê bem; e Barbuda é família importante, com brasão, armas e timbre.” (DUARTE, 1993, p. 83.)

²³² COELHO, 2001, p. 213.

²³³ LOPES, 1991, p. 57.

²³⁴ Quanto ao antagonista Dr. Libório, segundo Alexandre Cabral, “O autor identifica claramente o personagem. É o retrato perfeito do seu amigo antigo e depois adversário António Aires de Gouveia”. (CABRAL, 1989, p. 536.)

²³⁵ Cf. CASTELO BRANCO, 1990, p. 1246-50.

²³⁶ Em *Viagens na Minha Terra*, Almeida Garrett havia escrito, entre parênteses, que “a bossa proeminente hoje é a latina”. (GARRETT, [1963], v. I, p. 32.)

rica, mundanizou-se em contacto com a vida elegante de Lisboa, onde se instalou quando o elegeram deputado.²³⁷

De fato, os dados biográficos do aristocrata português e a trajetória do personagem de *A Queda dum Anjo* coincidem em muitos pontos, embora falte na vida do primeiro o registro de um adultério, o que motiva no segundo as conhecidas transformações.²³⁸

Cerca de três anos antes de *A Queda dum Anjo*, Camilo publicou *O Bem e o Mal*, em que aparece um personagem com características impressionantemente muito semelhantes às de Calisto Elói. Padre Praxedes de Vila Cova, conta-nos o narrador,

[...] sobre ser virtuoso, era grande letrado; a sua ciência, porém, atrasara-se dous séculos na história do espírito humano.

[...] sabia de cor Aristóteles e Platão. Filosofia, Física, História Natural, Gramática, Lógica, Metafísica, Poética, Meteorologia, Política, e mais um centenar de ciências todas lhas ensinaram os dous sábios de Estagira e Atenas. Na opinião dele, a inteligência do homem, depois de Platão e Aristóteles, envelhecera, ou fingira remoçar-se com atavios de ouropel e pechisbeques, sem quilate na experimentada mão de um sábio.

Era padre Praxedes copiosamente lido em livros portugueses anteriores ao século XVII, e possuía os melhores nas suas ponderosas estantes de castanho. Da época dos Senhores Reis D. João V e D. José I já pouquíssimos volumes, e esses mesmos estremados do ouro puro dos clássicos, se honravam de prender-lhe a atenção.²³⁹

Além da leitura contumaz de autores tão antigos, ao lado de um desrespeito senão indiferença pelo conhecimento contemporâneo, outra coincidência entre padre

²³⁷ FERRO, 1966, p. 114-5.

²³⁸ Cf. FERRO, 1966, p. 115.

²³⁹ CASTELO BRANCO, 1985, p. 9-10.

Praxedes e Calisto Elói se destaca. Se o morgado da Agra de Freimas terá uma parentela de “altas dignidades da Igreja”²⁴⁰ e haverá em sua casa “**onze** retratos, que tinha de **onze** avós”,²⁴¹ o personagem de *O Bem e o Mal* tivera “ao certo que seus derradeiros anos, muitos ou poucos, ali [na residência paroquial] seriam vividos ao pé da sepultura dos seus **onze** antepassados”²⁴², todos os quais eclesiásticos. O detalhe da repetição do número onze de um romance para o outro parece reforçar ainda mais a existência de um ‘parentesco’ entre os personagens, ou ainda de um arquétipo camiliano.

Mas talvez o parentesco do protagonista de *A Queda dum Anjo* que mais salte aos olhos seja o com Dom Quixote. O próprio narrador do romance, a propósito das pretensões de Calisto de salvaguardar a moral do casamento de D. Catarina, no primeiro parágrafo do décimo segundo capítulo (“O anjo-custódio”), sugerirá a semelhança: “Santa audácia! **Bizarra índole de antigo cavaleiro**, que abriga no peito a generosidade com que os heróis dos Lobeiras, **Cervantes**, Barros e Morais se lançavam às aventurosas lides, no intento de corrigir vícios e endireitar as tortuosidades da humana maldade!”²⁴³ Acerca da proximidade entre Calisto e D. Quixote, porém, no que concerne à suposta loucura desses personagens, João Camilo dos Santos adverte:

²⁴⁰ CASTELO BRANCO, 1986, p. 839.

²⁴¹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 843.

²⁴² CASTELO BRANCO, 1985, p. 12.

²⁴³ Não extraí o trecho da edição em todas as outras vezes utilizada – a da Lello & Irmão de 1986, volume V das *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*. Esta, conforme esclarecem os editores, baseia-se na edição de 1873 – a segunda de *A Queda dum Anjo* – “porque é a única em que o autor declara que procedeu à sua revisão. Entendemos não considerar definitivas as alterações que encontramos na 3ª. edição, a tal chamada *definitiva*, tendo em atenção a sua data 1887 e as condições de vida e de produção literária de Camilo nesse período dramático”. (Advertência à nossa edição. In: CASTELO BRANCO, 1986, p. 1007.) No caso do trecho extraído, não lemos o nome de Cervantes, conforme a referida edição da Lello & Irmão de 1986. Os críticos que pontuam a semelhança entre Calisto Elói e D. Quixote freqüentemente recorrem a essa passagem, querendo com ela indicar a consciência por parte do narrador dessa semelhança. Não se costuma, no entanto, observar esse problema ecdótico nos trabalhos sobre o romance. De fato, Lobeira, Barros e Morais são autores que se celebrizaram pelo gênero de novelas cavaleirescas justamente satirizado por Miguel de Cervantes em *Dom Quixote* – donde um certo estranhamento em o nome do escritor espanhol figurar entre os daqueles no trecho. Naturalmente, esse fato não contraria o caráter quixotesco do protagonista de *A Queda dum Anjo*. Dada a tradição em citar a passagem com o nome de Cervantes, citei-a também desta forma, tendo consultado as seguintes edições: Organização Simões, de 1953; Europa-América, da década de 1970; Parceria A. M. Pereira, de 1979; Lello & Irmão, de 1981; Ediouro, da década de 1980, e finalmente, pela editora brasileira Ática, de 1997. Entre todas, não há variações no trecho transcrito.

[...] se a loucura de D. Quixote é um facto em geral admitido pela crítica cervantina, no caso de Calisto não parece que se possa falar de loucura. O contraste entre uma visão do mundo e um comportamento que aparecem como originais (distinguindo como “diferente” aquele que os encarna) e a visão do mundo e comportamento da maioria não implica forçosamente que haja perda da razão.²⁴⁴

De qualquer maneira quixotesco, Calisto exemplifica a ampla ressonância cultural do livro de Miguel de Cervantes no século XIX português. Para esse fato o estudo *Garrett, Camilo, Eça: entre Quixote e Sancho*, de José Clécio Basílio Quesado, o de Maria Fernanda Abreu, *Cervantes no Romantismo Português: cavaleiros andantes, manuscritos encontrados e gargalhadas moralíssimas*, e outros chamam a atenção. Já em 24 de agosto de 1848, na gazeta *Nacional*, Camilo publicara uma crônica à guisa de conto intitulada “Cavalheiro Andante do Século 19”. Conforme Maria Fernanda Abreu noticia, esta teria sido a primeira criação ficcional do escritor oitocentista com base no personagem cervantino.²⁴⁵ Igualmente a D. Quixote, o narrador-personagem desse texto satírico, após leitura de narrativas sobre feitos épicos medievais, resgata uma donzela raptada por um sargento de telégrafo.²⁴⁶ Como se pode observar, aqui também se chocam o antigo – representado pelas leituras de textos da Idade Média – e o novo – representado pelo tempo em que vive o narrador-personagem, a modernidade que o telégrafo emblema –.

Em *Viagens na Minha Terra*, de 1843, Almeida Garrett explicara a marcha da civilização, ou seja, “para nos entenderem todos melhor, o *Progresso*”,²⁴⁷ lançando mão dos protagonistas das peripécias narradas em *D. Quixote*:

²⁴⁴ SANTOS, 1992, p. 50.

²⁴⁵ Cf. ABREU, 1994, p. 273-6.

²⁴⁶ Cf. CASTELO BRANCO, 1990, p. 23-27.

²⁴⁷ GARRETT, [1963], v. I, p. 16.

[...] há dois princípios no mundo: o *espiritualista*, que marcha sem atender à parte material e terrena desta vida, com os olhos fitos em suas grandes e abstractas teorias, hirto, seco, duro, inflexível, e que pode bem personalizar-se, simbolizar-se pelo famoso mito do Cavaleiro da Mancha, D. Quixote, – o *materialista*, que, sem fazer caso nem cabedal dessas teorias, em que não crê e cujas impossíveis aplicações declara todas utopias, pode bem representar-se pela rotunda e anafada presença do nosso amigo velho, Sancho Pança.²⁴⁸

O trecho pertence ao segundo capítulo da obra, onde o narrador esclarece: “[...] a minha obra é um símbolo... é um mito, palavra grega, e de moda germânica, que se mete em tudo e com que se explica tudo... quanto se não sabe explicar.”²⁴⁹ Assim como se utiliza das figuras de Quixote e Sancho para ilustrar o mecanismo dialético do progresso – o embate entre a força espiritualista e materialista –, o próprio romance funciona como ‘explicação’ simbólica da “situação cultural, política e social de Portugal”, segundo a excelente leitura de Helder Macedo.²⁵⁰ Ao analisar a novela “A Menina dos Rouxinóis”, inserida no romance, Macedo propõe:

As duas personagens motrizes da sequência romanesca são Frei Dinis e Carlos – um absolutista e o outro liberal. Cada um deles representa D. Quixote e Sancho Pança em fases diferentes das suas vidas. Frei Dinis, que começou por ser “materialista” porque presa das paixões, espiritualizou-se através do remorso no frade austero em que veio a tornar-se; Carlos, após ter lutado pelos ideais do liberalismo, corrompeu-se e cedeu à matéria ao tornar-se barão.²⁵¹

Também o protagonista de *A Queda dum Anjo* se enquadra nessa fórmula. Na primeira fase de sua vida, é absolutista, defensor de rígida moral cristã-católica, mas depois – “presa de paixões” – converte-se ao liberalismo e torna-se barão. O

²⁴⁸ GARRETT, [1963], v. I, p. 16-7.

²⁴⁹ GARRETT, [1963], v. I, p. 16.

²⁵⁰ MACEDO, 1979, p. 17-8.

²⁵¹ MACEDO, 1979, p. 18.

personagem camiliano encarna, pois, num momento o espiritualista Quixote, e posteriormente o materialista Sancho. João Camilo dos Santos opera noutros termos, mas o resultado de sua leitura do romance corresponde ao exposto acima. Segundo o crítico, “Calisto, evoluindo e adaptando-se enfim, permite a Camilo pôr em cena a transição do Portugal antigo para o Portugal moderno”, e sendo assim, “*A Queda dum Anjo* é a história dessa transição”.²⁵² José Clécio Basílio Quesado concilia os dois aspectos da leitura:

Caído do “fragmento paradisíaco” de Miranda na babilônica Lisboa de usos e costumes novos, Calisto Elói é [...] a figuração de um povo que, no seu projeto de descaracterização político-econômica e cultural, se descompassou entre o passado e o presente, entre a sua tradição milenar e os influxos de uma modernidade mal urdida. [...] É, enfim, mais uma reduplicação de ficção lusa do idealismo quixotesco lançado nas vertigens abissais do materialismo de Sancho.²⁵³

Se podemos aproximar Calisto Elói de D. Quixote e Sancho Pança pelo jogo dicotômico tanto entre o antigo e o moderno quanto entre o ideal e o real, pensando neste último, Fidelino de Figueiredo enxerga no protagonista do romance de Camilo o arquétipo fáustico:

Calisto Elói [...] é [...] o eterno intelectual que concebe da vida e do mundo só a pequena parte que o livro lhe denuncia, e que exercita do espírito só a pequena parcela que é a inteligência. O protagonista é um deslocado, [...] mas é também um pouco o Fausto. Vindo a Lisboa, como deputado, o meio transforma-o; e esta transformação é um caso da influência do meio, precipitando um anjo, mas é também a revelação da verdadeira vida a quem nunca a exercitara, é também o gostar do sentimento do amor, da conformação com o seu tempo e com o seu meio, por quem não supunha na vida do coração tão amplos limites. De sorte

²⁵² SANTOS, 1992, p. 57.

²⁵³ QUESADO, 2^a. ed. a ser publicada, p. 60.

que esse Calisto Elói é uma forma satírica, romântica, camiliana acima de tudo, do eterno tema do conflito entre a vida ideal e a real, da tardia opção pela segunda. E à longa lista de expressões literárias do tema do *Fausto* [...] há a acrescentar a de Camilo, pelo romance satírico.²⁵⁴

Marshall Berman destaca em *Fausto* o outro embate – entre o velho e o novo – que vemos Calisto Elói também representar. “O *Fausto* de Goethe: a tragédia do desenvolvimento”, primeiro capítulo de *Tudo que é sólido desmancha no ar*, de Berman, principia com esta frase: “Desde que se começou a pensar em uma cultura moderna, a figura de Fausto tem sido um de seus heróis culturais.”²⁵⁵ O personagem, especificamente na obra goethiana, encarnaria os anseios transformadores, manifestados nas Revoluções Francesa e Industrial, sobre uma sociedade de estruturas feudais. Nesse aspecto, Fausto terá “uma ressonância especial em países social, econômica e politicamente ‘subdesenvolvidos’”.²⁵⁶ Berman lê o percurso fáustico, segundo o colocou o poeta alemão, como uma tragédia do desenvolvimento, onde um provinciano mundo de ingenuidade e pureza dá lugar a um mundo de bem mais amplos horizontes morais, em contínuas transformações, em acelerado progresso.

Portugal situa-se, no período em que se publica *A Queda dum Anjo*, entre os países de precário desenvolvimento social, econômico e político, referido por Berman. E o arquétipo fáustico, conforme atesta o romance de Camilo Castelo Branco, manifestou-se, de fato, no imaginário português. Se Mefistófeles conduz Fausto às transformações de trágicas conseqüências – uma vez que estas implicam a destruição da ingenuidade e pureza²⁵⁷ –, também o narrador camiliano utiliza a imagem demoníaca

²⁵⁴ FIGUEIREDO, 1946, p. 244-5.

²⁵⁵ BERMAN, 2005, p. 43.

²⁵⁶ BERMAN, 2005, p. 49.

²⁵⁷ Também podemos aproximar o casal Calisto e Teodora, pertencentes ao romance de Camilo, do casal Filemo e Báucia, que figura no *Fausto* de Goethe como resquício de um mundo antigo ilhado e perturbador em meio a um mundo moderno. Se a morte de Filemo e Báucia simboliza a vitória definitiva da modernidade – vitória em que há um tom de lamento em decorrência dessa morte –, a separação adúltera de Calisto e Teodora simboliza o mesmo, e a vitória da modernidade em *A Queda dum Anjo* não deixa de ter o tom lamentoso. Jacinto do Prado Coelho comenta: “A derrota de Calisto aos pés do

para simbolizar o percurso do morgado da Agra de Freimas rumo a destino similar. Basta reparar no título do terceiro capítulo, “O demónio parlamentar descobre o anjo”; do décimo quarto, “Tentação! Amor! Poesia!”; do vigésimo nono, “O demónio em Caçarelhos”; do trigésimo primeiro, “Vence o Demónio! Choram os anjos”; do trigésimo quinto, “A felicidade infernal do crime”. Destaco ainda outro ponto de contato relevante. Nas palavras de Berman,

Como muitos homens e mulheres de meia-idade que vivem uma espécie de renascimento, Fausto sente seus novos poderes como poderes sexuais; a vida erótica é a esfera na qual ele aprende inicialmente a viver e agir. Após algum tempo na companhia de Mefisto, Fausto se torna radiante e excitado. Algumas das mudanças decorrem de elementos artificiais: roupas chiques e charmosas (ele nunca havia ligado para a própria aparência; até então, todo o seu rendimento era convertido em livros e instrumentos) e poções mágicas da Cozinha da Feiticeira, que fazem Fausto parecer e sentir-se trinta anos mais jovem.²⁵⁸

Semelhantemente, Calisto Elói – homem de meia idade – viverá suas mudanças a partir do afloramento tardio de sua sexualidade. Aliás, sua paixão por Adelaide motivá-lo-á a vestir roupas mais modernas e sedutoras, a tornar-se mais esbelto e rejuvenescido. Em seguida, a bela viúva Ifigénia – quem parece corresponder aos sentimentos do deputado mirandense – leva-o a perder-se definitivamente: o adultério é consumado e Calisto, já modificados seus hábitos e trajes, adere ao ideário do partido liberalista português. A propósito, no vigésimo quinto capítulo do romance (“Perdido!”), ao citar uma cena de *Vilhalpandos*, de Sá de Miranda, em que um personagem declara seu amor a Fausta, Calisto Elói ouve de Ifigénia: “*Fausta!*... é um nome lindo [...]”.²⁵⁹ Não seria expressivo que justamente uma mulher que contribui para

modernismo citadino é, para o leitor compreensivo, **uma derrota dolorosa.**” (COELHO, 2001, p. 212.)

²⁵⁸ BERMAN, 2005, p. 59.

²⁵⁹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 958.

a queda do protagonista camiliano aprecie a versão feminina do nome de Fausto – possível alusão à comunhão entre o lendário personagem e Mefistófeles? Acresce que o próprio Calisto, pelo novo corte de barba, adquire inclusive feição mefistofélica. No trigésimo capítulo (“Como ela o amava!”), sua esposa Teodora comenta seu novo visual: “– Como tu estás mudado! Não me pareces o meu homem!... Corta essas barbas; por alma de tua mãe, corta-me essas barbas, que pareces o Diabo, Deus me perdoe!...”²⁶⁰

A modernização de Calisto Elói concretiza o vaticínio metafórico do título do romance: o anjo – imagem de espiritualidade e ascese – cai, isto é, materializa-se, ficando, conforme conclui o narrador, “simplesmente o homem, homem como quase todos os outros, e com mais algumas vantagens que o comum dos homens”.²⁶¹ O adultério, em nome do qual o personagem converte-se num político de ideário progressista, afeito ao luxo e à boa aparência, como na cena bíblica do pecado de Adão e Eva no paraíso, constitui uma queda num mundo onde o tempo corre célere, e a tudo confina dentro do processo de morte e transformação.

O titânico canteiro de obras que Fausto leva a construir para renovar o mundo, no livro de Johann Wolfgang von Goethe, encontra paralelo histórico no Portugal da segunda metade do século XIX. No ‘Capítulo 1’, referi-me à Regeneração, empreendida por Rodrigo da Fonseca Magalhães, Francisco de Saldanha Oliveira e Fontes Pereira de Melo. Esses estadistas portugueses promoveram o que Amadeu Carvalho Homem denomina “a experiência do capitalismo possível”, cujas forças concentraram-se em fomentar a criação de infra-estruturas materiais.²⁶² Marshall Berman, a propósito, salienta que, “Nos assim chamados países subdesenvolvidos, planos sistemáticos para um rápido desenvolvimento significam em geral a sistemática repressão das massas”, como “espremer até a última gota a força de trabalho das massas – ‘os sacrifícios

²⁶⁰ CASTELO BRANCO, 1986, p. 979.

²⁶¹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 1005.

²⁶² Cf. HOMEM. In: TENGARRINHA (org.), 2001, p. 346-7.

humanos sangram, / Gritos de desespero cortarão a noite ao meio’, como se diz no *Fausto*”.²⁶³ No que tange ao caso português, Carvalho Homem noticia os sacrifícios sofridos amplamente pelas camadas populacionais mais pobres em decorrência de pesados tributos que financiavam a reforma fontista:

A filosofia de tributação dos governos regeneradores seguiu os trilhos da ortodoxia liberal, uma vez que recorreu à gama dos impostos indiretos, incidentes sobre o consumo, e evitou onerar os rendimentos gerados pelos capitais privados. Ficou para a história o juízo emitido por Fontes Pereira de Melo, quando o confrontaram com as reclamações dos setores sociais mais fragilizados pelo agravamento tributário: “O povo pode e deve pagar mais”.²⁶⁴

D. Quixote, de Cervantes, e *Fausto*, de Goethe, representam o dilema a que o século XIX assistiu entre o novo e o velho, também entre o ideal e o real. Obras fundamentais para a literatura oitocentista no Ocidente, e especificamente em Portugal, elas colaboram para a compreensão de *A Queda dum Anjo* e de Calisto Elói como símbolo da nação portuguesa imaginada por Camilo Castelo Branco. As semelhanças – apontadas anteriormente – desse personagem com seu autor, com a figura histórica de Domingos de Barros Teixeira da Mota, com outro personagem camiliano de *O Bem e o Mal* e sua sintonia com a ‘bossa latinista’ também assinalam sua força simbólica. Em tais semelhanças, observamos, de um lado, um arquetípico apego a estruturas sócio-culturais antigas, e de outro lado, uma perspectiva modernizadora, cujo confronto caracterizaria a portugalidade, em *A Queda dum Anjo*. Veremos adiante por quais outros elementos da constituição do protagonista do romance de 1865 Camilo procurou representar Portugal.

²⁶³ BERMAN, 2005, p. 86.

²⁶⁴ HOMEM. In: TENGARRINHA (org.), 2001, p. 347.

Alguns parágrafos acima, referi-me ao mito da queda de Adão e Eva como intertexto no romance camiliano. Há aqui um detalhe importante a considerar: Calisto Elói cai porque se apaixona – como nunca lhe ocorrera antes –: primeiro por Adelaide e depois por Ifigénia. O enredo reproduziria a interpretação de que Eva, após comer o fruto proibido, teria sido a responsável imediata pelo pecado de Adão. Em outras palavras: a mulher conduziria o homem à queda. Leiamos o seguinte trecho situado no vigésimo segundo capítulo (“Outro abismo”), no qual Calisto Elói explana à senhora viúva D. Tomásia Leonor, que lhe informava da beleza da jovem brasileira, também viúva, Ifigénia de Teive Ponce de Leão:

– As paixões do amor!... Nem os grandes sábios, nem os grandes santos se isentaram delas. Somos todos de quebradiço barro; somos uns pucarinhos de Estremoz nas mãos infantis das mulheres. O tributo é fatal: quem o não pagou aos vinte anos, há-de pagá-lo aos quarenta, e mais tarde, quando Deus quer... Deus ou o Demónio, que eu não sei ao justo quem fiscaliza estes mal-aventurados sucessos de amor, que a história conta e a humanidade experimenta cada dia...²⁶⁵

Na passagem, o protagonista compara o amor provocado por uma mulher a uma tentação (divina ou demoníaca²⁶⁶) que desvia os homens – dentre os quais, até mesmo os mais sábios e santos – da “*diritta via*”. Em livro dedicado ao período português entre fins do século XVIII e início do XIX, Teresa Bernardino informa que “A mulher

²⁶⁵ CASTELO BRANCO, 1986, p. 941.

²⁶⁶ Ifigénia, denominada no título do vigésimo quarto capítulo de *A Queda dum Anjo* – ‘a mulher fatal’ –, seria anjo ou demônio? A pergunta, ou a dúvida que o romance não resolve, mostra-se, aliás, lugar-comum no romantismo ocidental. Forneço dois exemplos: no poema “L’Homme”, dedicado a Lord Byron, de Lamartine, lemos: “Toi, dont le monde encore ignore le vrai nom, / Esprit mystérieux, mortel, **anjo ou démon**” (LAMARTINE, 1952, p. 27.); e em trecho de *O Conde Lopo*, de Álvares de Azevedo, dedicado a George Sand: “Fada ou mulher, **anjo ou demônio**, és bela!” (AZEVEDO, 2000, p. 392.) A propósito, Túlio Ramires Ferro, em *Tradição e Modernidade em Camilo*, frisa: “O título da novela de Camilo é exactamente o mesmo que Lamartine escolheu para um episódio em verso (*La Chute d’un Ange*) numa epopéia simbólico-filosófica do destino humano”. (FERRO, 1966, p. 116.) O crítico também destaca entre “a novela de Camilo e o episódio versificado de Lamartine [...] vários elementos novelescos” em comum. (FERRO, 1966, p. 116.)

continuava a ser o símbolo do pecado, da tentação, do demônio, como na Idade Média”.²⁶⁷ Notemos que D. Tomásia exerce papel fundamental na precipitação do morgado da Agra de Freimas a esse ‘outro abismo’ passional. Ela descreve a beleza, a elegância de Ifigénia com tanto enaltecimento e entusiasmo para o protagonista, que chega a confessar: “– [...] Mulher assim!... Os homens às vezes, por mais asneiras que façam, têm desculpa!...”²⁶⁸ Antes de conhecer a brasileira, Calisto já está apaixonado por ela – o fato sugere que talvez D. Tomásia tenha verdadeiramente tentado o protagonista.²⁶⁹ A uma terceira viúva coubera também fazer Calisto desviar-se de seu caminho: trata-se de sua própria mãe, quem, logo após a morte do marido, desagrada-se com a “projetada formatura” do filho “nos estudos de latinidade no seminário bracarense”.²⁷⁰ O narrador de *A Queda dum Anjo* também personifica Lisboa, onde se corrompe o protagonista, na figura de uma mulher, conforme vemos nos vocativos que se emparelham na responsabilidade da queda de Calisto, no décimo nono capítulo (“Ó mulheres”) – “Ó Lisboa!...// Ó mulheres!...”²⁷¹ –, e na perífrase prosopopáica para a capital portuguesa – esta “princesa dos mares”²⁷² –, no vigésimo capítulo (“Proh dolor!...”).

Há uma constante referência a seres extraterrenos, típicos do imaginário judaico--cristão, no romance de Camilo Castelo Branco. Encontramos ‘anjos’,

²⁶⁷ BERNARDINO, 1986, p. 113.

²⁶⁸ CASTELO BRANCO, 1986, p. 941.

²⁶⁹ Embora não se trate propriamente de uma ‘fofoca’ tal como a conceitua Roland Barthes em *Fragmentos de um discurso amoroso*, a situação em *Sofrimentos do Jovem Werther*, de Johann Wolfgang von Goethe, que o teórico francês descreve, assemelha-se muito à que encontramos em *A Queda dum Anjo*, de Camilo Castelo Branco: “Werther ainda não conheceu Carlota; mas, no carro que o conduz ao baile campestre (que em caminho deve apanhar Carlota), uma amiga – voz da Fofoca – comenta para Werther aquela cuja imagem irá em alguns instantes encantá-lo: ela já está prometida, ele não deve apaixonar-se por ela, etc. Assim a fofoca resume e anuncia a história futura. A fofoca é a voz da verdade (Werther apaixonou-se por um objeto que já tem dono), e essa voz é mágica: a amiga é uma fada má, que, aparentando desviar, prediz e incita.” (BARTHES, 2003, p. 201.) Distingue a ‘fofoca’ no romance do escritor alemão da ‘fofoca’ no romance do escritor português o ‘modo comum’ que no primeiro ela ocorre, ao passo que no segundo ocorreria de um modo mais especial. O efeito, entretanto, em ambas as obras é o mesmo.

²⁷⁰ CASTELO BRANCO, 1986, p. 839.

²⁷¹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 928.

²⁷² CASTELO BRANCO, 1986, p. 932.

‘demônios’ no título da obra, no título de seus capítulos, além de serem mencionados reiteradamente no corpo da narrativa.²⁷³ Calisto Elói – em sua qualidade de parente de remotos e ilustres clérigos, além de ele mesmo professar uma rígida moral católica – reporta-se ao grande poder sociopolítico e cultural da Igreja ao longo da história portuguesa e durante o século XIX. Embora não se refira especificamente a meados do século XIX, Teresa Bernadino fornece dados bastante ilustrativos dessa profunda influência dos órgãos eclesiásticos em Portugal:

Como se verifica no Manuscrito da Livraria n.º. 689 incluído no espólio da Mesa Censória existente no Arquivo Nacional, as obras publicadas entre 1777 e 1800 abordavam os mais variados temas, mas os de carácter religioso abrangiam um total de cento e seis títulos contra quarenta e três de história, trinta e seis de teatro, línguas e ortografia. Os números poderiam continuar sempre em sentido decrescente.²⁷⁴

Vale a informação acima para compreendermos o significado do protagonista de *A Queda dum Anjo*, na medida em que este, *antes de cair*, é “o anjo do fragmento paradisíaco do Portugal velho”.²⁷⁵ O trecho de Bernardino sugere como um léxico bíblico soa bastante representativo desse ‘Portugal velho’ – tão supersticioso, educado amplamente na doutrina católica e temeroso à vigilância de um clero influente, que se lhe impunha como intermediador de Deus.

²⁷³ Em cômputo que abrangeu o título do romance, títulos dos capítulos e o corpo da narrativa, encontrei a palavra ‘anjo’ 25 vezes e ‘anjos’ 6 vezes; ‘arcanjos’, 1; ‘serafim’, 1, e ‘serafins’, 1 vez. A palavra ‘Deus’ aparece 29 vezes; ‘Senhor’ (nesta acepção), 1 vez; ‘Padre’ (também nesta acepção), 1 vez. ‘Jesus’, 2 vezes; Cristo, 2; ‘Jesus Cristo’, 1; ‘Filho’ (nesta acepção), 1 vez. ‘Espírito Santo’, 1 vez; ‘paraíso’, 3; ‘Éden’, 1. Desconsidere a palavra ‘hábito de Cristo’, e ressalto as várias referências no romance a santos. Conte a palavra ‘demônio’ 12 vezes e ‘demônios’ 3; ‘diabo’, 7; ‘Lúcifer’, 1; ‘inimigo de Deus’, 1; ‘chefe dos rebeldes’, 1; ‘inferno’, 10. Entre os adjetivos, ‘paradisíaco’, 1 vez; ‘satânicas’, 1; ‘diabólica’, 1; ‘infernal’, 1. Esse recenseamento lexical destaca o estreito diálogo que *A Queda dum Anjo* trava com o contexto religioso de Portugal.

²⁷⁴ BERNARDINO, 1986, p. 103.

²⁷⁵ CASTELO BRANCO, 1986, p. 1005.

No primeiro capítulo (“O herói do conto”), de *A Queda dum Anjo*, ficamos sabendo que o protagonista dedica-se à contumaz “leitura da copiosa livraria, parte de seus avós paternos, e a maior parte dos doutores em Cânones, cónegos, desembargadores do eclesiástico, catedráticos, chantres, arcebispos e bispos, parentela ilustríssima de sua mãe”.²⁷⁶ No capítulo seguinte (“Os dois candidatos”), o narrador nos informa que Calisto Elói é mordomo de São Sebastião. No dia das festas em homenagem a esse santo, alguns mirandenses escutam maravilhados o personagem falar da degenerescência moral de sua época, e assim o incentivam a candidatar-se para deputado. Há aqui um cruzamento da dimensão religiosa e da dimensão política pelo qual se manifesta um dos elementos do caráter simbólico nacional do morgado da Agra de Freimas. O fato de este ser mordomo daquele mártir cristão creio pontuar o teor sebástico do protagonista. Reporto-me aqui ao célebre “Sermão de S. Sebastião”, de Padre António Vieira, que intimamente se relacionou com o sebastianismo. Frente à astúcia e à beleza retórica vieiriana, não resisto a citar a longa passagem abaixo, em que dificilmente não enxergamos no relato sobre o santo alusão ao desaparecimento de Dom Sebastião na batalha de Alcácer Quibir, em 1578, e à crença em seu retorno como Rei Encoberto:²⁷⁷

²⁷⁶ CASTELO BRANCO, 1986, p. 839.

²⁷⁷ D. Sebastião nasceu a 20 de janeiro de 1554, ansiosamente esperado pelo reino havia duas décadas, em decorrência de incertezas relativas à sucessão dinástica. Atribuíram-lhe, assim, o epíteto de ‘O Desejado’, o qual daria continuidade à autonomia portuguesa perante a Espanha filipina. O menino cresce entre conflitos de interesses de seus tutores, o tio-avô cardeal D. Henrique (favorável à permanência de Portugal como monarquia autônoma), e de sua avó D. Catarina de Áustria (inclinada à união do reino à Espanha, sob o domínio desta). Torna-se rei aos quinze anos, e cedo procura resgatar a antiga glória de um país política e economicamente bastante enfraquecido e desprestigiado. Numa espécie de cruzada moderna, o monarca, fervorosamente católico e com 24 anos, acompanha seu exército ao norte da África, região atual do Marrocos. Inexperiente como comandante militar, com soldados numericamente muito inferiores, os portugueses perdem a batalha contra os mouros, chefiados por Moulay Malik. O próprio D. Sebastião desaparece, ao que tudo indica morto em combate. O rei, solteiro e casto, deixava sem herdeiro direto o trono português. Assume-o seu tio-avô D. Henrique. No entanto, o problema da sucessão permanecia, uma vez que D. Henrique era cardeal (não poderia, sem permissão papal, ter filho), já contava 66 anos e tinha uma saúde bastante debilitada. Sem alcançar a licença para casar-se, falece em 1580. Já maquinando a posse da coroa portuguesa desde pelo menos o reinado do sobrinho D. Sebastião, o astuto rei espanhol D. Filipe II concretiza seus intuítos, auxiliado pela invasão por seu exército do país vizinho, sem sofrer maiores resistências. Começava a União Ibérica, que duraria até 1640. As controvérsias em torno do fim de D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir, em agosto de 1578, possibilitaram a crença de que o rei pudesse não estar morto. Entre os que retornaram da campanha na

Oh milagre! Oh maravilha da Providência Divina! Na opinião de todos era Sebastião morto: *omnium opinione mortuum*; mas na verdade, e na realidade estava Sebastião vivo; *vivum repertum*: ferido sim, e malferido; mas depois das feridas curado: *Irene domi suae curavit*: deixado sim por morto de dia na campanha; mas de noite retirado dela: *noctu jussit auferri*: com vozes sim de sepultura, e de sepultado: *sepeliendi gratia*; mas vivo, são, valente, e tão forte como de antes era: *confirmata valetudine*. Assim saiu Sebastião daquela batalha, e assim foi achado depois dela; na opinião morto, mas na realidade vivo: *opinione mortuum, vivum repertum*. Atam a Sebastião a um tronco (escusada diligência para quem estava mais atado a Cristo, mais preso na sua fé, e mais seguro na sua constância), voam as setas, empregam-se os tiros, despejam-se as aljavas, desaparece o corpo, pregam-se já umas setas em outras setas: quem não crerá que está morto Sebastião? Assim o crêem os bárbaros, que já se retiram; assim o crê o tirano, que já está satisfeito; assim o choram os amigos; assim o lamenta a Igreja; assim o geme e suspira a Cristandade; mas que importa que Sebastião esteja morto na opinião, se estava vivo na realidade? Isto é ser Sebastião o encoberto; porque encobriu a realidade da vida debaixo da opinião da morte: *opinione mortuum, vivum repertum*.²⁷⁸

Pregado esse sermão em 1634, naturalmente motivou o jesuíta não tornar explícita a referência a D. Sebastião o governo da dinastia filipina em Portugal, que duraria ainda seis anos. A alusão ao monarca desaparecido no norte da África transpõe para o próprio nível do discurso sua condição de Encoberto, conforme a crença já no momento bastante disseminada no reino português. Recordemos que o sebastianismo se origina de um grave contexto de ordem política: a iminência da perda da autonomia

África, “nenhum súdito poderia [ter assistido] à morte do soberano em combate sem se entregar ao inimigo antes dele”, pois “Confessar ter sido testemunha de tal desventura era não só pessoalmente vergonhoso como ofendia a todo o corpo do reino e desonrava a todos os portugueses”. (HERMANN, 1998, p. 131.) O sebastianismo desenvolve-se num contexto onde a cultura popular portuguesa da época conciliava à oficial fé católica elementos do judaísmo e da tradição céltica. (Cf. HERMANN, 1998, p. 177-88.) Esse sincretismo resultou, motivado ainda pela divulgação das trovas proféticas de Gonçalo Annes Bandarra – famoso sapateiro de Trancoso, que viveu no século XVI – na crença de que D. Sebastião estivesse vivo (mesmo em época quando a natureza já não o permitia) como o Rei Encoberto, exilado numa ilha encantada, donde retornaria a Portugal como messias salvador da pátria.

²⁷⁸ VIEIRA, 1945, v. VI, p. 342.

dinástica portuguesa para as mãos de D. Filipe I de Espanha, que veio a tornar-se também D. Filipe II de Portugal.

No século XIX, imbuídos do fenómeno moderno da nação, muitos leram nos sessenta anos da União Ibérica uma catástrofe nacional, um episódio sintomático da decadência do país, perceptível desde meados do século XVI. Observo que, ainda no segundo capítulo (“Os dois candidatos”) de *A Queda dum Anjo*, o mestre-escola desastradamente diz ‘anatomia nacional’ em vez de ‘autonomia nacional’.²⁷⁹ A troca de uma palavra pela outra sugeriria a ausência de efetiva autonomia da nação portuguesa, condição emparelhada à degradação moral nestas palavras de Calisto Elói, proferidas no mesmo segundo capítulo do romance:

– Portugal está alagado pela onda da corrupção, que subverteu a Roma imperial! Os costumes de nossos maiores são metidos a riso! As leis antigas, que eram o baluarte das antigas virtudes, dizem os sicofantas modernos que já não servem à humanidade, a qual, em consequência de ter mais de sete séculos, se emancipou da tutela das leis.²⁸⁰

Calisto Elói apresenta um carácter sebástico, na medida em que se apega ao passado glorioso do país e procura, à maneira de um salvador da pátria, resgatá-lo num momento de decadência nacional. No que há de caricato no passadismo e nas pretensões do personagem, Camilo expressaria, nas entrelinhas do romance, seu juízo sobre a figura de D. Sebastião e sobre o sebastianismo. Na narrativa pouco conhecida “Um Episódio de Alcácer Quibir”, em postura muito comum na sua época, o romancista condena o monarca da dinastia de Avis, notadamente no que concerne à campanha desastrosa no norte africano: “Vou ver o Portugal decrépito a jogar as armas de mancebo, vou pensar na ideia de um só homem, que pôde acabar com o edifício de

²⁷⁹ Cf. CASTELO BRANCO, 1986, p. 845.

²⁸⁰ CASTELO BRANCO, 1986, p. 844-5.

quatro séculos heróicos – com a obra estupenda de umas poucas gerações de gigantes.”²⁸¹ Nesse texto o autor lamenta o estado geral de degeneração em que enxerga o país, como espécie de consequência nefasta das ações do monarca. Em 1890, publica-se a coletânea poética *Nas Trevas*. Entre os poemas aqui reunidos, encontra-se o soneto intitulado “Alcácer Quibir”, onde mais uma vez Camilo recrimina D. Sebastião:

Verdugo, que esmagaste a Índia aos pés...
Eis aqui, Portugal, o que tu foste!
Repulsivo morfético d’Aoste...
Eis aqui, Portugal, o que tu és!

Os Gamas, Albuquerque e Sodrés,
Alçando a Cruz em sanguinoso poste,
Bradam ser Cristo o general da hoste,
Se os povos sangra o ferro português.

Terrível vai mostrar-se a Providência,
Arrancando das mãos da prepotência
A levantina raça acorrentada.

Índia, escrava gentil, espera um pouco...
Lá vem sobre Marrocos um rei louco...
Eis Alcácer Quibir! estás vingada.²⁸²

Mais especificamente acerca do sebastianismo, Camilo Castelo Branco manifesta-se nestas palavras, em “Um Episódio de Alcácer Quibir”:

Nobres e plebeus, curiosos e indiferentes sabem que D. Sebastião levou um exército à África, e por lá ficou com ele em quartéis de Inverno, segundo uns –

²⁸¹ CASTELO BRANCO, 1988 (b), p. 51.

²⁸² CASTELO BRANCO, 1989, p. 903.

à espera da trombeta do Juízo Final, segundo outros: – **e morto e bem morto para nunca mais se erguer – é a minha opinião.**²⁸³

Essa opinião confirma-se no plano ficcional:

– Sebastião de Resende, moço da câmara de el-rei, despiu camisa e ceroulas para cobrir a nudez de um cadáver, desfigurado pelas feridas e todo ensangüentado... diziam que este cadáver... era de el-rei D. Sebastião... Preso com uma corda, e atravessado sobre uma mula foi levado à presença dos poucos fidalgos que não morreram, para gemer o cativo... e quem sabe se uma morte de afrontas... Todos os reconheceram... todos ajoelharam, e todos bradaram por uma boca – Oh meu rei!...²⁸⁴

No romance *A Queda dum Anjo*, no conto “Um Episódio de Alcácer Quibir” e no soneto “Alcácer Quibir”, Camilo Castelo Branco paga tributo ao vultoso valor que o sebastianismo ganhou na literatura portuguesa durante o século XIX e mesmo depois. Embora a crença no retorno do rei D. Sebastião como salvador da pátria decline já entre os portugueses nos setecentos e venha a extinguir-se no início dos oitocentos, conforme noticia Joel Serrão,²⁸⁵ escritores como Almeida Garrett, Oliveira Martins, Eça de Queirós, e já no século XX, Sampaio Bruno e Fernando Pessoa, conferem ao fenômeno importância histórica e ideológico-temática.

Garrett escreveu *Frei Luís de Sousa*, uma das obras-primas da dramaturgia portuguesa, em 1842. A peça, encenada no ano seguinte, apresenta o grande motivo que levou Eduardo Lourenço a enxergar no seu autor “o primeiro que configurou com gênio o perfil de um Portugal *ausente de si mesmo e esperando-se nessa ausência*”.²⁸⁶ Nessa obra, D. João de Portugal – pensado morto na batalha de Alcácer Quibir – retorna ao

²⁸³ CASTELO BRANCO, 1988 (b), p. 66.

²⁸⁴ CASTELO BRANCO, 1988 (b), p. 77.

²⁸⁵ Cf. SERRÃO, 1983, p. 31.

²⁸⁶ LOURENÇO, 1999, p. 51.

país e encontra a esposa D. Madalena de Vilhena casada com Manuel de Sousa e mãe de uma filha deste, Dona Maria de Noronha. A aparição do ex-combatente do exército de D. Sebastião traz à tona a tragédia de um adultério involuntário, que impele Madalena e Manuel (futuro Frei Luís de Sousa) a se entregarem à vida monástica e Maria a morrer literalmente de vergonha. Nas palavras de José-Augusto França, D. João é “sobretudo, se não somente, o representante ideológico do Passado”, sendo que

O Passado tem na peça um peso ameaçador; não estará ele sempre presente no destino da Pátria?

Nenhum clarão de esperança brilha no fim solene do *Frei Luís de Sousa*: o mundo antigo esmaga o mundo novo quando este se constrói sobre um equívoco – quer dizer, quando não chega a criar as suas próprias estruturas.²⁸⁷

Posteriormente, em *História de Portugal*, Oliveira Martins promoverá o sebastianismo, segundo Eduardo Lourenço, a posto de “manifestação típica do nosso [dos portugueses] comportamento nacional”, “de um *mito cultural* de ressonância incomparável”.²⁸⁸ O historiador, representante da Geração de 70, com efeito, afirmará que o sebastianismo – “uma prova póstuma da nacionalidade”²⁸⁹ lusitana – constituía no seu surgimento

[...] uma explosão simples da desesperança, uma manifestação do génio natural último da raça, e uma abdicação da história. Portugal renegava, por um mito, a realidade; morria para a história, desfeito num sonho; envolvia-se, para entrar no sepulcro, na mortalha de uma esperança messiânica.²⁹⁰

²⁸⁷ FRANÇA, 1999, p. 118.

²⁸⁸ LOURENÇO, 1999, p. 47.

²⁸⁹ MARTINS, 1942, v. II, p. 80.

²⁹⁰ MARTINS, 1942, v. II, p. 83.

José de Paula Ramos Jr. considera Eça de Queirós “a última grande voz literária do século XIX a pronunciar-se sobre o mito sebastianista”.²⁹¹ Nos romances *A Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras*, segundo o crítico, quanto ao sebastianismo, Eça,

Em vez de considerá-lo como mortalha de um país que abdicara da História, interpretou-o como possibilidade de renascimento pátrio, no contexto de grandes processos históricos finisseculares, internacionais e nacionais. Despindo-lhe os atributos propriamente místicos, representou-o como uma espécie de plano de ação para o resgate da grandeza lusitana, mediante a retomada de suas vocações tradicionais, responsáveis pelo brilho pretérito, adaptadas às exigências históricas contemporâneas.²⁹²

Sem pretender estender-me demasiado no século XX, transcrevo uma passagem de uma das anotações políticas de Fernando Pessoa, muito apropriada ao que proponho para interpretar o significado de Calisto Elói como símbolo da nação portuguesa:

No sentido simbólico D. Sebastião é Portugal: Portugal que perdeu a sua grandeza com D. Sebastião, e que só voltará a tê-la com o regresso dele, regresso simbólico – como, por um mistério espantoso e divino, a própria vida dele fôra simbólica – mas em que não é absurdo confiar.²⁹³

Vimos até aqui a importância cultural para a literatura portuguesa do século XIX das figuras de D. Quixote e Sancho Pança, de Fausto e por último de D. Sebastião e o mito sebástico.²⁹⁴ Tais personagens e tal crença mítica envolveram-se num propósito de

²⁹¹ RAMOS JR., 1996, p. 110.

²⁹² RAMOS JR., 1996, p. 110-1.

²⁹³ PESSOA, 1979, p. 202.

²⁹⁴ Em verbete dedicado a *A Queda dum Anjo*, no *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, Jacinto do Prado Coelho aproxima o protagonista camiliano de Alceste, protagonista de *O Misanthropo*, de Molière. (Cf. COELHO, 1960, p. 652.) Túlio Ramires Ferro não apenas concorda com a aproximação proposta por Coelho, como também aponta semelhança entre o Abade de Estevães, do romance de Camilo, e Philinte, outro personagem da peça do comediógrafo francês. (Cf. FERRO, 1966, p. 63.)

eminentes escritores de compreender, discutir (ou imaginar, construir) Portugal como nação moderna. Maria Fernanda Abreu, aliás, a partir de prefácio de Pinheiro Chagas à edição portuguesa de *D. Quixote*, descreve um certo processo de ‘quixotização’ de D. Sebastião, confundido com o de ‘sebastianização’ de D. Quixote na produção literária em Portugal, tanto oitocentista quanto novecentista.²⁹⁵ A interseção dessas duas figuras creio reforçar a importância delas dentro do projeto de autognose nacional apresentado por parte da literatura portuguesa do século XIX (e como se nota, do XX também). Ao pensar sobre a idéia de decadência peninsular – ponto-chave de numerosos textos sobre o Portugal e a Espanha do século retrasado –, Joel Serrão também recorrerá à obra-prima de Cervantes, “espelho de um povo que oculta o desencanto da miséria sob as roupagens atávicas do orgulho e da ‘honra’”.²⁹⁶ Serrão ainda afirmará:

A polémica multissecular entre castiços e estrangeirados, entre messianismos de estirpe vária (como, por exemplo, o **sebastianismo**) e esforços de actualização cultural e técnica, não é mais, em última instância, que um aspecto dessa percepção do desajustamento entre o tempo português e o europeu transpirenaico.²⁹⁷

Calisto Elói incorpora a simbologia da nação, ao encenar o conflito entre o antigo desse ‘tempo português’ e o moderno ‘desse tempo europeu transpirenaico’, a partir do conflito entre ‘castiços e estrangeirados’, entre um pendor sebastianista e ‘esforços de actualização cultural e técnica’. Havemos de nos recordar, a propósito, do que discorri acerca da Guerra Civil entre os anos de 1828 e 1834, que opôs liberais liderados por D. Pedro e absolutistas favoráveis ao reinado de D. Miguel. O primeiro lado representava o novo Portugal; o segundo, o velho. O monarca absolutista – apoiado

²⁹⁵ Cf. ABREU, 1994, p. 99-105.

²⁹⁶ SERRÃO, 1965, p. 31.

²⁹⁷ SERRÃO, 1965, p. 30.

pelo clero e pela maioria da população portuguesa (que professava o catolicismo) – era referido por seus defensores como D. Miguel-Arcanjo.²⁹⁸ Acredito que Camilo Castelo Branco atribui ao Calisto Elói representante do velho Portugal – e inclusive, um miguelista – o epíteto de anjo, querendo aludir ao infante que se proclamara rei absoluto em 1828. Mas também cabe dizer que, além de D. Miguel ser “então o arcanjo que o nome deixava adivinhar”, ele era tido por “D. Sebastião regressado do fundo dos tempos para devolver a Portugal a glória do passado”.²⁹⁹ Desse modo, se há, segundo Maria Fernanda de Abreu, na literatura portuguesa do século XIX uma ‘sebastianização’ de D. Quixote ou uma ‘quixotização’ de D. Sebastião, há também uma ‘sebastianização’ de D. Miguel ou uma ‘miguelização’ de D. Sebastião, o que exemplifica *A Queda dum Anjo*.

Sobre a tragédia *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett, Paulo Motta Oliveira interpreta o romeiro – que combatera na batalha de Alcácer Quibir – como “D. Miguel e tudo que ele representa, um passado que, insepulto, vem a todo momento assombrar um presente que não conseguiu se estruturar”.³⁰⁰ Em *A Cidade e as Serras*, Eça de Queirós também identificou, no protagonista Jacinto, D. Sebastião com D. Miguel como salvadores da pátria. E Camilo Castelo Branco, em *A Brasileira de Prazins*, ironicamente, faz um professor de latim recordar-se do caso dos três mais famosos falsos D. Sebastões frente o episódio histórico, narrado no romance, de um falso D. Miguel, anos após o fim da Guerra Civil.

Todas as intertextualidades sugeridas por Calisto Elói – aqui explicitadas e analisadas – destacam o caráter simbólico do protagonista de *A Queda dum Anjo* como representante do Portugal imaginado por Camilo Castelo Branco. Trata-se,

²⁹⁸ Cf. FRANÇA, 1999, p. 58.

²⁹⁹ FRANÇA, 1999, p. 60.

³⁰⁰ OLIVEIRA, 2002, p. 80.

conforme já salientei, de uma nação cindida entre duas temporalidades, porque apegada ao passado, mas também ansiosa por modernizações.

Na próxima seção deste capítulo, observarei a relação da imagem da nação portuguesa que o protagonista do romance de Camilo representa com a idéia de decadência, à qual me referi linhas acima, ao citar Joel Serrão.

3.2) CALISTO ELÓI: PORTUGAL DO ESPLENDOR À DECADÊNCIA PELO PROGRESSO?

A decadência de Portugal é uma idéia-chave na literatura portuguesa do século XIX. Almeida Garrett, Alexandre Herculano – românticos da primeira geração –, Antero de Quental, Eça de Queirós, Oliveira Martins – integrantes da Geração de 70 – e outros buscaram as causas e as soluções para um estado degenerescente do país, que antes fora tão glorioso em suas guerras, navegações, descobertas e demais conquistas. A questão impunha-se de maneira grave a esses escritores, uma vez que na época a ideologia da nação disseminava-se rápida e poderosamente pela Europa (e pelo mundo) como forma de cada indivíduo conhecer-se a si mesmo, identificando-se com uma coletividade. Vimos no ‘Capítulo 1’: a nação moderna pautava-se na outra idéia típica da modernidade – a de progresso. Esse paradigma e os modelos de países de além-Pireneus faziam ver o atraso de Portugal, onde o capitalismo e o liberalismo ainda teimavam em não lograr efetivo êxito. A perspectiva histórica – também consolidada ao longo do século XIX – ensejava o cotejo entre o antigo esplendor do reino português e o lugar periférico de Portugal numa Europa que se modernizava a passos apressados. Explicitei no ‘Capítulo 1’ que o conceito de progresso se nos esclarece na pressuposição comparativa de seu contrário, isto é, se tivermos em vista a idéia de decadência – e vice-versa. Assim, Portugal era uma nação decadente, na medida em que se comparava

seu presente com seu passado, além de comparar-se seu presente com o de outras nações. Construía-se a nação portuguesa no século XIX a partir, portanto, de um olhar que se *outrava* temporal e espacialmente.

Dada a importância da idéia de progresso em *A Queda dum Anjo*, seria natural que o romance abordasse a de decadência. Aborda-a, de fato.

António Manuel Bettencourt Machado Pires, em *A ideia de decadência na geração de 70*, detecta algo no mínimo curioso:

Quando Camilo Castelo Branco, mais velho que Antero de Quental quase vinte anos e na década de 70 com uma já larga bibliografia romanesca, escrevia n'“O filho natural” (1876, in *Novelas do Minho*) as vicissitudes da família Mascarenhas, estava a transpor para a ficção um quadro histórico-simbólico da degradação da aristocracia portuguesa nos últimos três séculos. A página do romancista recria *literariamente* o que Antero em 1871 afirmara, de certo modo como filósofo da história, sobre a “decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos”.³⁰¹

Em “O Filho Natural”, a decadência que assola a família Mascarenhas por gerações, durante cerca de 300 anos, é de ordem primordialmente moral. Dentro da obra camiliana, as *Novelas do Minho* anunciam adoção de elementos realistas-naturalistas.³⁰²

O fato, em certa medida, reforça a pertinência da leitura de Machado Pires em assinalar o diálogo entre a novela de Camilo e a célebre conferência de Antero, pertencente a uma

³⁰¹ PIRES, 1980, p. 55.

³⁰² Escritor de posturas ideológicas muitas vezes contraditórias, Camilo absorveu procedimentos estilísticos da escola de Gustave Flaubert e Émile Zola, como em *Eusébio Macário* (1879) e *A Brasileira de Prazins* (1882). Há, porém, certo tom paródico ao realismo-naturalismo nessas narrativas, além de o autor, no “Prefácio da Quinta Edição” de *Amor de Perdição*, publicada em 1879, ironizar: “Ai! Quem me dera ter antes desabrochado hoje com os punhos arregaçados para espremer o pus de muitas escrófulas à face do leitor! Naquele tempo [da edição *princeps* do romance, de 1862], enflorava-se a pústula; agora, a carne com vareja pendura-se na escápula e vende-se bem, porque muita gente não desgosta de se narcisar num espelho fiel.” (CASTELO BRANCO, 1989, p. 567.) Na dependência da vendagem de suas obras para sobreviver, nas palavras de Jacinto do Prado Coelho, “Camilo cede, pois, à pressão da época, dando vazão ao que há nele de cepticismo, de tino prático, de gosto instintivo pelas realidades nuas e cruas, enquanto, por outro lado, adopta uma linguagem desabusada, concreta, precisa [...]”. (COELHO, 2001, p. 317.)

geração, aliás, contemporânea daquele. Há, contudo, entre a perspectiva do Romancista de Ceide e a de Antero diferenças salientes. Existem problemas em aplicar ou colher quaisquer conceitos da obra camiliana, perfeita e coerentemente a toda esta aplicáveis. Em prefácio à coletânea de excertos *Pensamentos de Camillo*, publicada em 1923, Nuno Catharino Cardoso já advertia: “[...] que contradições ha, de quando em quando, nessas palavras escriptas em epocas tão diferentes!”³⁰³ No mesmo romance *A Queda dum Anjo*, onde, conforme bem destaca Óscar Lopes, manifesta “uma ironia tanto mais eficaz quanto mais incerta de seus próprios padrões de demarcação”,³⁰⁴ beira a impossibilidade detectar uma verdade sem fissuras. Tanto o Calisto Elói símbolo do velho Portugal quanto o Calisto Elói símbolo do novo Portugal enredam-se na profusa malha irônica e satírica da narrativa. Ademais, Antero, mas também outros componentes da Geração de 70, e antes destes Garrett e Herculano pensaram uma decadência nacional remediável. Garrett e Herculano haviam acreditado na revolução liberalista, embora viessem a com ela desiludir-se. Segundo Paulo Motta Oliveira,

[...] em obras tão diversas como o *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa* [de Garrett], as *Cartas sobre a história de Portugal* [de Herculano] e mesmo em *Viagens na minha terra* [de Garrett] encontramos [...] misto de esperança de reerguimento e visão negativa sobre o presente. Mas, por vezes, a realidade presente, por demasiadamente negativa, parece soçobrar a esperança e surge então a imagem de um país sem possibilidade de futuro, por vezes imerso em uma decadência de que ou não consegue se livrar ou a que retorna após um período em que um reerguimento parecia possível. Neste caso podemos incluir tanto *Frei Luís de Sousa* [de Garrett] como *A voz do profeta* [de Herculano] e, em certo sentido, também alguns trechos das já citadas *Cartas*.³⁰⁵

³⁰³ CARDOSO, 1923, p. VI.

³⁰⁴ LOPES, 1994, p. 58.

³⁰⁵ OLIVEIRA, 2002, p. 94.

Os integrantes da Geração de 70, já desacreditados de um liberalismo que apenas empreendia no país reformas superficiais, viram na Europa industrializada modelo de civilização e almejavam um processo de ‘europeização’ de Portugal. Camilo Castelo Branco, como seu personagem de *A Queda dum Anjo*, em política fora miguelista. Embora posteriormente se afastasse dessa postura, o romancista não aderiu propriamente ao ideário do liberalismo. Tampouco se entusiasmou com as causas revolucionárias da Geração de 70 e sua reverência ao modelo transpirenaico de civilização e sua parcela de desprezo pelas tradições nacionais. A propósito, o autor de *Amor de Perdição* estaria ao lado de Castilho e Pinheiro Chagas contra Antero de Quental, Teófilo Braga na Questão Coimbrã, em 1865.

À semelhança da novela comentada por Machado Pires, *A Queda dum Anjo* depara-nos uma idéia de decadência primordialmente de ordem moral. Haja vista o título do romance: Calisto é o anjo por sua postura ética, com base na qual se apega ao passado, porque acredita que nele os costumes não eram corrompidos como os de sua época. A obra denuncia o jogo de aparências que caracterizaria a política e a sociedade portuguesas em meados do século XIX. Esse jogo revela-se, por exemplo, no fato de que

[...] aquela mocidade esperançosa, eleita por Miranda e outros sertões lusitanos, não sabia topograficamente em que parte demoravam os povos seus comitentes, nem entendia que os aborígenes das serranias tivessem mais necessidades que fazerem-se representar, obrigados pelo regímen da Constituição.³⁰⁶

O mestre-escola Brás Lobato também exemplifica o jogo de aparências denunciado no romance. Embora o personagem se mostre, no início, entusiasta da eleição de Calisto para deputado, acabará por votar em si mesmo e manifestará o

³⁰⁶ CASTELO BRANCO, 1986, p. 847.

interesse principal em obter, por meio da influência política do conterrâneo eleito, um hábito de Cristo. Testemunhamos a falsidade dos deputados, os quais, “conquanto jurassem fidelidade à religião católica-apostólica-romana, eram aliás ateus; jurando fidelidade ao rei, injuriavam-no nas gazetas; jurando fidelidade à Nação, avexavam-na de tributos, e alguns a queriam fundir na Espanha”.³⁰⁷ O romance também salienta o descompromisso do jornalismo político com a verdade e seu tom verborrágico, em nome de sua ideologia. Quando, no vigésimo quinto capítulo (“Perdido!”), o morgado da Agra de Freimas afasta-se do Parlamento para dedicar-se à conquista de Ifigénia, o narrador informa:

Era opinião geral que o deputado de Miranda, desgostoso do Governo e da oposição, se retirara, convicto da fraqueza de seus ombros contra o colosso que tombava sobre o dessangrado Portugal.

As gazetas realistas indigitavam Calisto como exemplo de peito ilustre e invulnerável no marnel de febres podres em que ardiam e patinhavam miseráveis ambiciosos. Deram-lhe, à conta disso, vários nomes gregos e romanos, que lhe ajustavam tão a primor como a verdade histórica à legenda das fabulosas virtudes da Grécia e Roma. A oposição liberal lamentava que as medidas obnóxias e híbridas do Governo afugentassem da Câmara um deputado como Benevides de Barbuda, a cuja alta inteligência e virtude repugnavam os desatinos da camarilha. Calisto Elói lia estas coisas nas gazetas e dizia entre si:

– Como hei-de eu crer no que vejo escrito a respeito dos outros!...³⁰⁸

Exemplificam ainda o jogo de aparências, em *A Queda dum Anjo*, as seduções de Lopo da Gamboa, sempre interessado na fortuna de suas vítimas; o adultério de Catarina e, por fim, a queda do próprio Calisto Elói, primeiro apaixonado platonicamente por Adelaide e depois consumando o adultério com Ifigénia. Cumpre

³⁰⁷ CASTELO BRANCO, 1986, p. 856.

³⁰⁸ CASTELO BRANCO, 1986, p. 956.

ressaltar a afinidade semântica (além da etimológica) entre as palavras ‘decadência’ e ‘queda’.

Na “Conclusão” e na “Advertência da Segunda Edição” de *A Queda dum Anjo*, o narrador-autoral revela sua preocupação morigeradora (embora eivada de ironia). Estes dois parágrafos põem termo à narrativa:

Eu, como romancista, lamento que ele [Calisto Elói] não viva muitíssimo apoquentado, para poder tirar a limpo a sã moralidade deste conto.

Fica sendo, portanto, esta coisa uma novela que não há-de levar ao Céu número de almas mais vantajoso que o do ano passado.³⁰⁹

Na edição de 1873, somos informados de que

O autor cuidou, quando escreveu esta novela, que alguma intenção moralizadora se transluzia da contextura da história. Hoje, por lho haver dito um amigo franco, está persuadido que o seu livro não morigerou; mas também não escandalizou ninguém. Isto é consolativo, ainda assim.³¹⁰

Ambos os trechos acima apontam para um círculo vicioso (friso a ambigüidade com que utilizo a expressão). Em nome da realidade – do que vê acontecer no país –, o narrador conta uma história imoral; uma sociedade que não se escandaliza com uma narrativa desse tipo expõe sua imoralidade; se não se escandaliza, como haveria de ‘endireitar-se’? A que postura esse contexto social conduziria um narrador desacreditado de moralizar senão a uma postura irônica? Mas essa desilusão camiliana – de não poder remediar uma decadência moral –, essa ironia do narrador de *A Queda dum Anjo* que corrói tanto o velho quanto o novo Portugal tem algo da desilusão irônica

³⁰⁹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 1005.

³¹⁰ CASTELO BRANCO, 1986, p. 837.

de Garrett em *Viagens na Minha Terra*, algo do exílio desiludido de Herculano à Quinta do Vale de Lobos, assim como a ironia da Geração de 70 e a desilusão desta mesma em sua fase de Vencidos da Vida terão algo da ironia e da desilusão em Camilo Castelo Branco.

Na célebre conferência de 27 de Maio de 1871, Antero de Quental explicará o estado decadente da Península Ibérica de desde 300 anos no âmbito político, econômico, científico, mas também no âmbito moral. Para o conferencista, após uma fase de grande esplendor na região peninsular, a partir do início dos setecentos, uma “improcrastinável decadência [...] Aparece em tudo; na política, na influência, nos trabalhos da inteligência, na economia social e na indústria, **e como consequência de tudo isto, nos costumes**”.³¹¹ Adiante Antero reitera sua opinião, de que a decadência moral ibérica derivou de outros processos degenerativos:

A Europa culta engrandeceu-se, nobilitou-se, subiu sobretudo pela ciência: foi sobretudo pela falta de ciência que nós descemos, que nos degradámos, que nos anulámos. [...]

Pelo caminho da ignorância, da opressão e da miséria chega-se naturalmente, chega-se fatalmente, à depravação dos costumes. E os costumes depravaram-se com efeito.³¹²

Ao lado do absolutismo como causa da decadência política, das conquistas ultramarinas como causa da decadência econômica, “a transformação do *Catolicismo*, pelo Concílio de Trento”³¹³ – dirá o autor – “Da decadência moral é esta a causa culminante!”³¹⁴

³¹¹ QUENTAL, [1982], p. 263.

³¹² QUENTAL, [1982], p. 267.

³¹³ QUENTAL, [1982], p. 269.

³¹⁴ QUENTAL, [1982], p. 270.

Apesar de a conferência de Antero ter provocado polémica em sua época, segundo já se bastante assinalou, ela

[...] não tem grande originalidade. Reconhece-se aí o pensamento de Herculano, que dava como causa da decadência nacional “o absolutismo e o fanatismo”, isto é, a centralização monárquica e a Inquisição. Como se sabe, a concentração do poder, tanto político como religioso, fora sempre para Herculano a causa de todos os males. [...] Para Herculano Portugal acabou ao mesmo tempo que a dinastia de Avis, e os descobrimentos (como para Sá de Miranda) foram uma causa de decadência.³¹⁵

Alexandre Herculano, de fato, se havia preocupado com os costumes degradados, vistos por ele como decorrência de outras degenerações. A obra de Eça de Queirós também focaliza a questão moral: em *O Crime do Padre Amaro* (1875), denuncia a corrupção das instituições eclesiásticas; em *O Primo Basílio* (1878), a corrupção das instituições familiares; em *A Ilustre Casa de Ramires* (1900), a covardia, a submissão de Gonçalo Mendes, símbolo de Portugal. Nas “Explicações” da segunda edição de 1883 de *Portugal Contemporâneo*, Oliveira Martins afirma:

Enriquecer é excelente, mas é apenas um meio: quando se torna um fim, em vez de excelente, é péssimo. Antes pobres com ideias e carácter, do que chatins vulgares e dinheirosos.

Ora eu desafio quem quer que seja a provar-me o nosso progresso intelectual e moral. Eu vejo – não vêem todos? – uma decadência no carácter e uma desnacionalização na cultura. Dos costumes políticos não falemos.³¹⁶

³¹⁵ SARAIVA, [s.d.], p. 44-5.

³¹⁶ MARTINS, 1953, v. I, p. 22-3. Túlio Ramires Ferro, em *Tradição e Modernidade em Camilo*, assinala importantes e frequentes afinidades ideológicas entre o romancista em *A Queda dum Anjo* e Oliveira Martins. Para este – diferentemente de Garrett, Herculano, Antero e Eça –, a decadência não teria causas, pois ela decorreria de uma exaustão natural do heroísmo português e espanhol. Em *História da Civilização Ibérica*, lemos: “Assim como o excessivo trabalho consome o corpo, assim como o demasiado esforço do pensamento esvai o cérebro dos homens, assim acontece aos povos que um dia executaram uma grande obra ou viveram de uma ardente idéia. Que há porém realmente digno, mais

Almeida Garrett, no pronunciamento “À Nação Portuguesa”, em *Portugal na Balança da Europa*, de 1830, já se referira à “vergonhosa indiferença em que, por desmoralizados e corruptos, os Portugueses caíram e não ousam levantar-se”.³¹⁷

Todos os autores referidos acima pensaram o estado decadente do país não apenas no âmbito econômico, político, mas também moral e mesmo cultural. Em *A Queda dum Anjo*, a moral decai arrastando consigo estruturas políticas, econômicas, culturais. Para o Calisto Elói anterior à queda anunciada no título do romance, Portugal – o Portugal da época do personagem – é uma nação decadente nos seus costumes, nas suas leis, na sua ordem política e econômica, na sua literatura. A causa que o morgado da Agra de Freimas atribui a esse estado é o progresso. Por isso, em torno de 1860, o protagonista aparece em público com toalete de 1820 e traja roupas à moda em 1833; toma por modelo de linguagem castiça autores portugueses seiscentistas; insta a vigência de leis revogadas havia sete séculos. Curiosamente, o personagem se indis põe, na Câmara Municipal de Miranda, no primeiro capítulo (“O herói do conto”), contra o “código de leis comuns de todo o território português” e contra o fato de que “desde Afonso II se estatuíram leis gerais”.³¹⁸ Desse modo, Calisto compartilha do que pensa Alexandre Herculano sobre o absolutismo monárquico e a unidade legislativa nacional como causa da decadência portuguesa.

No primeiro capítulo (“O herói do conto”), lemos: “Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda queria que se venerasse o passado, a moral antiga como o monumento antigo, as leis de João das Regras e Martim de Ossém, como o Mosteiro da Batalha, as Ordenações Manuelinas como o convento dos Jerónimos.”³¹⁹

eminente nobre, do que isto, na vida dos indivíduos e das nações? Existimos para mais do que produzir, consumir, e obscuramente voltarmos ao seio da natureza animal; não condenemos, pois, as duras conseqüências do heroísmo.” (MARTINS, 1973, p. 302.)

³¹⁷ GARRETT, [1963], v. I, p. 795.

³¹⁸ CASTELO BRANCO, 1986, p. 842.

³¹⁹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 841.

Quando se elege deputado, Calisto prepara-se para ocupar o cargo desta forma:

Principiou, desde logo, o morgado eleito a refrescar a memória com as suas leituras de história grega e romana. Era isto entroxar ciência e enfeixar flores para o Parlamento. Depois, releu a legislação **dos bons tempos de Portugal**, a fim de restaurar os costumes desbaratados, fazendo remoçar as leis, que haviam sido **o tabernáculo da moral humana guardado pelo temor de Deus.**³²⁰

O protagonista toma, pois, o passado como momento de esplendor nacional na política e nos costumes. Expressivamente o narrador o compara a Demóstenes,³²¹ célebre orador da Grécia Antiga, a cuja história junto à de Roma o personagem vê equivalerem os “bons tempos de Portugal”. Mas em Lisboa – espaço da contemporaneidade, do novo Portugal –, a decadência aparece não apenas moral, mas também fisicamente. Detectamo-la no mau-estado do bairro Alfama (lamacento, povoado de prostitutas e marinheiros, onde não se encontram vários monumentos antigos), no mau-cheiro da cidade, na qualidade ruim das águas, nas vozes roufenhas, nos rostos de aspecto doentio das mulheres lisboetas.

Mesmo o Calisto Elói anterior à queda manifesta uma das facetas da decadência da nação portuguesa que Camilo Castelo Branco imaginou. O personagem, no quarto capítulo (“Asneiras de erudição”), confronta a leitura de seus clássicos com sua experiência empírica para conhecer Lisboa. Os livros fornecem-lhe dados sobre a cidade no século XVII, estimada e encarecida pelos autores. As percepções sensoriais, porém, naturalmente deparam a cidade conforme ela é no presente: nada semelhante à descrição

³²⁰ CASTELO BRANCO, 1986, p. 849.

³²¹ Almeida Garrett, no manifesto “À Nação Portuguesa”, de *Portugal na Balança da Europa*, utiliza para epígrafe uma passagem de Demóstenes acerca do domínio do rei macedônio Filipe sobre a Grécia. O caso de passividade e negligência de que o orador acusa os gregos como fatores condicionantes para a subjugação ao estado estrangeiro serve a Garrett como exemplo e apelo aos portugueses, passivos e negligentes face às mazelas sociopolíticas do país. Observo que o nome de Filipe da Macedônia, referido na obra do escritor oitocentista, aludiria à dinastia filipina de Portugal, durante a União Ibérica. (Cf. GARRETT, [1963], v. I, p. 765-7.) Já pontuei que no século XIX leram-se esses sessenta anos como um período catastrófico de perda da soberania nacional.

lida nos alfarrábios. Não obstante, Calisto Elói dará exclusivo crédito a estes, ao dizer perante o fartum de Lisboa: “– O meu clássico não podia mentir. Este mau cheiro é desconcerto da minha membrana pituitária...”³²² Ou na convalescência, após ter ingerido água de uma fonte enaltecida por um autor seiscentista:

– Cá está! – exclamou Barbuda em solilóquio – cá está explicada a minha dor de barriga! Era destemperança no fígado.

O deputado acabava de ler o seguinte de Luís Marinho:

“Encareceu Plínio muito a água, que vinha a Roma da fonte Márcia, e Vitrúvio a das fontes Camenas, porque nasciam quentes e eram saborosas ao gosto, sendo por esta causa muito sadias e proveitosas para conservar saúde. E posto que (*sic*) Luís Mendes de Vasconcelos queira que por estas propriedades tenha a água do chafariz de El-Rei as mesmas qualidades, a experiência mostra que, sendo suave no gosto, o não é nos efeitos, porque lhe atribuem os médicos a destemperança do fígado, que muitas pessoas padecem, e de que procedem várias enfermidades.”³²³

Nos episódios narrados no quarto capítulo de *A Queda dum Anjo*, o protagonista parece encenar a decadência das ciências em Portugal, baseadas em conhecimentos e técnicas obsoletas. Dessa questão reclama Antero, em “Bom Senso e Bom Gosto”, artigo do mesmo ano da escrita e da publicação do romance camiliano:

[...] quem pensa e sabe hoje na Europa não é Portugal, não é Lisboa, cuido eu: é Paris, é Londres, é Berlim. Não é a nossa divertida Academia das Ciências que revolve, decompõe, classifica e explica o mundo dos fatos e das idéias. É o Instituto de França, é a Academia Científica de Berlim, são as escolas de filosofia, de história, de matemática, de física, de biologia, de todas as ciências e de todas as artes, em França, em Inglaterra, em Alemanha.³²⁴

³²² CASTELO BRANCO, 1986, p. 852.

³²³ CASTELO BRANCO, 1986, p. 853.

³²⁴ QUENTAL, 1973, p. 125.

Em “Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos”, Antero de Quental retomará o problema:

A uma geração de filósofos, de sábios e de artistas criadores [anteriores ao século XVI], sucede a tribo vulgar dos eruditos sem crítica, dos académicos, dos imitadores. Saímos duma sociedade de homens vivos, movendo-se ao ar livre: entramos num recinto acanhado e quase sepulcral, **com uma atmosfera turva pelo pó dos livros velhos**, e habitado por espectros de doutores.³²⁵

Embora o Calisto representante do velho Portugal encarne essa faceta da decadência diagnosticada pelo próprio personagem no novo Portugal, suas peripécias científicas sucedem-se em Lisboa. Desse modo, a questão das ciências portuguesas decadentes também diz respeito à contemporaneidade nacional.

Conforme afirmei anteriormente nesta seção, o morgado da Agra de Freimas responsabiliza o progresso pela decadência de Portugal, ou ainda, para o personagem, o progresso significa decadência, e, principalmente, de costumes. No primeiro capítulo (“O herói do conto”), o narrador já noticia a relutância do protagonista em aderir ao modo de vida moderno: “Em suma, Calisto era [...] incapaz de empecer a roda do progresso, contanto que ele não lhe entrasse em casa, nem o quisesse levar consigo.”³²⁶ Aliás, para o morgado da Agra de Freimas antes de sua rendição à modernidade, três palavras formam um conjunto semântico ligado à idéia de decadência: ‘progresso’, ‘civilização’ e ‘luxo’. Sabemos da importância dos dois primeiros vocábulos tanto para os românticos e liberalistas Garrett e Herculano, quanto para os integrantes da Geração

³²⁵ QUENTAL, [1982], p. 265. Essa crítica já saíra da pena de Francisco de Melo Franco, no conhecido poema herói-cômico *Reino da Estupidez*, de 1818. Na proposição, o poeta diz: “A molle Estupidez cantar pretendo, / Que distante da Europa desterrada / Na Luzitania vem fundar seu Reino.” (FRANCO, 1992, p. 207.) As figuras personalizadas da Raiva, Superstição, Hipocrisia e Fanatismo acompanham a Estupidez a Portugal, onde encontram sítio mais que apropriado para dominar. A última ainda, com quase unânime aquiescência e aplauso entre mestres e alunos, chega a tomar posse da Universidade de Coimbra.

³²⁶ CASTELO BRANCO, 1986, p. 841.

de 70. Ambos os grupos guiavam-se por ideais progressistas e civilizadores, e assim buscavam fomentar reformas senão revoluções no país. Todavia, importa reparar que a palavra ‘luxo’, em *A Queda dum Anjo*, irmana-se semanticamente com as outras duas, o que acaba por comprometer o sentido elevado que estas tiveram em Garrett, Herculano e na Geração de 70. No romance de Camilo, a idéia de ‘luxo’ imprime caráter de superfluidade à idéia de ‘progresso’ e ‘civilização’ – isto é – estas duas ter-se-iam efetivado entre os portugueses do século XIX apenas de maneira superficial, nas coisas mais supérfluas. Disse e repeti que a Regeneração fontista – ocorrida em meados de oitocentos – ateve-se a modificar Portugal em suas estruturas materiais, fazendo realizarem-se obras públicas, sem pretender revolver o mecanismo sócio-legislativo e econômico.

No sexto capítulo (“Virtuosas parvoçadas”), o deputado mirandense abespinha-se, ao saber que os cofres do Estado de um país tão pobre como Portugal financiavam o teatro em Lisboa. Alguns colegas no Parlamento replicam, argumentando que o teatro e outros divertimentos constituíam a civilização. Ao que Calisto responde:

– [...] A civilização que canta e dança, enquanto três partes do País choram. A civilização dos civilizados que dizem: *Coronemus nos rosis antequam marcessant*. A civilização do perdulário irrisório, que traça de luzente lemiste no exterior, e aconchega da pele uma camisa surrada e fétida. Magnífica civilização! Não sei de selvagens que no-la possam invejar, e queiram cambiar conosco a sua selvaticidade!³²⁷

³²⁷ CASTELO BRANCO, 1986, p. 863-4. No nono capítulo (“O doutor do Porto”), Calisto dirá no Parlamento: “Pois, Sr. Presidente, eu li que, em França, onde o luxo é maior, aí é menor, em proporção, o número dos indivíduos ricos.” (CASTELO BRANCO, 1986, p. 880.) A frase do romance camiliano recorda a de Garrett, no terceiro capítulo de *Viagens na minha Terra*: “E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignomínia crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico.” (GARRETT, [1963], v. I, p. 21.)

Calisto Elói, portanto, contesta a civilização de aparências, a pobreza mascarada de luxo. Ainda na Câmara dos Deputados, o personagem contradiz o colega e opositor Dr. Libório, que defende justamente o luxo como insígnia do progresso:

Se o Sr. Dr. Libório me não lançasse da sua presença com tamanho desamor, havia de perguntar-lhe que artes e ciências progrediram entre os Sibaritas e Lídios, povos que a mais elevado grau de luxo subiram. Havia de perguntar-lhe porque foi que os Persas, acaudilhados por Ciro, cortados de vida áspera e privada do necessário, subjugaram as nações opulentas. Havia de perguntar-lhe porque foram os Persas, logo que se deram às delícias do luxo, vencidos pelos Lacedemónios.

A suprema verdade, Sr. Presidente, a verdade que os arrebiques da retórica não seduzem é que, à medida que os impérios antigos se locupletavam, o luxo ia de foz em fora, e os costumes a destragarem-se gradualmente, e o pulso da independência a quebrantar-se, e os cimentos das nações a estremecerem. Depois era cair do Egipto, da Pérsia, da Grécia e Roma.³²⁸

Fundamentado em sua máxima – “A verdade é de todas as horas”³²⁹ –, o protagonista lança mão de célebres exemplos da História Antiga para endossar seus ataques ao luxo do qual o colega do Porto faz apologia. Os exemplos colocados assemelham-se aos do próprio Portugal. Pois o reino português não se dilatara num vasto império com territórios na Europa, África, Ásia e América? Não se locupletou nos séculos XIV e XV e, a partir de meados do século XVI, não começou a quebrantar-se, a cair? Algumas páginas antecedentes à fala citada, Calisto já se tinha referido à época de fausto do reino:

– Sr. Presidente! Os conselheiros dos antigos reis de Portugal, homens de claro juízo e ciência bastante, cortavam os abusos do luxo com pragmáticas, quando

³²⁸ CASTELO BRANCO, 1986, p. 880.

³²⁹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 858.

os vassallos se desmandavam em trajos, regalos e ostentações ruinosas do indivíduo, e, portanto, da cidade. O senhor rei D. Sebastião, que santa memória haja, promulgou justas e rigorosas leis sobre o uso das sedas. E, naquele tempo, Sr. Presidente, Portugal ainda se banqueteara com a baixela de ouro do Pegu; ainda as redes das salas nobres estavam colgadas de gualdamecins e razes da Pérsia. Era o Portugal, já não robusto nem entusiasta, mas ainda sopitado das embriagadoras delícias dos reinados de D. Manuel e D. João III.³³⁰

Podemos reparar que, embora aferrado ao tempo pretérito de seu país, Calisto é cômico da decadência econômica portuguesa que tivera início já nos anos de 1500. Contudo, não existe reprimenda na passagem acima à moral entre os governantes de Portugal na época. A decadência econômica não corresponde a uma decadência moral, diferentemente do que ocorreria, segundo o personagem, em seu presente:

Lastimo este luxo que vejo em Lisboa! Por toda a parte, ouro, pedrarias, sedas, veludos, pompas, vaidades! Parece que toda esta gente voltou ontem da Índia nas naus que trouxeram as péreas do Oriente! Essas ruas estrondeiam de carruagens, calechas e berlindas, como se cada dia se estivesse comemorando a passagem do cabo Tormentório ou o descobrimento da Terra de Santa Cruz, atirando às rebatinhas os tesouros que de lá nos vêm.³³¹

Em *A Queda dum Anjo*, também não se trata de pensar a decadência às voltas com a idéia de excesso de civilização, como se deu com o *pathos* finissecular³³² em vários escritores portugueses, entre os quais o Eça de Queirós do conto “Civilização”, de 1892, e do romance *A Cidade e as Serras* (desenvolvido a partir do conto e

³³⁰ CASTELO BRANCO, 1986, p. 870-1.

³³¹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 871.

³³² No terceiro capítulo “O ‘excesso de civilização e a neurose fim de século’”, do livro *A ideia de decadência na Geração de 70*, António M. B. Machado Pires escreve: “O homem moderno traz consigo os estigmas de uma civilização que o definha, o empobrece fisiologicamente: a convicção era a de que os progressos civilizacionais exigiam um alto preço – o da actividade, do nervosismo exagerado, da decadência da espécie. As palavras-chave que traduzem lapidarmente esta convicção são *neurose* e *degenerescência*. São conceitos que, afinal, confluem no sentimento geral finissecular de aniquilamento e fim de raça, de intelectualismo corrosivo e pessimista, de seres ‘oprimidos pela covardia do esforço a dispendir [...], entes frustes da decadência.’” (PIRES, 1980, p. 127.)

publicado, postumamente, em 1901). Jacinto – protagonista de ambas as narrativas – é o príncipe supercivilizado, que em Paris rodeia-se de toda uma parafernália altamente tecnológica e de incontáveis livros e revistas sobre os mais diversos assuntos, pondo em prática sua fórmula: máxima ciência x máxima potência = máxima felicidade. Contudo, o personagem queirosiano acaba por imergir num profundo sentimento de tédio, de que apenas se liberta, ao vir a habitar em meio à rusticidade da terra de seus ancestrais: o interior de Portugal. Em *A Queda dum Anjo*, nem há hipercivilização em Lisboa, e tampouco Calisto Elói se entedia com o *progresso* que encontra na capital portuguesa.

Em mais um lance irônico da obra, o morgado da Agra de Freimas tornar-se-á um moralmente decaído, afeito ao luxo, e assim um representante simbólico da decadência da nação portuguesa.

Túlio Ramires Ferro chama a atenção para o quarto capítulo do romance (“Asneiras da erudição”), onde se sucede um “acontecimento fortuito que funciona como sinal premonitório ou preságio de futura tragédia: a queda de Calisto nos lamaçais de Alfama, incidente picaresco aparentemente secundário mas na realidade carregado de simbolismo”.³³³ Segundo o crítico, a lama – motivo primeiro para que o protagonista caia e se suje em sentido literal, quando chega a Lisboa – simbolizaria a imundície moral desta cidade, que virá a contaminar e fazer cair, em sentido metafórico, o deputado mirandense.³³⁴ Como se trata da transformação de um anjo (o Calisto Elói do início da narrativa) em homem (o Calisto Elói do desfecho), gostaria de pontuar, dentro da leitura de Ramires Ferro, a etimologia fantasiosa, mas bastante difundida na época de Camilo e ainda hoje, da palavra ‘humano’ como originada da mesma raiz da palavra ‘húmus’ – a qual podemos colocar, num mesmo conjunto semântico, ao lado de ‘lama’.

³³³ FERRO, 1966, p. 121.

³³⁴ Cf. FERRO, 1966, p. 111-2.

Também gostaria de reportar-me a outras duas passagens do romance que prefigurariam a queda do morgado da Agra de Freimas. Uma – já aqui referida na seção 3.1 – pertence ao primeiro capítulo (“O herói do conto”), onde o narrador informa ter Calisto desistido de doutorar-se no seminário bracarense, porque lho pedira a mãe recém-viúva. A outra passagem situa-se no segundo capítulo (“Dois candidatos”), cujas linhas iniciais são:

Desde o qual acidente [a rejeição das propostas retrógradas de Calisto na Câmara Municipal de Miranda], o morgado, convicto da podridão dos vereadores em particular, e da humanidade em geral, prometeu a onze retratos, que tinha de onze avós, pintados indignamente, nunca mais tocar o cancro social com suas mãos impolutas.³³⁵

Calisto Elói quebrará a promessa no próximo capítulo, intitulado “O demónio parlamentar descobre o anjo”, ao ser convencido a candidatar-se para deputado. A quebra dessa promessa – feita perante os retratos dos ancestrais – parece constituir um passo sutil rumo à futura e mais drástica negação dos valores arcaicos postulados pelo personagem.

A *queda* do *anjo* significa, conforme a crítica já pontuou, a passagem do velho para o novo Portugal. Este Portugal – o do ‘progresso’, da ‘civilização’ e do ‘luxo’ – instaura-se com a ruína da moralidade que Calisto Elói, nas primeiras páginas da narrativa, pretende defender. De fato, o protagonista do romance camiliano de Cavaleiro da Triste Figura converte-se em Sancho Pança – o ideal degrada e torna-se real. Devo frisar que mesmo o progresso efetivo, diferente do que ocorreria naquele país à esquina da Europa, mesmo esse progresso verdadeiro seria uma tragédia mefistofélica em que os antigos códigos morais têm de arrancar os próprios olhos... No novo Portugal, *ilha*

³³⁵ CASTELO BRANCO, 1986, p. 843.

Barataria onde Sancho é rei, reinam a hipocrisia, a falsidade dos personagens, e, por se tratar de um romance moderno, a ironia e a sátira de seu narrador. Nessa perspectiva, todo e qualquer progresso implicaria uma decadência moral; com efeito, um dos pontos nevrálgicos de *A Queda dum Anjo*.

3.3) CALISTO ELÓI E A NAÇÃO MODERNA

Ao aderir à modernidade, Calisto Elói expressa o próprio paradigma moderno de contínuas transformações. O personagem de *A Queda dum Anjo* transforma-se porque o romance – estruturado de acordo com a episteme romântica – é uma obra moderna. De fato, o narrador camiliano assume pertencer ao século XIX, na medida em que satiriza e ironiza o “anjo do fragmento paradisíaco do Portugal velho”,³³⁶ mas também contraditoriamente ironiza e satiriza sua queda.

Se podemos interpretar a trajetória de Calisto Elói como a passagem do velho para o novo Portugal, cabe acrescentar que *A Queda dum Anjo* também representa a coexistência de aspectos tradicionais ou velhos com aspectos modernos ou novos na nação que delinea. Essa simultaneidade de dois tempos no organismo nacional mostra-se complexa, porque ela no romance não se separa nitidamente em Miranda (o espaço do passado) e Lisboa (o espaço do presente). Coexistem passado e presente, tradição e modernidade, o velho e o novo tanto na província quanto na capital portuguesa – fato que percebemos no Calisto Elói desconjuncto de ambos os espaços. Se, nos primeiros capítulos que relatam sua estada em Lisboa, parecerá ter caído “de algum planeta”,³³⁷ segundo lhe diz o amigo Abade de Estevães, o protagonista não se sente muito menos alienígena quando mora em Miranda. Sua reclusão – mais do que espacial, existencial –

³³⁶ CASTELO BRANCO, 1986, p. 1005.

³³⁷ CASTELO BRANCO, 1986, p. 886.

revela-se na completa dedicação à leitura reservada em sua biblioteca, e no pronunciamento de despedida como presidente da Câmara Municipal, no primeiro capítulo (“O herói do conto”): “– [...] eu despeço-me disto. Tenho o governo de minha casa, onde sou rei e governo, segundo os forais da antiga honra portuguesa.”³³⁸ A longa passagem abaixo, pertencente ao nono capítulo (“O doutor do Porto”), também ilustra o deslocamento do protagonista:

Calisto Elói ganhara consideração na Câmara e no País.

Os deputados governamentais acercaram-se dele, convidando-o em termos delicados a aceitar, no banquete do progresso, o lugar que a sua inteligência reclamava. Os deputados opositoristas conjuravam-no a não levantar mão de sobre os projectos depredadores com que a facção governamental andava cavando novas voragens ao País.

O morgado da Agra respondia que estava descontente de gregos e troianos, e acrescentava:

– Não sei, por ora, de qual dos lados da Câmara se fala pior a língua pátria. Tenho ouvido os quinhentistas “a la moda”, e os galiparlas. Todos rressabem a ervilhaça; uns estão gafados de francesias, outros tresandam nos seus dizeres a bafio, que os bons seiscentistas rejeitaram. Carecem de cunho nacional estes homens.³³⁹

O personagem apenas abandona a condição de desconjuntamento quando adere completamente ao tempo da modernidade e fica residindo no espaço da modernidade – isto é – Lisboa.

Calisto Elói, portanto, funciona como símbolo de uma nação portuguesa espacial e temporalmente fraturada – ela é o velho, mas também é o novo; ambas essas faces em

³³⁸ CASTELO BRANCO, 1986, p. 842.

³³⁹ CASTELO BRANCO, 1986, p. 881-2.

conflito entre si. Ademais, se o morgado da Agra de Freimas antes da queda não pertence a sua época, por rejeitá-la, naturalmente não pertence também ao passado, pois neste não vive senão psicologicamente. Verificamos, pois, que a nação do protagonista é imaginada. Eis um dos paradoxos que, segundo Benedict Anderson, conduzem à perplexidade senão à irritação os teóricos do nacionalismo: “The objective modernity of nations to the historian’s eye vs. their subjective antiquity in the eyes of nationalists.”³⁴⁰ Calisto – fervoroso nacionalista – encena a antigüidade da nação portuguesa, na confluência de sua remota ascendência nobiliárquica e de seu apego ao passado. Sublinho o tempo verbal utilizado, *encena*: o personagem inscreve esse tempo anterior no presente. Esse fato resulta na caracterização que Homi K. Bhabha atribui à nação, “articulada na tensão entre, por um lado, significar o povo como uma presença histórica a priori, um objeto pedagógico, e, por outro lado, construir o povo na *performance* da narrativa, seu ‘presente’ enunciativo, marcado na repetição e pulsação do signo nacional”.³⁴¹ Pedagógico e performático, o protagonista de *A Queda dum Anjo* coloca o problema de uma nação que apenas consegue vivenciar no âmbito livresco, isto é, no âmbito ficcional e psicológico. Portugal acaba por constituir uma incômoda ausência no presente espacial representado por Miranda e Lisboa.

Que dizer quanto ao Calisto Elói convertido à modernidade? Conforme pontuei linhas acima, sua conversão atestaria o duplo ser da nação portuguesa: o velho e o novo, o tradicional e o moderno. A transformação por que passa Calisto Elói também constitui outro ponto de interesse nessa discussão referente à ontologia nacional. Sabemos que ele abandona seu ideário passadista, associado a valores que julga autênticos de Portugal, e toma postura progressista e aberta a influências estrangeiras. Interpretei o personagem, tanto em um quanto em outro momento, como símbolo da nação

³⁴⁰ ANDERSON, 1991, p. 5.

³⁴¹ BHABHA, 2003, p. 209.

portuguesa. Nessa perspectiva, o ser nacional representado pelo personagem mostra-se, de fato, performático. *A Queda dum Anjo* ilustraria o que propõe Stuart Hall: “Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar”.³⁴²

Todavia, ressalto que em 1865 – ano em que escreve e vem a publicar o romance – Camilo Castelo Branco participou ativamente da Questão Coimbrã. Com o artigo “Vaidades Irritadas e Irritantes”, defendeu o amigo António Feliciano de Castilho dos ataques do então jovem Antero de Quental. Nessa polêmica, portanto, Camilo enfileirou-se no contingente dos castiços, contrapostos aos estrangeirados em Portugal. Tanto o romance quanto a participação na Questão Coimbrã refletem um escritor que sente o “papel central da nacionalidade”³⁴³ que se veio a verificar “entre os anos de 1848 e 1870”.³⁴⁴ Saliento, pois, que, em consonância com o que predominava em sua época e em seu meio, Camilo Castelo Branco imaginou uma existência *efetiva* da nação portuguesa, e assim procurou narrá-la em *A Queda dum Anjo*. Trata-se de um olhar isento de sentimentos nacionalistas e extemporâneo da obra que a enxergou neste trabalho como ilustrativa das teorias mais recentes sobre a nação.

³⁴² HALL, 2003, p. 44.

³⁴³ HOBSBAWM, 1996, p. 126.

³⁴⁴ HOBSBAWM, 1996, p. 125.

CONCLUSÃO

A nação como fenômeno moderno marcou profundamente a política, a sociedade, a cultura ocidental no século XIX. O discurso nacionalista, já nessa época, propalava uma idéia apriorística de nação, de modo que se dispensassem quaisquer reflexões teóricas que a discutissem ontologicamente. Entretanto, autores – entre os quais Ernest Renan –, baseados em conhecimentos históricos, observaram como a nação não é natural, mas algo situado na história, um constructo ideológico relativamente novo. No século XX e mesmo XXI, Eric J. Hobsbawm, Benedict Anderson e Homi K. Bhabha contam-se dentre os nomes que consolidaram o pensamento sobre a nação, assinalando-lhe o caráter de coisa ficta.

Em Portugal, o fenômeno ocorreu num contexto gravemente problemático. O Estado português, no início do século XIX, via-se abalado politicamente pela invasão napoleônica e depois pela presença inglesa na administração nacional e economicamente pela perda da colônia americana, em 1822. Já em 1820, conflagrara-se uma revolução liberal, o que vinha a abalar as estruturas do Antigo Regime vigentes no país. Desde então, Portugal vivenciou o conflito entre duas forças: a dos que procuravam manter as bases sócio-político-culturais e a dos que tentavam transformá-las. O velho e o novo embatiam e embateriam, entre os portugueses, durante todo o século XIX. Esse fato sinalizava a entrada de Portugal na modernidade, em que a idéia de progresso impunha-se como paradigma, contra o qual não deixaram de lutar as vozes conservadoras. O embate decorria, aliás, de uma consciência agudizada nos oitocentos: a do país como nação decadente perante seu passado glorioso de guerras, navegações, descobertas, e atrasada perante nações – França, Inglaterra, Alemanha, notadamente – que empreendiam a passos muito mais largos a marcha industrial.

A literatura portuguesa oitocentista participou amplamente desse cenário de construção nacional. Assumindo-se como ativos cidadãos, escritores destacáveis – como

Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Eça de Queirós e Antero de Quental – problematizaram o ser e destino da Pátria-Nação lusitana. Nas palavras de Eduardo Lourenço, já citadas neste trabalho: “Cada escritor consciente da nova era escreverá [...] o seu *pessoal discurso à sua nação*, cada um se sentirá profeta ou mesmo messias de destinos pátrios, vividos e concebidos como revelação, manifestação e culto das respectivas *almas nacionais*.”³⁴⁵

Embora o crítico, nesse texto – “Da literatura como interpretação de Portugal” – atribua a Camilo lugar de nenhuma importância dentro da trajetória literária portuguesa de problematizar a Pátria-Nação, vimos que *A Queda dum Anjo* coloca o contrário: ao menos no romance de 1865, o autor revela-se preocupado em ‘escrever seu *pessoal discurso à sua nação*’, e desse modo narrar uma *lusitanidade*. Também *A Queda dum Anjo* contradiz, como caso particular, a observação generalizante de António Quadros sobre o romancista português, de que sua obra como um todo não toca “a essência do *ser pátrio*”, e não busca “surpreendê-lo e transmiti-lo em termos simbólicos no seu amplo movimento temporal, na sua teleologia, nos seus momentos axiais, no seu tecido de arquétipos, de paradigmas, de mitos e de ideias-força”.³⁴⁶ Em *A Queda dum Anjo*, o autor, mais do que ambienta o enredo em Portugal e lança mão de personagens portugueses, ele problematiza – por meio da sátira e da ironia – o ser e destino da nação portuguesa, chegando a simbolizá-la – dentro dos termos requeridos por Quadros – na trajetória do protagonista Calisto Elói. Essa narrativa de 1865, pois, legitima o inserirmos seu autor no longo percurso “da literatura como interpretação de Portugal”, observado e analisado por Eduardo Lourenço em 1975.

A imagem da nação portuguesa delineada no romance fundamenta-se, sobretudo, no paradigma da modernidade – assim como o próprio fenômeno da nação neste se

³⁴⁵ CASTELO BRANCO, 1991, p. 82.

³⁴⁶ QUADROS, 1989, p. 18.

assenta. Há dois Portugais na narrativa camiliana: o velho e o novo, o antigo e o moderno. Ambos coexistem em conflito, e refletem as contradições vivenciadas no país ibérico, afetado na época – como a maior parte do mundo – pelos tempos modernos. De um lado, o espaço provinciano, as bases sociais do Antigo Regime, a economia agrária de raízes feudais, as convenções sociais, a linguagem castiça, a literatura clássica. De outro lado, o espaço urbano, a ordem burguesa, a economia industrial, a paixão e o amor, a linguagem corrompida, a literatura romântica. Respectivamente, ambos os lados formam a dicotomia dessa nação entre o velho e o novo, entre o tradicional e o moderno.

Calisto Elói – o protagonista do romance – percorre, na sua trajetória diegética, de um lado a outro: do árduo defensor do que acredita serem os autênticos valores da identidade lusitana, ele cai no afrancesado barão que renega o próprio passado – símbolo do passado da própria nação. De fato, Calisto simboliza a nação portuguesa delineada no romance. O personagem vincula-se a elementos que espelham o Portugal enxergado por Camilo Castelo Branco: traços autobiográficos, parentesco com certo contemporâneo do autor, semelhanças simbólicas com D. Quixote e Sancho Pança, Fausto, D. Sebastião, D. Miguel e aspectos da religiosidade portuguesa... A ironia e a sátira direcionada a ambos os Portugais, a ambos os Calistos deriva de um autor desiludido com a possibilidade de eficazes mudanças melhoradoras do país, mas ao mesmo tempo que lastima a impossibilidade de retorno ao esplendor nacional remotamente terminado. Narrar uma nação fraturada, cindida em duas temporalidades, cabe a um narrador também fraturado, cindido entre o velho e o novo. Tais características marcam a modernidade dessa narrativa camiliana.

Concluem *A Queda dum Anjo* considerações irônicas sobre o fracasso do propósito da obra de morigerar. Com efeito, a questão moral destaca-se nas peripécias

de Calisto Elói. A frustração moralizante do narrador irmana-se com a derrota do protagonista em corrigir os costumes da sociedade. Todavia, a queda do personagem simboliza a queda de Portugal não apenas em termos morais (embora o faça primordialmente), mas também em termos econômicos, lingüísticos, culturais. Desse modo, o romance de Camilo aborda tema fundamental para a literatura portuguesa do século XIX: a decadência da nação. No caso de *A Queda dum Anjo*, temos duas percepções básicas dessa decadência: 1) a nação decai moralmente, porque a idéia de progresso implicaria um abalo dos códigos morais antigos; 2) a nação decai política, social, econômica e moralmente, porque o progresso no país não é efetivo, atendo-se a alcances superficiais.

Se os teóricos mais recentes da nação pensam-na uma ‘comunidade imaginada’, a nação portuguesa delineada por Camilo Castelo Branco também sugere esse pensamento ao leitor de nossos dias. A queda de Calisto Elói traduziria a condição de devir da identidade cultural na qual se baseia a idéia de povo-nação. Observei também que, antes de render-se à contemporaneidade, o personagem cumpre papel pedagógico, ao afirmar a existência de valores autenticamente lusitanos. Por outro lado, quando Calisto se integra ao novo Portugal, podemos enxergá-lo como ilustração da *performance* conceituada por Bhabha. O riso satírico e irônico do narrador dirigido ao retrógrado morgado da Agra de Freimas parece também manifestar-se performaticamente, ao passo que esse riso direcionado ao personagem modernizado trairia propósitos pedagógicos.

Por fim, vale ressaltar, mais uma vez, que Camilo naturalmente não pensou, ou talvez não tenha pensado que a nação não passasse de um constructo ideológico – ainda mais para ele – recente. Mas sabemos muito bem: as obras-primas transcendem seu meio, sua época, e mesmo seu próprio autor.

BIBLIOGRAFIA

1) CAMILIANA (a): DO AUTOR

CASTELO BRANCO, Camilo. *A Queda dum Anjo*. Lisboa: Campos Junior, 1866.

CASTELO BRANCO, Camilo. *A Queda dum Anjo*. Lisboa: Campos & Cia., 1887.

CASTELO BRANCO, Camilo. *A Queda dum Anjo*. edição que reproduz a de 1887, última revista e corrigida pelo autor. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

CASTELO BRANCO, Camilo. *A Queda dum Anjo*. Mem Martins: Europa-América, [197-].

CASTELO BRANCO, Camilo. *A Queda dum Anjo*. 13ª. edição edição, conforme a 2ª. e a 3ª., últimas revistas pelo autor. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1979.

CASTELO BRANCO, Camilo. *A Queda dum Anjo*. conforme a 2ª. e 3ª. edições, revistas pelo Autor. Porto: Lello & Irmão, 1981.

CASTELO BRANCO, Camilo. *A Queda dum Anjo*. Edição que reproduz a de 1887, última revista e corrigida pelo autor. Rio de Janeiro: Ediouro, [1987].

CASTELO BRANCO, Camilo. *A Queda dum Anjo*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*. v. III. Porto: Lello & Irmão, 1984.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*. v. IV. Porto: Lello & Irmão, 1985.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*. v. V. Porto: Lello & Irmão, 1986.

CASTELO BRANCO, Camilo. (a) *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*. v. VIII. Porto: Lello & Irmão, 1988.

CASTELO BRANCO, Camilo. (b) *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*. v. IX. Porto: Lello & Irmão, 1988.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*. v. XI. Porto: Lello & Irmão, 1989.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*. v. XII. Porto: Lello & Irmão, 1990.

2) CAMILIANA (b): SOBRE O AUTOR

ALMEIDA, Maria do Socorro C. L. de. *A Queda dum Anjo*, narrativa contra-ideológica. *Littera*. Rio de Janeiro, 11, pp. 14-23, mai-ago, 1974.

BAPTISTA, Abel Barros. *O inexorável romancista: episódios da assinatura camiliana*. Lisboa: Hiena, 1993.

BRAGA, Luís de Almeida. *O significado Nacional da Obra de Camilo*. Lisboa: Portugália editora, 1923.

CABRAL, Alexandre. *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

CAMPOS, Fernando. *Camilo contra-revolucionário*. Lisboa: Portugalia Editora, 1925.

CARDOSO, Nuno Catharino. *Pensamentos de Camillo*. Lisboa: Portugal-Brasil companhia editora, 1923.

CASTRO, Aníbal Pinto de Castro. *Narrador, tempo e leitor na novela camiliana*. V. N. Famalicão, Casa de Camilo, 1976.

COELHO, Jacinto do Prado. *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*. 4ª. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

CHAVES, Castelo Branco. *A ideia de Nobreza em Camilo*. Lisboa: edição da “Nação Portuguesa”, 1923.

DÉCIO, João. Uma revisitação das Novelas do Minho, de Camilo Castelo Branco. *Arquivo do Centro de Estudos Portugueses da Universidade Federal do Paraná*. Nov. 1981. pp. 43--48.

DUARTE, Lélia Parreira. A tessitura irônica de A Queda dum Anjo, de Camilo Castelo Branco. *Revista de Estudos Literários*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, out. 1993. pp. 82-97.

FERRAZ, Maria de Lourdes (org.). *Dicionário de Personagens da Novela Camiliana*. Lisboa: Caminho, 2002.

FERRO, Túlio Ramires. *Tradição e Modernidade em Camilo (A Queda dum Anjo)*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira LDA, 1966.

FIGUEIREDO, Fidelino de. O Romance Passional. In: *História da Literatura Romântica*. São Paulo: Editora Anchieta, 1946. pp. 225-254.

LIMA, Archer de et alli. *Livro Comemorativo do Centenário de Camilo*. Lisboa: Empresa Diário de Notícias, 1925.

LOPES, Óscar. Claro-escuro camiliano. In: *A Busca de Sentido: Questões de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1994. pp. 39-65.

LOURENÇO, Eduardo. Situação de Camilo. In: *O canto do signo: existência e literatura*. Lisboa: Editorial Presença, 1994. pp. 219-226.

MAGALHÃES LIMA, Jaime de. *Camilo e a renovação do sentimento nacional na sua época*. Aveiro: Tipografia Progresso, 1925.

OLIVEIRA, Paulo Motta. Da ficção camiliana como interpretação de Portugal. In: OLIVEIRA, Paulo Motta e FERNANDES, Annie Gisele (orgs.). *Literatura Portuguesa Aquém-Mar*. Campinas: Komedi, 2005. pp. 135-146.

ORTIGÃO, Ramalho. Camilo Castelo Branco. In: *Figuras e Questões Literárias*. v. I. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1945. pp. 229-282.

QUESADO, José Clécio Basílio. *Garrett, Camilo, Eça: entre Quixote e Sancho*. 2ª. edição a ser publicada.

RÉGIO, José. Camilo, romancista português. In: *Ensaio de interpretação crítica*. Porto: Brasília, 1980. pp. 71-165.

REIS, Roberto. O quebradiço barro. *Arquivos do Centro de Estudos Portugueses*. Curitiba: UFPr, 3, pp. 67-76, jun, 1979.

SANTOS, João Camilo dos. *Camilo Castelo Branco no Centenário de Morte / Colloquium of Santa Barbara*. Santa Barbara: Center for Portuguese Studies / UCSB, 1995.

SANTOS, João Camilo dos. *Os malefícios da literatura, do amor e da civilização: Ensaio sobre Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Fim de Século Edições, 1992.

SEIXO, Maria Alzira. *O rio com regresso: ensaios camilianos*. Lisboa: Presença, 2004.

3) TEORIA DA NAÇÃO EM GERAL

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London; New York: Verso, 1991.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2003.

BREUILLY, John. *Nationalism and State*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital: 1848-1875*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios: 1875 – 1914*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. *A Revolução Francesa*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. e RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MAZZINI, Giuseppe. *Pensées sur la Démocratie em Europe*. Caen Cedex: Presses universitaires de Caen, 2002.

MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Almedina, 1999.

RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une Nation?*. Paris: Mille et une nuits, 1997.

4) SOBRE HISTÓRIA E CULTURA PORTUGUESAS

BERNARDINO, Teresa. *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

BRUNO, Sampaio. *O Encoberto*. Porto: Lello & Irmão, 1983.

BUESCU, Helena Carvalhão (coord.). *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

CAMPOS, Fernando. *Genealogia do Pensamento Nacionalista*. Lisboa: edição de José Fernandes Júnior, 1931.

CESAR, Guilhermino. *O “Brasileiro” na Ficção Portuguesa: o direito e o avesso de uma personagem-tipo*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1969.

FERREIRA, Alberto e MARINHO, Maria José. *Bom senso e bom gosto (A Questão Coimbrã)*. v. I. Vila da Maria: Imprensa Nacional/Casa da Moeda: 1985.

FERREIRA, Alberto e MARINHO, Maria José. *Bom senso e bom gosto. (A Questão Coimbrã)*. v. II. Vila da Maria: Imprensa Nacional/Casa da Moeda: 1985.

FRANÇA, José-Augusto. *O Romantismo em Portugal*. 3ª. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

GIL, José. *Portugal, Hoje: O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d'Água, 2004.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Arcádia, 1977.

HANSON, Carl A. *Economia e Sociedade no Portugal Barroco*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.

HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos: tomo I: Questões públicas – política*. Amadora: Livraria Bertrand, 1983.

HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos: tomo II: Questões públicas – sociedade, economia, direito*. Amadora: Livraria Bertrand, 1984.

HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: A construção do sebastianismo em Portugal – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LOUREIRO, A. J. Pizarro (org.). *O gênio de Camões no IV centenário de sua morte*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, 1981.

LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da Saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LOURENÇO, Eduardo. *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. 4ª. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. v. III. Lisboa: Palas Editores, 1986.

MARTINS, Oliveira. *História da Civilização Ibéria*. Lisboa: Guimarães, 1973.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. v. II. Lisboa: Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, 1942.

MARTINS, Oliveira. *Portugal Contemporâneo*. v. I. Lisboa: Guimarães & Ca. Editores, 1953.

MARTINS, Oliveira. *Portugal Contemporâneo*. v. II. Lisboa: Guimarães & Ca. Editores, 1953.

MARTINS, Oliveira. *Portugal Contemporâneo*. v. III. Lisboa: Guimarães & Ca. Editores, 1953.

MATTOSO, José e BRITO, Raquel Soeiro de. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993.

MOOG, Clodomir Vianna. *Eça de Queiroz e o século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal. In: *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 53-74.

SARAIVA, António José. *A Tertúlia Ocidental*. 2ª. ed. Lisboa: Gradiva, [s.d.]

SARAIVA, António José e LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1975.

SÉRGIO, António. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1979.

SERRÃO, Joel. *Do Sebastianismo ao socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

SERRÃO, Joel. *Portugueses Somos*. Lisboa: Livros Horizontes, [1975].

SERRÃO, Joel. *Temas de Cultura Portuguesa II*. Lisboa: Portugália Editora, 1965.

SERRÃO, Joel. *Temas Oitocentistas II: para a História de Portugal no século passado*. Lisboa: Livros Horizontes, 1978.

TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2ª. ed. São Paulo: EDUSC; UNESP; Instituto Camões, 2001.

UNAMUNO, Miguel de. *Por Tierras de Portugal y de España*. 2ª. ed. Buenos Aires: Espasa – Calpe Argentina, 1944.

5) LITERATURA PORTUGUESA EM GERAL

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Porto: Porto Editora, 1997.

FRANCO, Francisco Melo. Reino da Estupidez. In: LIMA, Mário de. *Coletânea de autores mineiros*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1992.

GARRETT, Almeida. *Obras de Almeida Garrett*. V. I. Porto: Lello & Irmão, [1963].

GARRETT, Almeida. *Obras de Almeida Garrett*. V. II. Porto: Lello & Irmão, [1963].

HERCULANO, Alexandre. *O Bôbo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

NOBRE, António. *Só*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1998.

PESSOA, Fernando. *Sobre Portugal: introdução ao problema nacional*. Lisboa: Ática, 1979.

QUEIROZ, Eça de. *A Cidade e as Serras*. Porto: Lello & Irmão, 1950.

QUEIROZ, Eça de. *A Ilustre Casa de Ramires*. v. VIII. Porto: Lello & Irmão, 1951.

- QUEIROZ, Eça de. *Contos*. v. XI. Porto: Lello & Irmão, 1951.
- QUEIROZ, Eça de. *O Crime do Padre Amaro*. v. I. Porto: Lello & Irmão, 1950.
- QUENTAL, Antero de. *Prosas da época de Coimbra*. Lisboa: Sá da Costa, 1973.
- QUENTAL, Antero de. *Prosas sócio-políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, [1982].
- VIEIRA, António. *Sermões*. v. I. Porto: Lello & Irmão, 1945.
- VIEIRA, António. *Sermões*. v. VI. Porto: Lello & Irmão, 1945.
- VIEIRA, António. *História do Futuro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

6) TEORIA E CRÍTICA LITERÁRIAS

- ABREU, Maria Fernanda. *Cervantes no Romantismo Português: cavaleiros andantes, manuscritos encontrados e gargalhadas moralíssimas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CIDADE, Hernâni. *Luís de Camões, o épico*. v. II. Amadora: Livraria Bertrand, 1968.
- COMPAGNON, Antoine. *Os Cinco Paradoxos da Modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- COSTA LIMA, Luiz. *O controle do Imaginário: Razão e imaginário no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1968.
- FERRAZ, Maria de Lourdes A. *A Ironia Romântica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- FIGUEIREDO, Fidelino. *História da Literatura Romântica*. São Paulo: Editora Anchieta, 1946.
- LUKÁCS, George. *Le roman historique*. Paris: Payot, 1965.
- GUINSBURG, J. *O Classicismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- MACEDO, Helder. As viagens na minha terra e a menina dos rouxinóis. *Colóquio Letras*, Lisboa, n. 51, pp. 15-24, set. 1979.

MOREIRA, Zenóbia Collares. *O Pré-Romantismo Português*. Natal: Central de Cópias, 2000.

OLIVEIRA, Paulo Motta. De navegações e naufrágios: imagens de Portugal de Garrett a Pessoa. In: PEREIRA, Edgard; OLIVEIRA, Paulo Motta; OLIVEIRA, Silvana Maria Pessoa de. *Intersecções: ensaios de Literatura Portuguesa*. Campinas: Editora Komedi, 2002. pp. 67-162.

PIRES, António Manuel Bettencourt Machado. *A ideia de decadência na geração de 70*. Ponta Delgada: editora Universidade dos Açores, 1980.

QUADROS, António. *A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos cem anos*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1989.

RAMOS JR., José de Paula. *Roteiro de Leitura: A ilustre casa de Ramires de Eça de Queirós*. São Paulo: editora Ática, 1996.

SILVEIRA, Jorge Fernandes da. A casa portuguesa – uma forma de escrever Portugal: A Ilustre Casa de Ramires. In: *Escrever a Casa Portuguesa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. pp. 39-47.

VIZZIOLI, Paulo. O sentimento e a razão nas poéticas e na poesia do romantismo. In: GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2002. pp. 137-156.

7) OUTRAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATHAYDE, Roberto. *D. Miguel, Rei de Portugal*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1998.

AZEVEDO, Álvares de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2000.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BÍBLIA. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

CERVANTES, Miguel de. *Don Quijote de la Mancha*. Edición del IV Centenario. San Pablo: Real Academia Española, 2004.

COELHO, Jacinto do Prado. *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1960.

FOUCAULT, Michel de. *Les Mots et les Choses*. Mayenne: Gallimard, 1966.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Werther*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LAMARTINE, Alphonse de. *Poésies*. Paris: Hachette, 1952.

MARTON, Scarlett (org.). *Nietzsche na Alemanha*. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Editora Universidade de Brasília, 1981.